



Figura 80. Registro de blocos de rocha e solo pedregoso – área de Cerrado Rupestre.



Figura 81. Vista da área de Cerrado Rupestre – vegetação sobre afloramento rochoso.



Figura 82. Vista da área de Cerrado Rupestre – vegetação sobre afloramento rochoso.



Figura 83. Vista da área de Cerrado Rupestre – vegetação sobre afloramento rochoso.

6.2.5 Áreas Campestres

As áreas campestres da ARINE se mesclam entre os Campos Sujo e Limpo, sendo que essas áreas em sua maioria se encontram antropizada. De acordo com Ribeiro e Walter (2008), o Campo Sujo é um tipo fisionômico com arbustos e subarbustos esparsos encontrado em solos rasos ou ainda solos profundos, mas de baixa fertilidade como Latossolos e Neossolos Quartzizênicos. Por outro lado, o Campo Limpo é composto predominantemente por herbáceas, com raros arbustos e ausência completa de árvores, podendo ser encontrado em diversas posições topográficas, porém com mais frequência em encostas e nas bordas de Matas de Galeria. Assim como o Campo Sujo, também apresenta variações determinadas pela umidade do solo. Essa classificação das áreas campestres apresenta alto grau de degradação em alguns trechos devido a interferência antrópica nessas áreas, a poligonal detém um total de 19,54 hectares, equivalentes a 13,2% da área total. Vale salientar que grande parte dessas áreas estava inacessível durante as vistorias de campo, por se encontrarem em propriedades privadas.



Figura 84. Vista de parte das áreas campestres da poligonal.



Figura 85. Vista de parte das áreas campestres da poligonal.



Figura 86. Vista de parte das áreas campestres da poligonal.



Figura 87. Vista de parte das áreas campestres da poligonal.

6.2.6 Áreas Antropizadas

As áreas classificadas como áreas antropizadas ocupam um total de 95,03 hectares (64,11%) da área da poligonal da ARINE, sendo caracterizado por áreas de parcelamento urbano, rodovias, chácaras, praças e comércios, além de pomares e árvores urbanas nativas e exóticas.



Figura 88. Estrada de Terra com edificações.



Figura 89. Estrada de Terra com edificações.



Figura 90. Vista geral de parte área antropizada.



Figura 91. Vista geral de parte área antropizada.

6.2.7 Mapeamento Cronológico

De forma a verificar a evolução do uso do solo, foram analisadas as imagens históricas da área obtidas pelo Geoportal - SEDUH, com o intuito de avaliar a atividade antrópica da área no decorrer dos anos, uma vez que área da ARINE sofreu alteração da classificação no macrozoneamento do PDOT de 2009, saindo da classificação de zona rural para zona urbana.

A análise indica que o histórico de antropização da área já vem acontecendo por longa data (antes de 1991), no qual a área foi preteritamente utilizada para fins rurais, além de abrigar as benfeitorias das propriedades, sendo perdida a caracterização da vegetação nativa em grande parte da poligonal em análise já neste período, e seguiu tendo alterações antrópicas até os dias atuais, conforme a Figura 92.

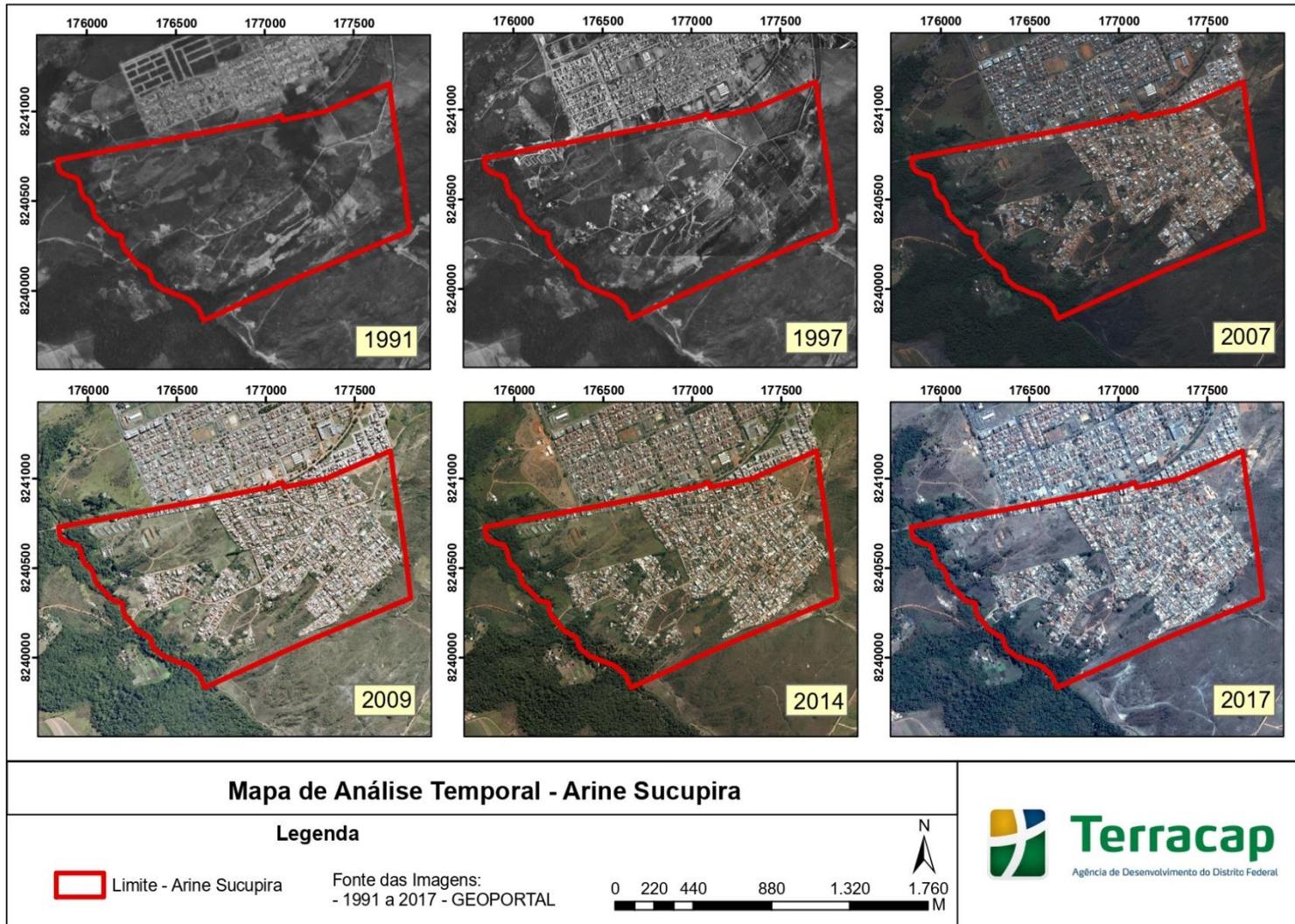


Figura 92. Figura ilustrativa do mapa de Análise Temporal da ocupação do solo da área de regularização – ARINE Sucupira no Riacho Fundo - DF.

6.3 COMPENSAÇÃO FLORESTAL

O Decreto Distrital nº 39.469/2018 determina compensações diferenciadas conforme a tipologia e o porte da vegetação passível à supressão. Nesse sentido, apresenta mecanismos específicos para supressões em remanescentes nativos do bioma Cerrado e para locais contendo árvores isoladas.

Em seu artigo 26, o referido Decreto, apresenta os critérios a serem atendidos para a compensação florestal decorrente de supressão de remanescentes de vegetação nativa. Para tanto, deve-se considerar a classificação e o agrupamento conforme a fitofisionomia ocorrente na área passível à supressão vegetal, além da localização da mesma no Mapa de Áreas Prioritárias (Anexo I do Decreto Distrital nº 39.469/2018). Os incisos XV, XVI e XVII definem os grupos da seguinte maneira:

- XV - Fitofisionomias do Grupo I: Vereda, Palmeiral, Parque Cerrado (Campos de Murundus), Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo;*
XVI - Fitofisionomias do Grupo II: Cerrado em Sentido Restrito, subtipos ralo, típico e denso;
XVII - Fitofisionomias do Grupo III: Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e o Cerradão

Destarte, a compensação florestal é calculada a partir da avaliação da área ocupada por determinada fitofisionomia e o Grupo correspondente, o volume estocado nessa fitofisionomia e a sua localização frente ao Mapa de Áreas Prioritárias. Conforme essa avaliação, a área a ser compensada pode variar entre 2 e 6 vezes o tamanho da área requerida e passível à supressão. As tabelas seguintes apresentam os critérios adotados:

Tabela 22. Critérios estabelecidos para as fitofisionomias do grupo 1.

Fitofisionomias do grupo 1	Área compensada
Baixa prioridade	2 x (área autorizada)
Média prioridade	3 x (área autorizada)
Alta prioridade	4 x (área autorizada)
Muito alta prioridade	5 x (área autorizada)

Tabela 23. Critérios estabelecidos para as fitofisionomias do grupo 2.

Fitofisionomias do grupo 2	Volume (m³/ha)		
	<20	20 a 40	>40
	Área compensada		
Baixa prioridade	2 x (área autorizada)	2 x (área autorizada)	3 x (área autorizada)
Média prioridade	2,5 x (área autorizada)	3 x (área autorizada)	4 x (área autorizada)
Alta prioridade	3 x (área autorizada)	4 x (área autorizada)	5 x (área autorizada)
Muito alta prioridade	4 x (área autorizada)	5 x (área autorizada)	6 x (área autorizada)

Tabela 24. Critérios estabelecidos para as fitofisionomias do grupo 3.

Fitofisionomias do grupo 3	Volume (m ³ /ha)		
	<80	80 a 200	>200
	Área compensada		
Baixa prioridade	2 x (área autorizada)	2 x (área autorizada)	3 x (área autorizada)
Média prioridade	2,5 x (área autorizada)	3 x (área autorizada)	4 x (área autorizada)
Alta prioridade	3 x (área autorizada)	4 x (área autorizada)	5 x (área autorizada)
Muito alta prioridade	4 x (área autorizada)	5 x (área autorizada)	6 x (área autorizada)

Além disso, o parágrafo 7º define que em qualquer hipótese, a supressão de remanescentes de vegetação nativa em APP deverá ser compensada em área equivalente a, no mínimo, duas vezes a área autorizada, mesmo na incidência dos fatores de redução previstos no artigo 27.

Por outro lado, a compensação florestal de árvores isoladas é determinada pelo Artigo 36 do Decreto supracitado, que determina que o resultado do cálculo seja em função da quantidade de mudas, numa proporção de 5 mudas para cada indivíduo suprimido, seja nativo do Cerrado ou exótico nativo do Brasil. Cabe destacar que em caso de supressão de árvore isolada localizada em APP ou reserva legal, será adotado o dobro da razão descrita.

“Art. 36. A compensação florestal de árvores isoladas será calculada em mudas, numa proporção de 05 indivíduos para cada 01 suprimido, seja nativo do cerrado ou exótico nativo do Brasil”.

“Parágrafo único. Em caso de supressão de árvore isolada localizada em APP ou reserva legal, será adotado o dobro da razão prevista no caput”.

Importante destacar o Inciso VII, Art. 1º, do Novo Decreto, que classifica árvores isoladas como sendo compostas por indivíduos arbóreos-arbustivos, situados em área agrícola, pastoril ou urbana, fora de remanescentes de vegetação nativa. O Inciso XVIII complementa essa classificação, determinando indivíduo arbóreo-arbustivo como indivíduo lenhoso com diâmetro do tronco maior ou igual a trinta centímetros medido a 1,3 metros do solo (DAP \geq 30cm). Ante ao exposto, o cálculo da compensação florestal de árvores isoladas considerou apenas aqueles que atendessem ao limite de inclusão descrito. Para essa análise foram excluídas árvores de espécies exóticas do Brasil.

6.3.1 Mapeamento Pretérito e Compensação Florestal Pretérita

O cálculo da compensação florestal é efetuado com base nos dados apresentados em um inventário florestal (amostragem ou censo) das áreas onde se pretende suprimir a vegetação. O trabalho em questão, por se tratar de um dano pretérito, não há a possibilidade de mensuração real do fato, sendo assim, para o Cálculo da Compensação Florestal Pretérita foram utilizadas as seguintes informações:

- Limite da Área do empreendimento em análise para realizar o levantamento da vegetação pretérita;

- Fotos aéreas (levantamento aerofotogramétrico) em boa resolução da base do Geoportal, dos anos de 1991, 1997, 2007, 2009, 2014 e 2017, de maneira a avaliar a evolução do uso do solo na região, a partir de data próxima à publicação do Decreto Distrital nº 14.873/1993 e Decreto nº 39.469/2018 para a nova reavaliação.

Com base nos documentos acima relacionados, este relatório apresentará a avaliação da aplicabilidade do cálculo de Compensação Florestal Pretérita para o parcelamento de solo em questão, considerando a aplicação dos mecanismos impostos pelo Decreto nº 39.469, de 22 de novembro de 2018, em contrapartida com a mudança do macrozoneamento do PDOT de 2009, para zona urbana, da área em questão.

6.3.2 Enquadramento Temporal

A ocupação da área da ARINE Sucupira se iniciou em meados da década 90, por meio de ocupação e parcelamento irregular de áreas rurais, que faz parte do contexto de ocupação no DF, ou seja, às margens da lei de parcelamento de solo. Assim, as áreas que continham remanescentes de vegetação nativa não foram alvo de inventários florestais que pudessem subsidiar, neste momento, uma autorização de supressão vegetal, e conseqüente cálculo de compensação florestal.

Logo, para resolução do passivo ambiental, foi necessário elaborar estratégias para a proposição de um quantitativo que reflita a situação da vegetação no ano de entrada em vigor do Decreto nº 14.783/1993, marco histórico e legal da obrigatoriedade do pagamento de compensação florestal devido à supressão de vegetação no Distrito Federal. Contudo, a aplicabilidade da compensação florestal está condicionada tão somente às áreas urbanas:

“Decreto nº 14.783/1993

*Parágrafo único – Patrimônio Ecológico consiste na reunião de espécies tombadas imunes ao corte em **áreas urbanas**, ficando a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia SEMATEC – responsável por autorizar as exceções para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de relevante interesse social ou de utilidade pública. (Grifo nosso)*
Art. 2º - Ficam ainda imunes os espécimes arbóreo-arbustivo que apresentam as seguintes características:

I – as espécies lenhosas nativas ou exóticas raras, porta-sementes;

II – as espécies lenhosas de expressão histórica, excepcional beleza ou raridade;

III – todas as espécies lenhosas em terreno cuja declividade seja superior a 20%;

IV – todas as espécies lenhosas localizadas em áreas de preservação permanente, de reserva ecológica e de instabilidade geomorfológica sujeitas à erosão.”

(...)

Art. 7º — Nos casos de necessidade de remanejamento — para parcelamento de solo, urbanização ou edificação — em área ocupada pelas espécies enquadradas no art. 1º e incisos I, II e IV do art. 2º deste instrumento, será obrigatório seu transplântio preferencialmente em área contígua.

(...)

Art. 8º — Nos casos de impossibilidade técnica de transplante, adotar-se-ão medidas de compensação de cada espécimen suprimido.”

Por essa razão, para a avaliação da aplicabilidade da compensação florestal foram considerados o Plano Diretor de Ordenamento Territorial dos anos de 1997 e 2009, com ênfase para a região da ARINE Sucupira localizada na região administrativa do Riacho Fundo, bem como as imagens aéreas do apresentadas na Figura 92, que destacam a evolução da ocupação territorial entre os anos de 1991 e 2017.

No ano de 1997, por meio da análise dos arquivos vetoriais (shapes) e do mapa do PDOT/1997, verificou-se que a área da ARINE Sucupira estava totalmente inserida na Zona Rural. Já com a alteração do PDOT no ano de 2009, verifica-se que o macrozoneamento territorial classifica a região como Zona Urbana. Portanto, depreende-se dessas informações que, a partir de 2009 há aplicabilidade da compensação florestal pretérita.

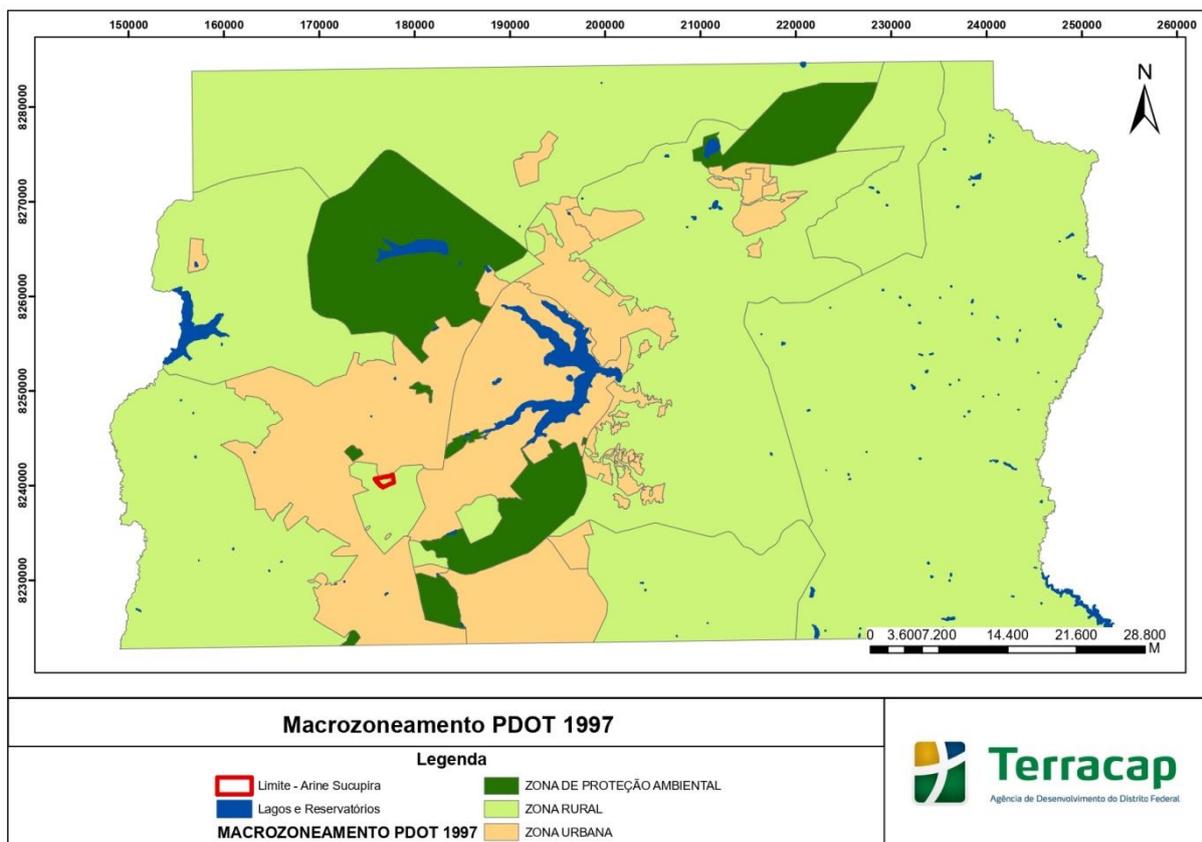


Figura 93. Figura ilustrativa do Macrozoneamento PDOT 1997.

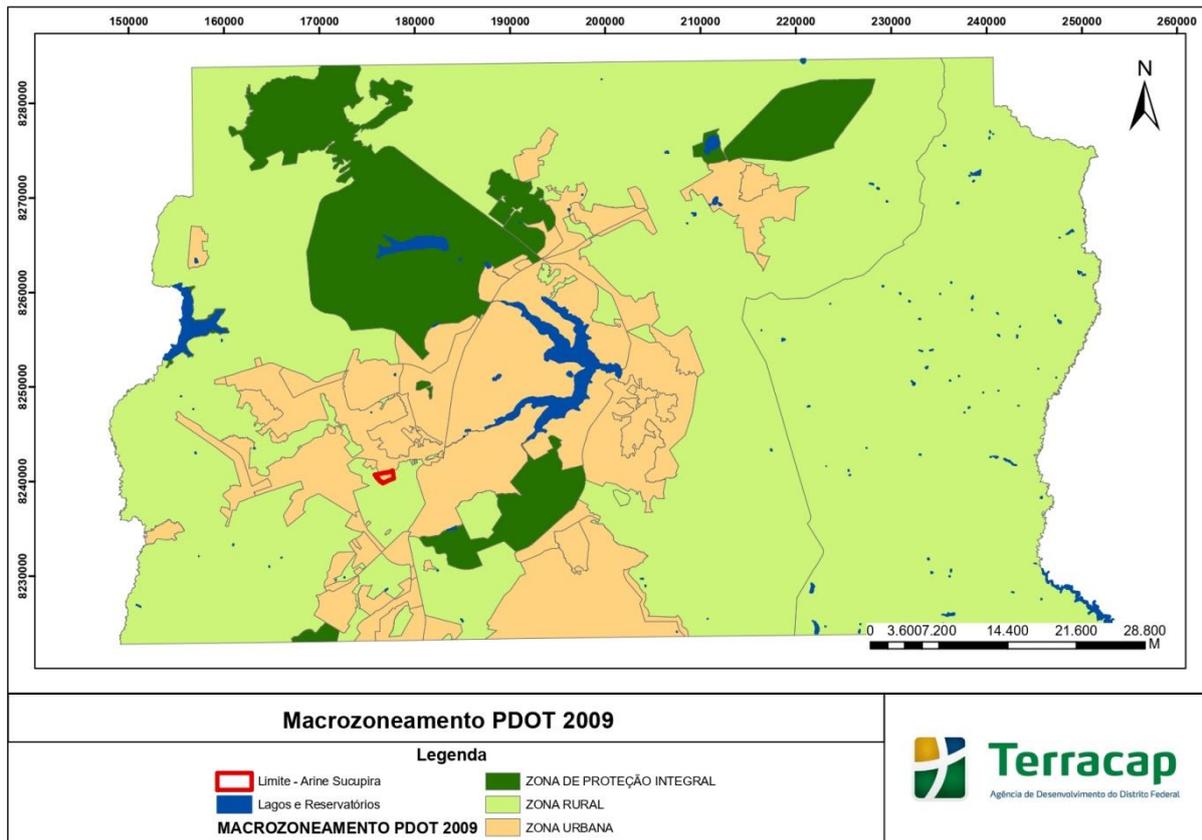


Figura 94. Figura ilustrativa do Macrozoneamento PDOT 2009.

Com base na Figura 92, verifica-se que com o passar dos anos foi evoluindo a ocupação do solo pelo parcelamento irregular e descaracterização dos remanescentes de vegetação nativa, e com a mudança do macrozoneamento do PDOT de 1997 para 2009, em que a área da ARINE Sucupira passou a se enquadrar como zona urbana, marco legal para o enquadramento na Compensação Florestal do Decreto nº 14.783/1993, é possível observar a presença de grandes áreas com fragmentos de vegetação nativa.

Portanto, considerando a análise apresentada, entendemos que há aplicabilidade da Compensação Florestal Pretérita, uma vez que a ARINE Sucupira detinha fragmentos de vegetação nativa no ano de 2009, marco legal em que foi publicada a revisão do PDOT que transformava a área em estudo de Zona Rural para Zona Urbana, e que parte dessas áreas foram suprimida de forma irregular, sem as devidas medidas mitigadoras expressas na legislação vigente sobre a compensação florestal.

6.3.3 Cálculo da Compensação Florestal Pretérita

O cálculo da compensação florestal pretérita foi realizado utilizando-se as imagens aéreas das áreas da ARINE Sucupira, delimitadas pelo mapeamento da evolução do uso do solo, a partir da aerofotogrametria do ano de 2009, comparativamente a situação do uso do solo atual, conforme a Figura 95.

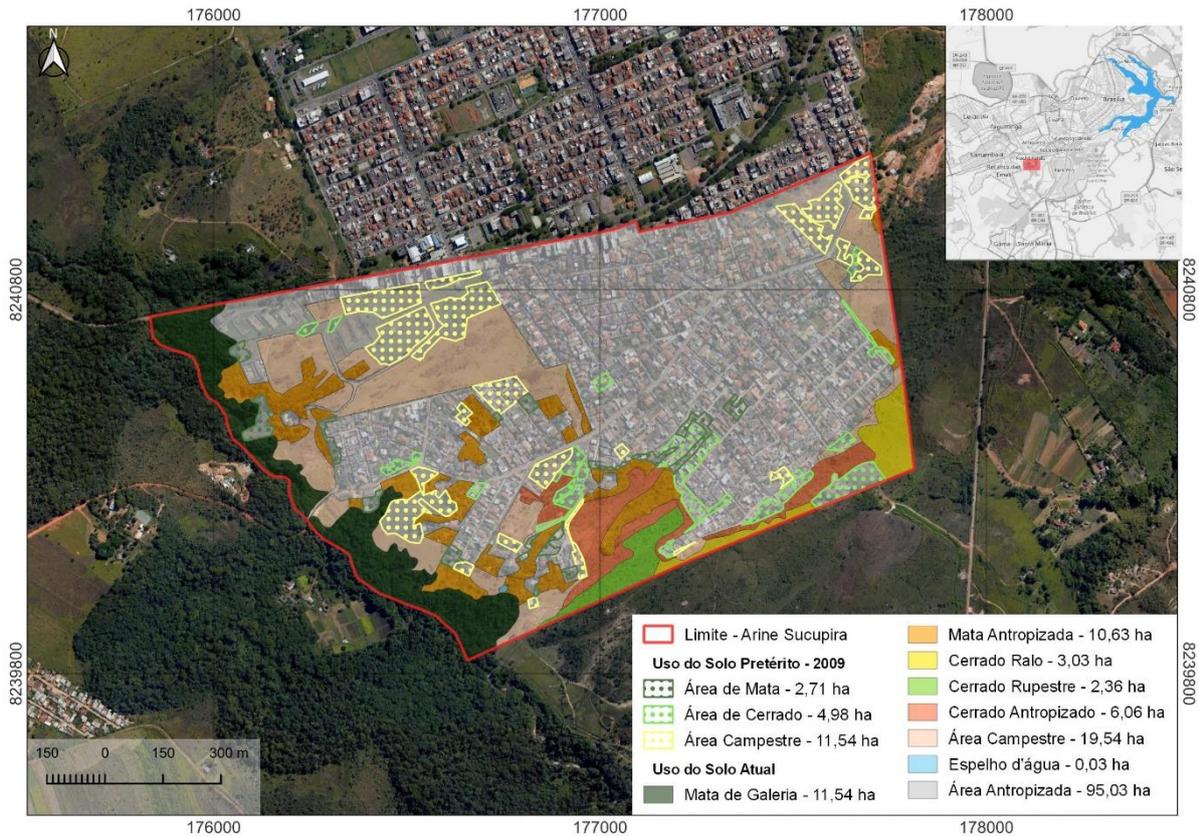


Figura 95. Figura ilustrativa do mapa de delimitação dos Remanescentes de Vegetação Suprimidos de 2009 até a situação atual – ARINE Sucupira no Riacho Fundo – DF.

Com base nas informações obtidas e análises realizadas, em conjunto com a análise e sobreposição com as informações vetoriais contidas no Mapa de Prioridades, avaliou-se a compensação florestal conforme os mecanismos do Decreto nº 39.469/2018, cujos resultados obtidos foram utilizados como parâmetros para o cálculo da compensação florestal, conforme exigências impostas pelo IBRAM.

A partir das análises e confrontação de informações relatadas, foi possível inferir que a área em regularização da ARINE Sucupira se encontra em regiões de baixa, média e muito alta prioridade segundo o mapa de prioridades do Distrito Federal. Por se tratar de remanescentes de vegetação pretéritos em áreas que vinham sofrendo processo de antropização desde a década de 90 e que não foram submetidos a inventários florestais antes das supressões, por meio de análise das imagens temporais, foram adotadas por segurança as menores classes volumétricas dos grupos fitofisionômicos descritos no Decreto nº 39.469/2018 para a realização dos cálculos compensatórios.

Considerando o conjunto de informações supra, foi determinada o fator de multiplicação para o cálculo da compensação de 2 até 5 vezes, respectivamente, o que significa que as áreas obtidas através do mapeamento de uso do solo pretérito foram multiplicadas por esses parâmetros para ajustes dos quantitativos devidos enquanto compensação florestal. Por fim, foi efetuado o cálculo da compensação florestal, o qual foi estimado em um total de 61,13 hectares a serem compensados,

sendo 5,82 ha em áreas de baixa prioridade, 22,25 ha em áreas de média prioridade e 33,06 ha em áreas de muito alta prioridade.

Tabela 25. Compilação dos dados provenientes do estudo de imagem do ano de 2009.

Estudo de Imagem		Cálculo da Compensação Florestal		
Fitofisionomia	Área (ha)	Prioridade para compensação	Fator multiplicador	Compensação de remanescentes
Remanescente de vegetação nativa - Grupo I – Área Campestre	1,90	Baixa	2	3,80
	4,45	Média	3	13,35
	4,12	Muito Alta	5	20,60
Remanescente de vegetação nativa - Grupo II – Área de Cerrado	0,26	Baixa	2	0,52
	2,44	Média	2,5	6,10
	2,27	Muito Alta	4	9,08
Remanescente de vegetação nativa - Grupo III – Área de Mata	0,74	Baixa	2	1,48
	1,12	Média	2,5	2,80
	0,85	Muito Alta	4	3,40
Total	18,15		-	61,13

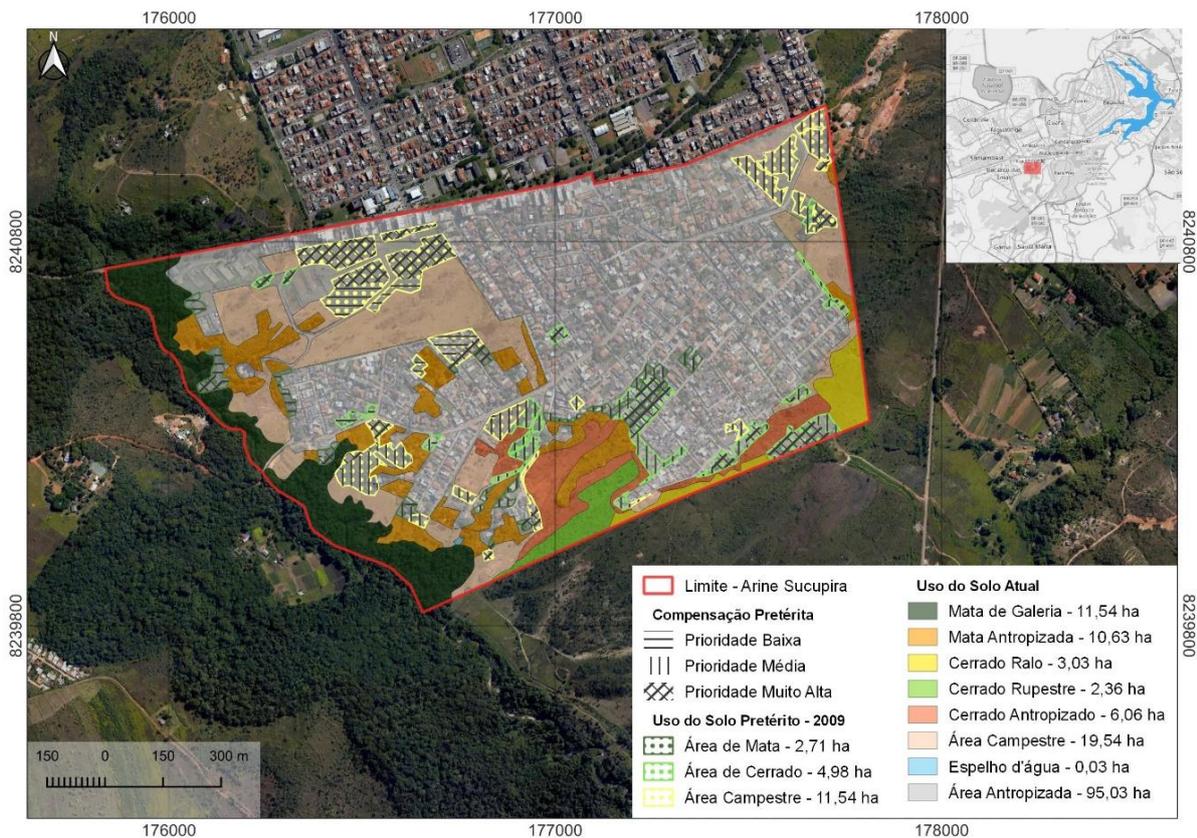


Figura 96. Figura ilustrativa do mapa da compensação florestal segundo o mapa de prioridades da conservação estabelecido no Decreto 39.469/2018.

6.3.4 Proposta de Compensação Florestal

Em relação à proposta da modalidade de compensação, o critério adotado pela presente proposta, é aquele exposto pelo Inciso V do Art. 20, do Decreto 39.469/2018, a saber:

V - Conversão em recursos financeiros de até 100% da obrigação devida, cabendo ao proponente informar qual o percentual desejado, devendo depositar 50% no FUNAM, mediante aceite que ateste a capacidade integral de execução, acrescidos do percentual de 7,5% destinado à administração da execução dos recursos, ficando os 50% restantes do valor convertido destinado ao órgão ambiental;

O Art. 24 do referido Decreto determina que a conversão da compensação florestal em recursos financeiros, se dará de acordo com taxa de conversão a ser estabelecida em Portaria Conjunta entre o gestor do Fundo e o órgão ambiental. A referida taxa de conversão de compensação florestal foi regulamentada pela Portaria Conjunta nº 01/2020 e atualizada pela Instrução Normativa nº 02/2024, que traz a seguinte redação:

Art. 1º Fica estabelecido valor de R\$ 35.287,53 (trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos) por 1 hectare como taxa de conversão da compensação florestal em recursos financeiros para remanescentes de vegetação nativa.

Assim, o cálculo de conversão resultou em um valor a ser compensado de R\$ 2.157.126,71 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, cento e vinte seis reais e setenta e um centavos). A Tabela 26 apresenta o resultado do cálculo da compensação florestal pretérita dos remanescentes de vegetação nativa interceptados desde o ano de 2009 pelo parcelamento em análise.

Tabela 26. Memória de cálculo da compensação florestal conforme os mecanismos do Decreto nº 39.469/2018, a partir da aplicação da conversão pecuniária.

Classe	Área Suprimida de 2009 ao período atual	Total de área a ser compensada	Conversão de pecúnia
			Portaria Conjunta nº 01/2023
Remanescente de vegetação nativa	18,15	61,13	R\$ 2.157.126,71

Importa ressaltar que a presente proposta do cálculo, da modalidade e da forma de execução da compensação florestal contidas no presente documento poderão sofrer futuras alterações e ajustes, considerando a indefinição da forma de compensação da conversão de remanescentes de vegetação nativa, conforme o Decreto nº 39.469/2018.

6.4 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

As Áreas de Preservação Permanente são ambientes de grande importância quanto à biodiversidade, à proteção dos corpos d'água e, também, no que diz respeito à manutenção da fauna silvestre. De acordo com o novo Código Florestal Brasileiro (2012), Áreas de Preservação Permanente (APP) são:

“... áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

De acordo com a análise da base de dados hidrográficas do DF, assim como a verificação em campo, a poligonal da ARINE Sucupira tem delimitações pelo curso d'água Riacho Fundo e por canais de drenagem afluentes.

Em relação às APPs de cursos d'água, essas foram definidas em função do Riacho Fundo, curso d'água limítrofe à poligonal. Uma vez que esse curso d'água possui largura inferior à 10 metros, a APP projetada foi definida em 30 metros para cada lado.

A obtenção do traçado do Riacho Fundo se deu a partir da extração automática feita com base no MDT que foi gerado a partir dos valores altimétricos obtidos pelas curvas de nível do mapeamento cadastral urbano do Distrito Federal de 2016.

O mapa da Figura 97 apresenta esse traçado do curso d'água e sua respectiva Área de Preservação Permanente.



Figura 97. Mapa com delimitação da APP.

Importante ressaltar que a base oficial de áreas de preservação permanente do DF, disponíveis no sítio eletrônico Geoportal, trazem outras áreas no interior da poligonal da ARINE Sucupira classificadas como APP. Porém, essas áreas foram verificadas em campo e caracterizadas apenas como grotas secas, não se enquadrando com áreas de preservação permanente. O detalhamento deste tópico será visto no próximo item.

6.5 FAIXAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O Decreto Distrital nº 30.315/2009 regulamenta quanto a distinção de curso d'água intermitente e canal natural de escoamento superficial e trata da definição da faixa marginal de proteção (não edificável).

Define o canal de escoamento natural como sendo:

“sulco ou ravina que ocorre em uma determinada bacia contribuinte, onde não há presença de nascentes perene ou intermitente, e onde prepondera o escoamento superficial concentrado das águas de chuva; durante e logo após, o período de precipitação.”

Sendo assim, são áreas em que ocorre o escoamento de água superficial apenas logo após períodos de chuva, desta maneira, não é aplicável o regramento utilizado no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) quando se trata da definição das Áreas de Preservação Permanente. Contudo, a legislação distrital dispõe que essas áreas marginais estão submetidas a um regime de proteção e são não edificáveis.

Sendo assim, foi feita avaliação destes canais de escoamento, também identificadas neste estudo como vertentes e grotas secas. O objetivo foi realizar a avaliação e classificação destas linhas de drenagem para posterior definição das faixas marginais de proteção.

A obtenção do traçado dos canais de escoamento natural se deu a partir da extração automática feita com base no MDT que foi gerado a partir dos valores altimétricos obtidos pelas curvas de nível do mapeamento cadastral urbano do Distrito Federal de 2016.

Ao analisar imagens anteriores à ocupação urbana no Setor Habitacional Sucupira, especificamente para o ano de 1986, observa-se que ainda não havia ocupação urbana nesta área e a vegetação local apresentava um aspecto campestre.

Ao seguir com a análise temporal para o ano de 2009, observa-se que as cabeceiras dessas linhas de drenagem no interior da poligonal já começaram a ser ocupadas, possivelmente com aterramento das grotas secas e interrompendo a função desses canais no escoamento das águas pluviais.

Atualmente, boa parte das áreas no interior da poligonal, em que havia grotas secas, foi ocupada. Os locais onde ainda não houve avanço urbano, possivelmente, foi por fatores como inclinação do terreno e nas áreas de chácaras que não foram reparceladas.

As imagens na Figura 98 mostram o avanço da ocupação urbana na ARINE Sucupira ao longo dos últimos 35 anos.

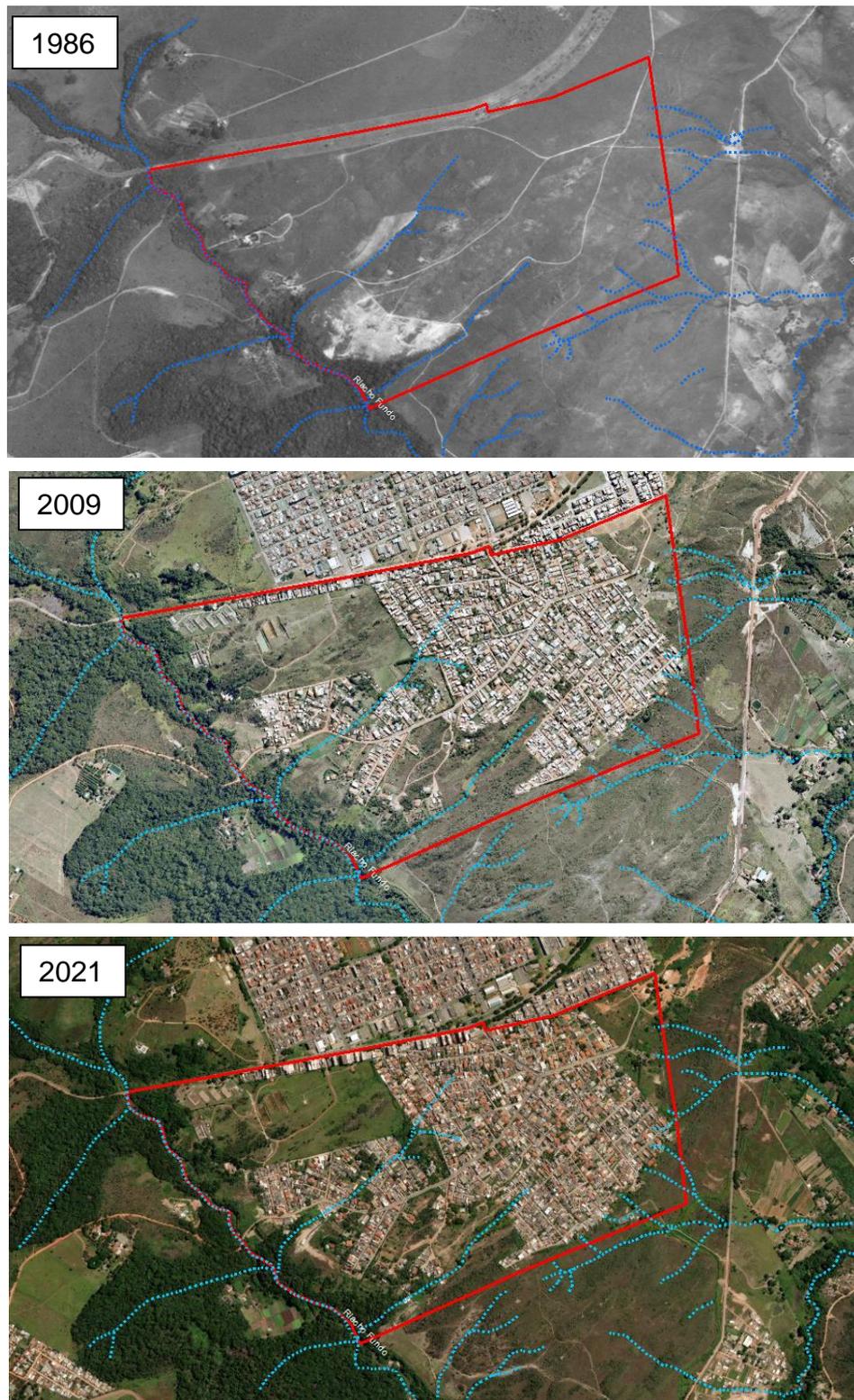


Figura 98. Imagens temporais com o processo de ocupação na ARINE Sucupira e avanço sobre as grotas secas.

Foi realizada verificação in loco em alguns trechos desses canais de escoamento. Após análise dos aspectos ambientais estabelecidos no Decreto Distrital nº 30.315/2009, foi estabelecida faixa marginal de proteção com extensão de 15 metros (Figura 99).



Figura 99. Mapa dos canais de escoamento natural e suas respectivas faixas de proteção ambiental.

Em vistoria realizada logo após período de alta pluviosidade foi constatado o escoamento de águas pluviais, conforme mostrado na Figura 100, demonstrando que é necessária a manutenção de faixa de proteção ambiental.



Figura 100. Trecho de canal de escoamento logo após período chuvoso.

6.6 ÁREA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAS

As Áreas de Proteção de Manancial (APM) foram definidas no PDOT com a finalidade de promover o uso sustentável e recuperação ambiental das áreas a jusante dos pontos de captação da água destinada para abastecimento público.

A área do empreendimento não está inserida em APM, sendo as mais próximas a APM – Olho D'água, APM – Ponte de Terra e APM – Ribeirão do Gama que estão distantes cerca de 6 km da área de regularização, não havendo em interferências com essas áreas de proteção.

O mapa da Figura 101 apresenta o contexto do empreendimento diante da localização das APM do Distrito Federal.

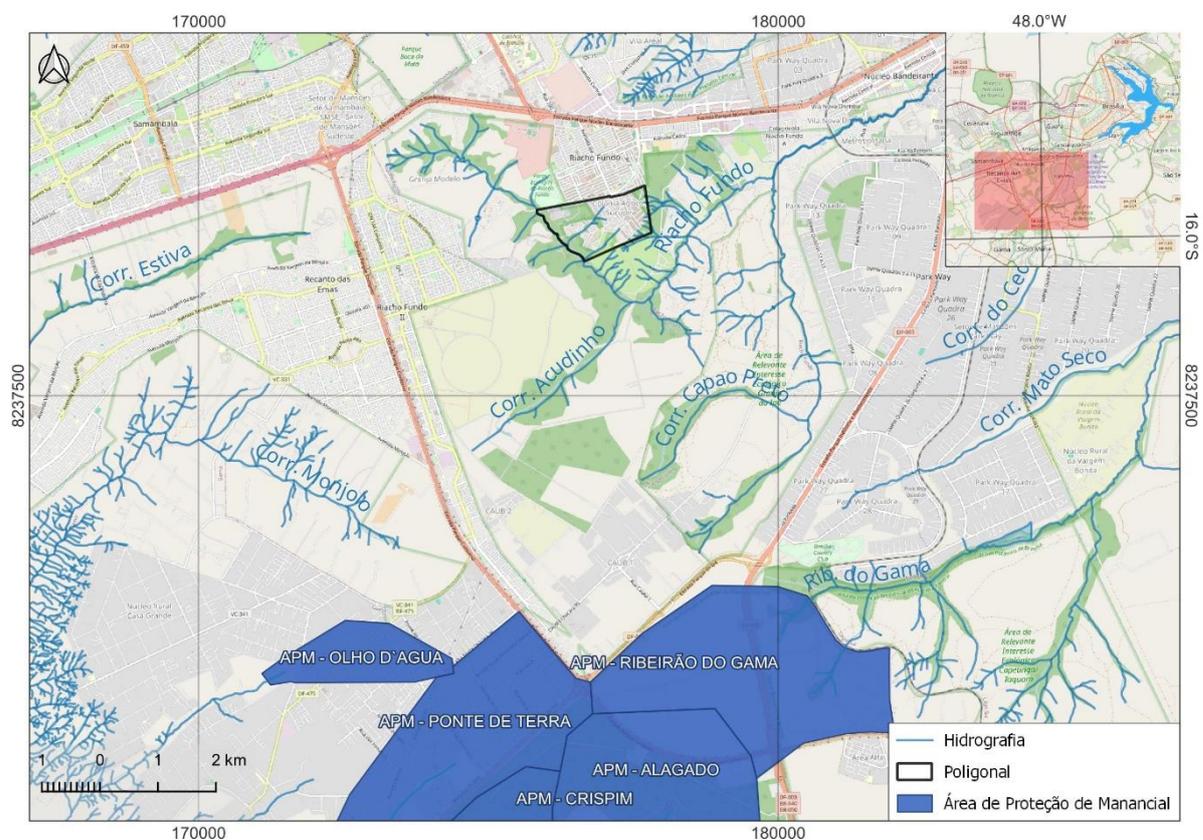


Figura 101. Mapa das Áreas de Proteção de Manancial.

6.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Na dimensão de ordenamento territorial sob a incidência das normas ambientais a ARINE Sucupira localiza-se na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central por força das disposições do Decreto Federal de 10/01/2002, constituindo regras com o escopo de proteger o solo, mananciais e recursos naturais do território de abrangência da APA.

A área de regularização Sucupira está inserida em duas zonas definidas no plano de manejo da APA do Planalto Central, sendo elas a Zona Urbana e Zona de Preservação da Vida Silvestre (Figura 102).

A Zona Urbana compreende áreas urbanas consolidadas e em processo de regularização. As normas aplicadas para esta zona de manejo são as mesmas definidas no PDOT.

A Zona de Preservação da Vida Silvestre compreende as áreas de unidades de conservação de proteção integral e os parques distritais. No caso em questão, esta zona se sobrepõe ao Parque Ecológico do Riacho Fundo e as normas seguidas serão as mesmas adotadas para o parque.

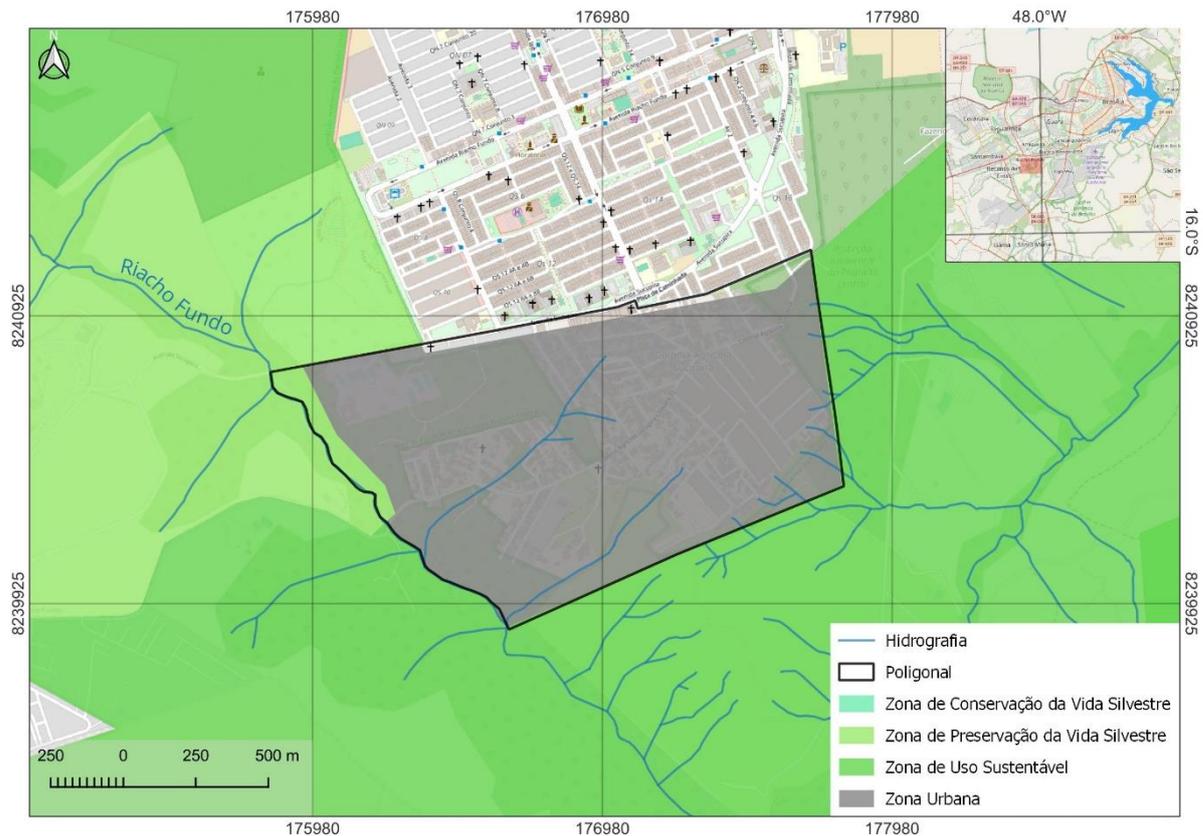


Figura 102. Zoneamento da APA do Planalto Central.

Há de se destacar a interseção entre a poligonal da ARINE Sucupira e a poligonal do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo. Criado pelo Decreto Distrital nº 1.705/1997, esse Parque tem como objetivo garantir a diversidade da fauna e flora locais, promover a educação ambiental e proporcionar à população opções de recreação e lazer.

O Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo ainda não possui Plano de Manejo elaborado. Mesmo ainda sem a definição das diretrizes e normas de uso específicas para esse Parque, conforme a Lei Federal nº 6.766/1979, não é permitido o parcelamento de solo em áreas de preservação ecológica. Parte da área do Parque também está contida em APP, o que estabelece regramentos ainda mais restritivos para sua ocupação.

O mapa com a localização do Parque Ecológico e Vivencial Riacho Fundo e as unidades de conservação em um raio de 3 km é mostrado na Figura 103.

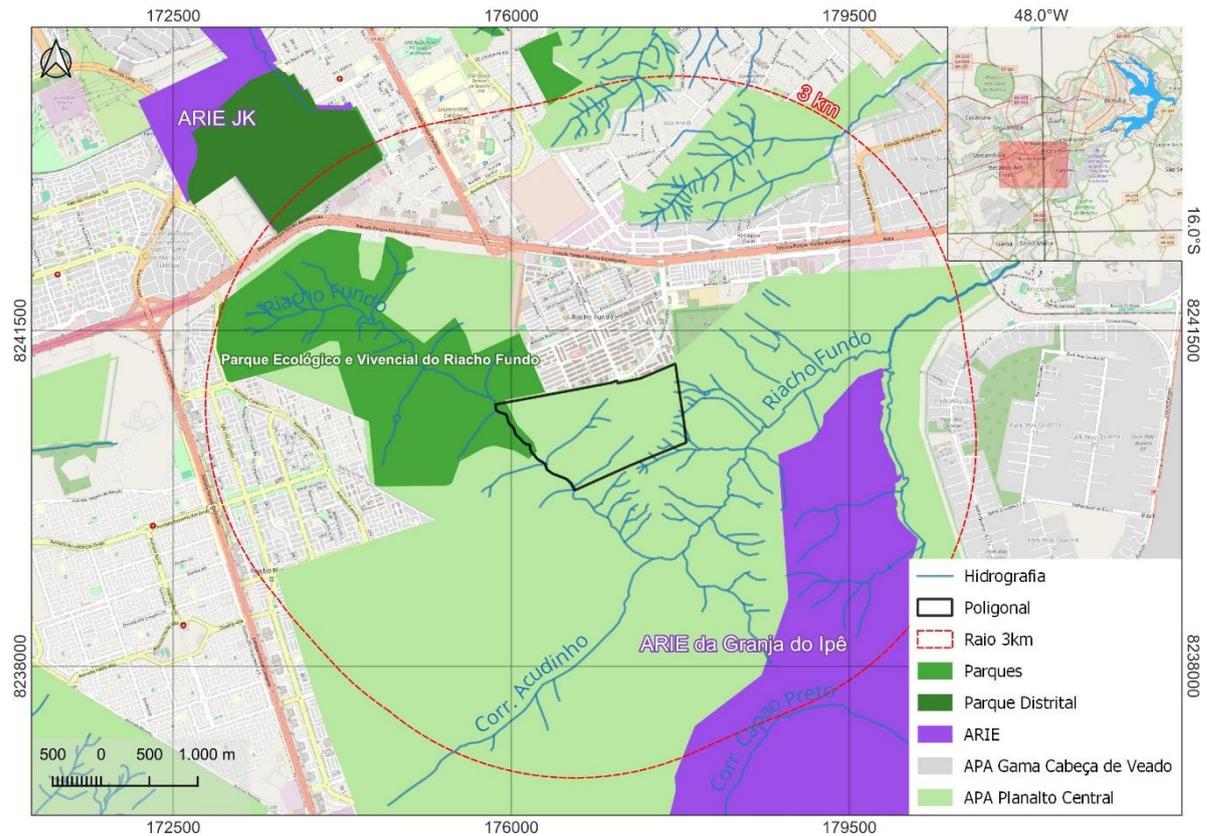


Figura 103. Localização do Parque Ecológico do Riacho Fundo em relação a poligonal da ARINE Sucupira.

6.8 CORREDORES ECOLÓGICOS

A definição de corredores ecológicos no Distrito Federal veio como um instrumento do Zoneamento Ecológico Econômico para promover a integração das paisagens de interesse ecológico, incentivar a recuperação de áreas degradadas, restabelecer as funções ecológicas dos ecossistemas e integrar o desenvolvimento econômico com a proteção dos ecossistemas assegurando sua permeabilidade ecológica.

Os corredores ecológicos foram classificados em três zonas, de acordo com o grau de conservação da cobertura vegetal e ocorrência de unidades de conservação. Conforme Art. 33 da Lei Distrital nº 6269/2019, essas são as três zonas que compõem os corredores ecológicos do DF:

I - Zona Suçuarana: composta pelas unidades de conservação de proteção integral e remanescentes florestais e savânicos de Cerrado;

II - Zona Lobo-Guará: composta pelas unidades de conservação de uso sustentável e remanescentes florestais e savânicos e por áreas com potencial para recuperação;

III - Zona Sagui: composta por remanescentes de Cerrado com algum grau de intervenção e potencial para recuperação, inclusive em ambientes urbanos.

Ao analisar o contexto da área de regularização observa-se a ocorrência de corredores ecológicos da Zona Suçuarana e Zona Lobo-Guara, como mostrado no mapa da Figura 104.

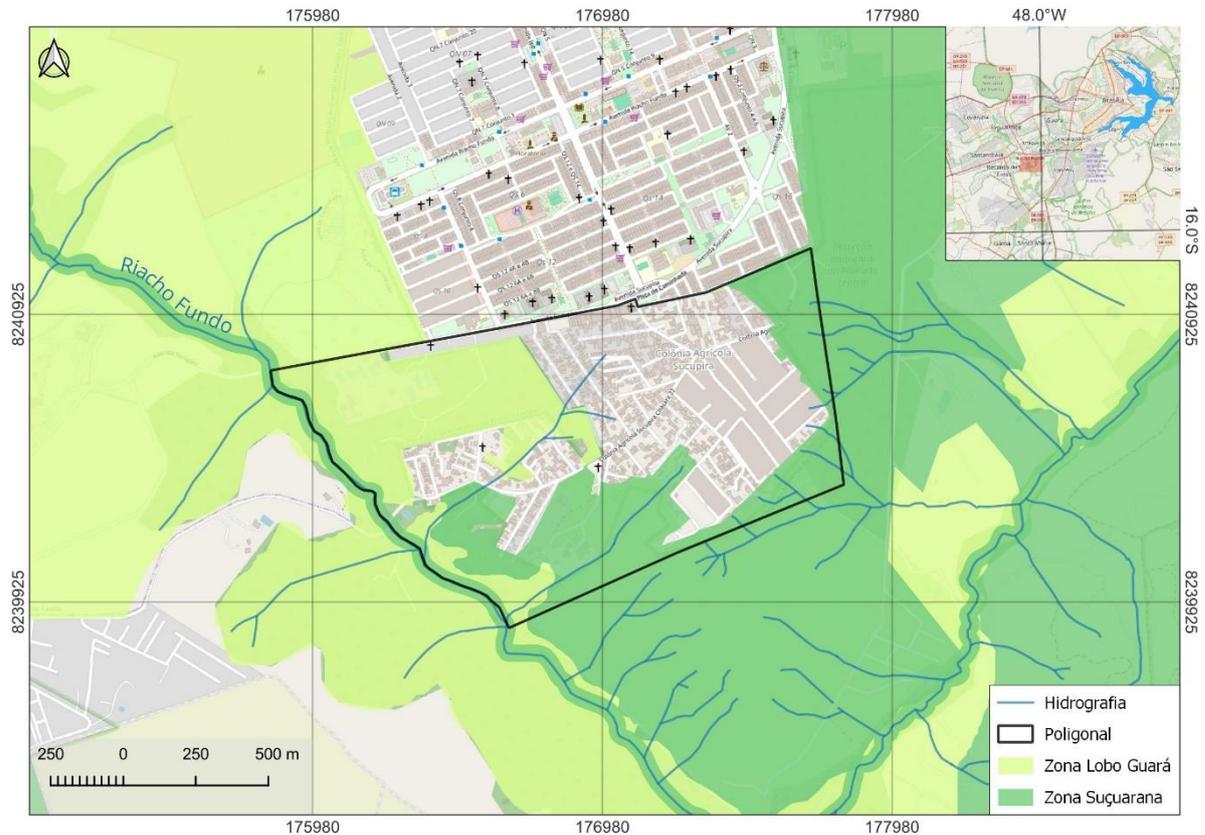


Figura 104. Corredores ecológicos na área de regularização.

A Zona Suçuarana que compreende remanescentes florestais e savânicos está constituída na APP do Riacho Fundo e nas porções mais a leste e sul da ARINE, essas regiões possuem remanescentes de cerrado, mas apresentam um nível de antropização (Figura 105).

A Zona Lobo-Guará (Figura 106) está na região mais noroeste que compreende áreas antropizadas, mas que ainda não foram urbanizadas, possuindo alguns fragmentos de vegetação nativa e árvores isoladas.



Figura 105. Vista de área classificada como Zona Suçuarana.



Figura 106. Vista de área classificada como Zona Lobo Guará.

6.9 CONECTORES AMBIENTAIS

A Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do PDOT, trouxe a seguinte definição para os conectores ambientais.

“porções de ecossistemas naturais, parques e equipamentos urbanos como vias públicas, calçadas, canteiros centrais, praças e playgrounds, providos de arborização e áreas verdes, utilizados como elementos de conexão entre espaços naturais preservados e demais unidades de conservação e áreas protegidas, possibilitando maior fluxo genético entre as espécies vegetais e o trânsito da fauna local.”

A definição destes conectores ambientais compõe estratégias de preservação e recuperação destas áreas, desenvolvimento de pesquisas e atividades de ecoturismo e agroecologia, propondo espaços contínuos de conservação da biodiversidade.

A poligonal do empreendimento se localiza próxima ao Conector Ambiental 6 – Taguatinga Ipê, este conector compreende as áreas verdes que margeiam o ribeirão Taguatinga, córrego Taguatinga, Riacho Fundo e pelas nascentes dos afluentes do Riacho Fundo. O mapa da Figura 107 mostra a configuração deste conector com a área do projeto de regularização.

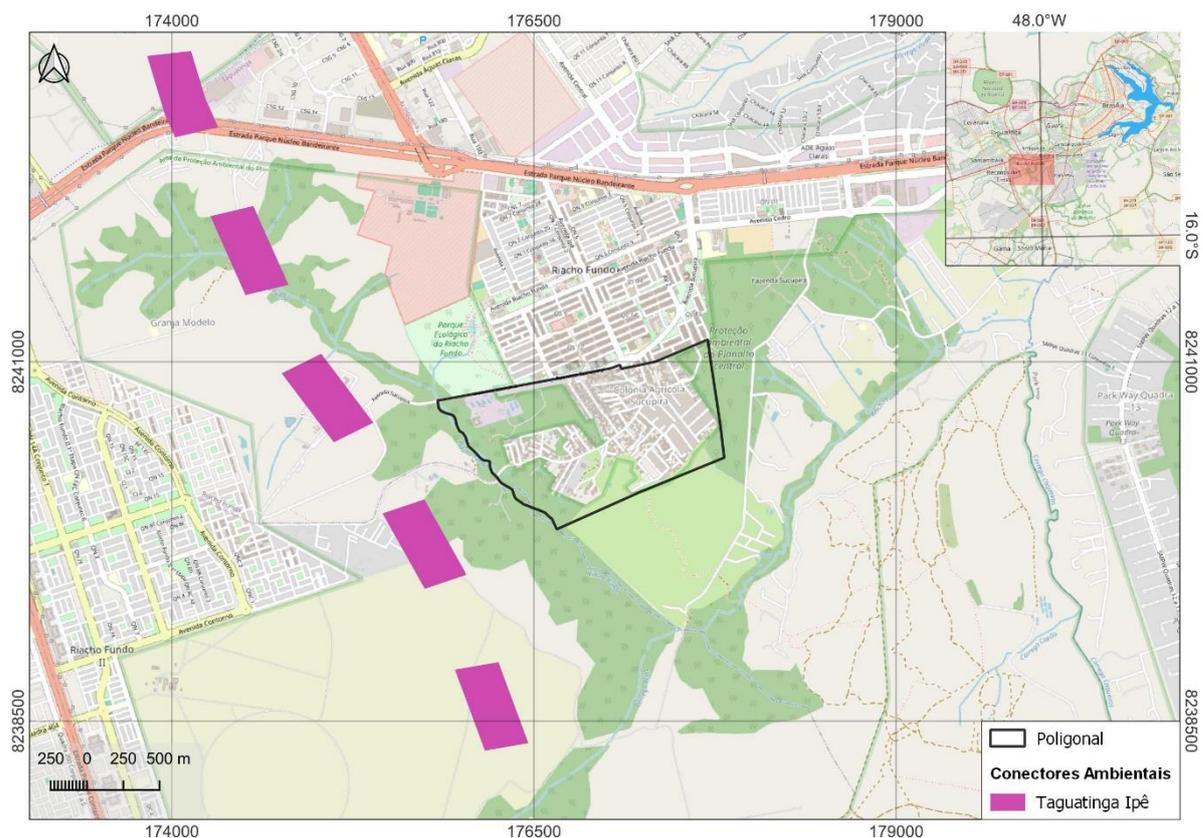


Figura 107. Conectores ambientais definidos pelo PDOT próximos em relação a ARINE Sucupira.

A porção oeste da ARINE Sucupira está compreendida na área de influência do conector Taguatinga Ipê, havendo necessidade de manter conservada as APPs e promover sua recuperação para favorecer o trânsito da fauna local e abrigar uma maior biodiversidade.

6.10 CONSOLIDAÇÃO DAS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

Neste estudo foram já discutidas as restrições ambientais concernentes às Áreas de Preservação Permanente, Faixas de Proteção Ambiental, Unidades de Conservação e Declividade, observando os preceitos constantes na legislação ambiental e urbanística. Foram definidos os seguintes aspectos a serem considerados para a regularização do Setor Habitacional:

- APP de 30 metros para o Riacho Fundo;
- Faixa Marginal de Proteção de 15 metros para as grotas secas;
- Áreas com declividade >30%;
- Áreas suscetíveis à inundação;
- Áreas suscetíveis à deslizamentos, queda de blocos e com aterros/muros de arrimo.

Essas restrições foram plotados no mapa de restrições ambientais e geotécnicas que consta no Anexo III.

7 DIAGNÓSTICO DO MEIO BIÓTICO – FAUNA

O estudo abordou a Fauna Terrestre, composto pelo estudo dos seguintes grupos faunísticos: Herpetofauna (répteis e anfíbios), Avifauna (aves) e Mastofauna (mamíferos).

A área de estudo compreendeu a Área de Influência Indireta, UH-13 Riacho Fundo e os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental realizada em busca de informações em relatórios técnicos, Planos de Manejo, pesquisas científicas e em outros documentos relacionados. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da seleção, fichamento e arquivamento dos tópicos de interesse para a investigação, objetivando conhecer o estado da arte do material concernente ao tema proposto pelo estudo. Foram consideradas como espécies de provável ocorrência, preferencialmente registros identificados em nível de espécie e/ou com ocorrência ou distribuição para as localidades próximas à região de estudo.

Para os grupos analisados foram enfatizados os seguintes aspectos:

- Espécies ameaçadas de extinção;
- Espécies passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental;
- Espécies endêmicas.

Para classificação das espécies migratórias, o estudo utilizou a Portaria MMA nº 12, de 23 de janeiro de 2018 que torna pública a lista das espécies migratórias de animais silvestres.

Para classificação das espécies exóticas invasoras do Distrito Federal, o estudo se baseou na Instrução Normativa SEI-GDF nº 409/2018 - IBRAM/PRESI.

As espécies ameaçadas de extinção foram determinadas de acordo com a Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (Portaria MMA nº 300/2022) e a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas em nível mundial da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN (IUCN, 2023). Foram consultadas, também, as espécies citadas nos apêndices da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção – CITES.

7.1 HERPETOFAUNA

A Herpetofauna é um grupo faunístico constituído por espécies de anfíbios e répteis, os quais formam um grupo proeminente em quase todas as comunidades terrestres. Taxonomicamente o grupo é dividido em duas classes distintas, a Classe Amphibia, que contém as ordens Anura, Gymnophiona e Caudata, compreendendo os anfíbios conhecidos popularmente como sapos, rãs, jias, pererecas, cecílias e salamandras e a Classe Reptilia, com as ordens Testudines, Crocodylia e Squamata, compreendendo os répteis conhecidos como lagartos, anfisbênias, serpentes, jacarés, cágados, tartarugas e jabutis (VITT; CALDWELL, 2009; BERNARDE, 2012).

Para a classe Amphibia são reconhecidas mais de 8.000 espécies no mundo, das quais mais de 1.000 foram descritas para o Brasil, país que é detentor da maior diversidade de anfíbios do planeta (BERNARDE, 2012; FROST, 2023). Na lista oficial da Sociedade Brasileira de Herpetologia – SBH (SEGALLA *et al.*, 2021), constam 1.136 espécies ocorrentes no Brasil, sendo a Ordem Anura a mais representativa com 1.093 espécies; seguida da ordem Gymnophiona, com 38 espécies e Caudata, com cinco espécies.

Para a Classe Reptilia já foram descritas mais de 11.000 espécies no globo, onde o Brasil ocupa a terceira posição em riqueza com 830 espécies (UETZ; HOSEK, 2020). Na lista oficial da Sociedade Brasileira de Herpetologia - SBH, considerando espécies e subespécies, são registrados 842 táxons, onde a Ordem Testudines é representada por 37 espécies; Crocodylia por seis espécies; e Squamata por 799 táxons, sendo 282 de lagartos, 75 de anfisbenas e 442 de serpentes (COSTA; BÉRNILS, 2021).

No bioma Cerrado, para o grupo dos anfíbios são reconhecidas 211 espécies de anfíbios anuros (VALDUJO *et al.*, 2012) e duas espécies de cecílias (COLLI *et al.*, 2002). Já os répteis são representados por 10 espécies de quelônios, cinco espécies de crocodilianos (COLLI *et al.*, 2002) e 264 espécies da Ordem Squamata (lagartos, anfisbênias e serpentes) (NOGUEIRA *et al.*, 2009; NOGUEIRA *et al.*, 2011).

No que tange a composição da Herpetofauna no Distrito Federal são conhecidas 205 espécies, distribuídas em duas Classes, cinco Ordens e 34 Famílias (GURGEL, 2020). A Classe Amphibia é representada com 70 espécies e a Classe Reptilia com 135 espécies, correspondendo a 41,67% das espécies da Herpetofauna anotadas para o bioma Cerrado (492 spp.) (Colli *et al.*, 2002, Nogueira *et al.*, 2009; Nogueira *et al.*, 2011, Valdujo *et al.*, 2012), configurando a região distrital como de alta relevância regional para a Herpetofauna.

Os organismos constituintes do grupo Herpetofauna atuam em diversas relações ecológicas (BÖHM *et al.*, 2013) e devido à grande especificidade de habitat e sensibilidade a alterações ambientais, são amplamente utilizados em estudos envolvendo processos de degradação e qualidade ambiental.

7.1.1 Bibliografia Consultada

Como fonte de dados secundários, foram utilizados estudos já realizados nas áreas de influência ou próximos à área de interesse. Apenas registros identificados em nível

de espécie da Herpetofauna foram utilizados neste levantamento. Ao todo foram utilizados seis estudos, a saber:

1. Relatório Técnico da Herpetofauna - Monitoramento da Fauna: Programa de Monitoramento e Proteção da Fauna Expresso – DF, Brasília DF. Resultou em registros de 26 espécies de anfíbios e 19 espécies de répteis, durante os anos de 2017 e 2018 (Bio Consultoria Ambiental, 2018);
2. APA do Planalto Central. Os dados apresentados somam uma riqueza de 44 espécies de anfíbios e 85 espécies de répteis. (Géo Lógica, 2010; Gurgel, 2011).
3. Estudo de Impacto Ambiental - EIA “Parque das Benções”, com a ocorrência de 17 espécies de anfíbios e 32 espécies de répteis (Ecotech Tecnologia Ambiental e Consultoria, 2013).
4. Olhares sobre o Lago Paranoá, em seu capítulo específico sobre anfíbios e répteis, com registro de 18 espécies de anfíbios e 56 espécies de répteis (Zerbini e Brandão, 2001)
5. Plano de Manejo das áreas de proteção da Vila Estrutural, apresenta uma herpetofauna composta por 30 anfíbios e 13 espécies de répteis (Greentech Tecnologia Ambiental, 2012)
6. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Guará - REBio Guará, no Distrito Federal, somando 13 espécies de anfíbios e cinco espécies de répteis (Geo Lógica Consultoria Ambiental, 2012).

Tabela 27. Espécies de provável ocorrência do grupo Herpetofauna.

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
AMPHIBIA						
ANURA						
BUFONIDAE						
<i>Rhinella cerradensis</i>	Maciel, Brandão, Campos & Sebben, 2007	2				CE
<i>Rhinella diptycha</i>	(Cope, 1862)	123456				
<i>Rhinella rubescens</i>	(A. Lutz, 1925)	1235				CE
<i>Rhinella veredas</i>	(Brandão, Maciel & Sebben, 2007)	2				CE
CRAUGASTORIDAE						
<i>Barycholos ternetzi</i>	(Miranda Ribeiro, 1937)	123				CE
DENDROBATIDAE						
<i>Ameerega flavopicta</i>	(A. Lutz, 1925)	2			II	CE
HYLIDAE						
<i>Aplastodiscus lutzorum</i>	Berneck, Giaretta, Brandão, Cruz & Haddad, 2017	124				
<i>Boana albopunctata</i>	(Spix, 1824)	12346				
<i>Boana buriti</i>	(Caramaschi & Cruz, 1999)	2				CE
<i>Boana goiana</i>	(B. Lutz, 1968)	12				CE
<i>Boana lundii</i>	(Burmeister, 1856)	12346				CE
<i>Boana multifasciata</i>	(Günther, 1859)	2				
<i>Boana raniceps</i>	(Cope, 1862)	12				
<i>Bokermannohyla sapiranga</i>	Brandão, Magalhães, Garda, Campos, Sebben & Maciel, 2012	12				CE
<i>Dendropsophus cruzi</i>	(Pombal & Bastos, 1998)	2				CE
<i>Dendropsophus jimi</i>	(Napoli & Caramaschi, 1999)	2				CE
<i>Dendropsophus melanargyreus</i>	(Cope, 1887)	2				
<i>Dendropsophus minutus</i>	(Peters, 1872)	123456				
<i>Dendropsophus nanus</i>	(Boulenger, 1889)	126				

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Dendropsophus rubicundulus</i>	(Reinhardt & Lütken, 1862)	12346				CE
<i>Dendropsophus sanborni</i>	(Schmidt, 1944)	2				
<i>Ololygon centralis</i>	(Pombal & Bastos, 1996)	12				CE
<i>Ololygon skaios</i>	(Pombal, Carvalho, Canelas & Bastos, 2010)	2				CE
<i>Pseudis minuta</i>	Günther, 1858	2				
<i>Scinax constrictus</i>	Lima, Bastos & Giaretta, 2004	2				CE
<i>Scinax fuscomarginatus</i>	(A. Lutz, 1925)	2346				
<i>Scinax fuscovarius</i>	(A. Lutz, 1925)	123456				
<i>Scinax nebulosus</i>	(Spix, 1824)	2				
<i>Scinax rogerioi</i>	Pugliesi, Baêta & Pombal, 2009	2				
<i>Scinax similis</i>	(Cochran, 1952)	2				
<i>Scinax squalirostris</i>	(A. Lutz, 1925)	245				
<i>Scinax tigrinus</i>	Nunes, Carvalho & Pereira, 2010	2				CE
<i>Trachycephalus typhonius</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
LEPTODACTYLIDAE						
<i>Physalaemus centralis</i>	Bokermann, 1962	2				CE
<i>Physalaemus cuvieri</i>	Fitzinger, 1826	123456				
<i>Physalaemus marmoratus</i>	(Reinhardt & Lütken, 1862)	2				CE
<i>Physalaemus nattereri</i>	(Steindachner, 1863)	12				CE
<i>Pseudopaludicola ameghini</i>	(Cope, 1887)	4				
<i>Pseudopaludicola mystacalis</i>	(Cope, 1887)	23				
<i>Pseudopaludicola saltica</i>	(Cope, 1887)	12				CE
<i>Pseudopaludicola ternetzi</i>	Miranda-Ribeiro, 1937	2				
<i>Adenomera hylaedactyla</i>	(Cope, 1868)	2				
<i>Adenomera juikitam</i>	Carvalho & Giaretta, 2013	2				CE
<i>Adenomera marmorata</i>	Steindachner, 1867	1				

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Adenomera martinezi</i>	(Bokermann, 1956)	2				CE
<i>Adenomera saci</i>	Carvalho & Giaretta, 2013	2				CE
<i>Leptodactylus chaquensis</i>	Cei, 1950	2				
<i>Leptodactylus furnarius</i>	Sazima & Bokermann, 1978	12345				CE
<i>Leptodactylus fuscus</i>	(Schneider, 1799)	123456				
<i>Leptodactylus jolyi</i>	Sazima & Bokermann, 1978	2				
<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>	(Spix, 1824)	1234				
<i>Leptodactylus latrans</i>	(Steffen, 1815)	2346				
<i>Leptodactylus mystaceus</i>	(Spix, 1824)	12				
<i>Leptodactylus mystacinus</i>	(Burmeister, 1861)	126				
<i>Leptodactylus podicipinus</i>	(Cope, 1862)	2				
<i>Leptodactylus pustulatus</i>	(Peters, 1870)	1				
<i>Leptodactylus sertanejo</i>	Giaretta & Costa, 2007	2				CE
<i>Leptodactylus syphax</i>	Bokermann, 1969	2				
<i>Leptodactylus troglodytes</i>	A. Lutz, 1926	2				
MICROHYLIDAE						
<i>Chiasmocleis albopunctata</i>	(Boettger, 1885)	123				CE
<i>Chiasmocleis sapiranga</i>	Cruz, Caramaschi & Napoli, 2007	4				
<i>Dermatonotus muelleri</i>	(Boettger, 1885)	2				
<i>Elachistocleis bicolor</i>	(Valenciennes in Guérin-Ménéville, 1838)	235				
<i>Elachistocleis cesarii</i>	(Miranda Ribeiro, 1920)	12				
ODONTOPHRYNIDAE						
<i>Odontophrynus americanus</i>	(Duméril & Bibron, 1841)	2				
<i>Odontophrynus cultripes</i>	Reinhardt & Lütken, 1861	2				CE
<i>Odontophrynus salvatori</i>	Caramaschi, 1996	2				CE
<i>Proceratophrys cristiceps</i>	(Müller, 1884)	2				

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Proceratophrys goyana</i>	(Miranda-Ribeiro, 1937)	2				CE
<i>Proceratophrys vielliardi</i>	Martins & Giaretta, 2011	2				CE
PHYLLOMEDUSIDAE						
<i>Pithecopus azureus</i>	(Cope, 1862)	26				CE
<i>Pithecopus hypochondrialis</i>	(Daudin, 1800)	2				
<i>Pithecopus oreades</i>	(Brandão, 2002)	2				CE
GYMNOPHIONA						
SIPHONOPIDAE						
<i>Siphonops paulensis</i>	Boettger, 1892	24				
REPITILIA						
TESTUDINES						
KINOSTERNIDAE						
<i>Kinosternon scorpioides</i>	(Linnaeus, 1766)	2				
EMYDIDAE						
<i>Trachemys scripta elegans</i>	(Thunberg & Schoepff, 1792)	146				EX
<i>Trachemys dorbigni</i>	(Duméril & Bibron, 1835)	24				
TESTUDINIDAE						
<i>Chelonoidis carbonarius</i>	(Spix, 1824)	24			II	
<i>Chelonoidis denticulatus</i>	(Linnaeus, 1766)	2		VU	II	
CHELIDAE						
<i>Acanthochelys spixii</i>	(Duméril & Bibron, 1835)	2		NT		
<i>Mesoclemmys tuberculata</i>	(Lüderwaldt, 1926)	2				
<i>Mesoclemmys vanderhaegei</i>	(Bour, 1973)	24		NT		
<i>Phrynops geoffroanus</i>	(Schweigger, 1812)	124				
CROCODYLIA						
ALLIGATORIDAE						

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Caiman crocodilus</i>	(Linnaeus, 1758)	24			II	
<i>Caiman latirostris</i>	(Daudin, 1801)	2			II	
<i>Paleosuchus palpebrosus</i>	(Cuvier, 1807)	24			II	
SQUAMATA						
GEKKONIDAE						
<i>Hemidactylus mabouia</i>	(Moreau de Jonnés, 1818)	2346				EX
MABUYIDAE						
<i>Aspronema dorsivittatum</i>	(Cope, 1862)	24				
<i>Brasiliscincus heathi</i>	(Schmidt & Inger, 1951)	2				
<i>Copeoglossum nigropunctatum</i>	(Spix, 1825)	124				
<i>Manciola guaporicola</i>	(Dunn, 1935)	2				CE
<i>Notomabuya frenata</i>	(Cope, 1862)	123				
<i>Varzea bistrata</i>	(Spix, 1825)	2				
DACTYLOIDAE						
<i>Norops brasiliensis</i>	(Vanzolini & Williams, 1970)	12				
<i>Norops chrysolepis</i>	(Duméril & Bibron, 1837)	2				
<i>Norops meridionalis</i>	(Boettger, 1885)	234				CE
HOPLOCERCIDAE						
<i>Hoplocercus spinosus</i>	Fitzinger, 1843	2				CE
LEIOSAURIDAE						
<i>Enyalius bilineatus</i>	Duméril & Bibron, 1837	12				CE
POLYCHROTIDAE						
<i>Polychrus acutirostris</i>	Spix, 1825	234				
TROPIDURIDAE						
<i>Tropidurus itambere</i>	Rodrigues, 1987	1234				CE
<i>Tropidurus oreadicus</i>	Rodrigues, 1987	12				CE

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Tropidurus torquatus</i>	(Wied, 1820)	123456				
ANGUIDAE						
<i>Ophiodes striatus</i>	(Spix, 1825)	1245				
GYMNOPHTHALMIDAE						
<i>Micrablepharus atticolus</i>	Rodrigues, 1996	123				CE
<i>Micrablepharus maximiliani</i>	(Reinhardt & Luetken, 1862)	2				
<i>Colobosaura modesta</i>	(Reinhardt & Luetken, 1862)	123				CE
<i>Cercosaura ocellata</i>	Wagler, 1830	2				
<i>Cercosaura schreibersii</i>	Wiegmann, 1834	24				
<i>Bachia bresslaui</i>	(Amaral, 1935)	24		VU		CE
TEIIDAE						
<i>Ameiva ameiva</i>	(Linnaeus, 1758)	123456				
<i>Ameivula ocellifera</i>	(Spix, 1825)	24				
<i>Kentropyx paulensis</i>	(Boettger, 1893)	2				CE
<i>Salvator duseni</i>	(Lönnerberg in Lönnerberg & Andersson, 1910)	2			II	CE
<i>Salvator merianae</i>	Duméril & Bibron, 1839	24			II	
<i>Tupinambis quadrilineatus</i>	Manzani & Abe, 1997	23			II	CE
<i>Tupinambis teguixin</i>	(Linnaeus, 1758)	2			II	
AMPHISBAENIDAE						
<i>Amphisbaena alba</i>	Linnaeus, 1758	234				
<i>Amphisbaena anaemariae</i>	Vanzolini, 1997	2				CE
<i>Amphisbaena mensae</i>	Castro-Mello, 2000	2				CE
<i>Amphisbaena neglecta</i>	Dunn & Piatt, 1936	24				CE
<i>Amphisbaena vermicularis</i>	Wagler in Spix, 1824	23				CE
<i>Leposternon microcephalum</i>	Wagler in Spix, 1824	24				CE
ANOMALEPIDIDAE						

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Liotyphlops ternetzii</i>	(Boulenger, 1896)	1234				CE
LEPTOTYPHLOPIDAE						
<i>Trilepida fuliginosa</i>	(Passos, Caramaschi & Pinto, 2006)	2				CE
<i>Trilepida koppesi</i>	(Amaral, 1955)	2				CE
BOIDAE						
<i>Boa constrictor</i>	Linnaeus, 1758	12345			II	
<i>Epicrates crassus</i>	Cope, 1862	234			II	CE
<i>Eunectes murinus</i>	(Linnaeus, 1758)	24			II	
COLUBRIDAE						
<i>Chironius bicarinatus</i>	(Wied, 1820)	2				
<i>Chironius brazili</i>	Hamdan & Fernandes, 2015	2				
<i>Chironius carinatus</i>	(Linnaeus, 1758)	24				
<i>Chironius exoletus</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
<i>Chironius flavolineatus</i>	(Jan, 1863)	234				CE
<i>Chironius quadricarinatus</i>	(Boie, 1827)	2				CE
<i>Drymarchon corais</i>	(Boie, 1827)*	2				
<i>Drymoluber brazili</i>	(Gomes, 1918)	2				CE
<i>Mastigodryas bifossatus</i>	(Raddi, 1820)	234				
<i>Oxybelis aeneus</i>	(Wagler in Spix, 1824)	2				
<i>Simophis rhinostoma</i>	(Schlegel, 1837)	24				
<i>Spilotes pullatus pullatus</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
<i>Tantilla melanocephala</i>	(Linnaeus, 1758)	234				
DIPSADIDAE						
<i>Atractus pantostictus</i>	Fernandes & Puerto, 1994	124				CE
<i>Sibynomorphus mikanii</i>	(Schlegel, 1837)	234				
<i>Leptodeira annulata</i>	(Linnaeus, 1758)	2				

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Taeniophallus occipitalis</i>	(Jan, 1863)	24				
<i>Apostolepis albicollaris</i>	Lema, 2002	2				CE
<i>Apostolepis ambiniger</i>	(Peters, 1869)	2				
<i>Apostolepis assimilis</i>	(Reinhardt, 1861)	24				
<i>Apostolepis flavotorquata</i>	(Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	2				CE
<i>Phalotris nasutus</i>	(Gomes, 1915)	2				CE
<i>Helicops angulatus</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
<i>Helicops leopardinus</i>	(Schlegel, 1837)	2				
<i>Helicops modestus</i>	Günther, 1861	234				
<i>Philodryas aestiva</i>	(Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	2				
<i>Philodryas agassizii</i>	(Jan, 1863)	24				
<i>Philodryas nattereri</i>	Steindachner, 1870	234				
<i>Philodryas offersii</i>	(Liechtenstein, 1823)	234				
<i>Philodryas patagoniensis</i>	(Girard, 1858)	24				
<i>Philodryas psammophidea</i>	Günther, 1872	2				
<i>Boiruna maculata</i>	(Boulenger, 1896)	2				
<i>Clelia clelia</i>	(Daudin, 1803)	4			II	
<i>Clelia plumbea</i>	(Wied, 1820)	2				
<i>Mussurana quimi</i>	(Franco, Marques & Puerto, 1997)	24				
<i>Oxyrhopus guibei</i>	Hoge & Romano, 1978	125				
<i>Oxyrhopus rhombifer</i>	Duméril, Bibron & Duméril,	24				
<i>Oxyrhopus trigeminus</i>	Duméril, Bibron & Duméril, 1854	24				
<i>Phimophis guerini</i>	(Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	2				
<i>Pseudoboa nigra</i>	(Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	2				
<i>Rhachidelus brazili</i>	Boulenger, 1908	24				
<i>Gomesophis brasiliensis</i>	(Gomes, 1918)	2				

Táxon	Autor	Fonte	MMA	IUCN	CITES	Distr.
<i>Thamnodynastes hypoconia</i>	(Cope, 1860)	2				
<i>Thamnodynastes rutilus</i>	(Prado, 1942)	2				
<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	(Linnaeus, 1766)	234				
<i>Erythrolamprus almadensis</i>	(Wagler in Spix, 1824)	23				
<i>Erythrolamprus maryellenae</i>	(Dixon, 1985)	2				CE
<i>Erythrolamprus miliaris miliaris</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	(Wied, 1824)	234				
<i>Erythrolamprus reginae macrosoma</i>	(Amaral, 1935)*	234				
<i>Lygophis meridionalis</i>	(Schenkel, 1901)	2				
<i>Lygophis paucidens</i>	Hoge, 1953	2				CE
<i>Xenodon merremii</i>	(Wagler in Spix, 1824)	234				
<i>Xenodon nattereri</i>	(Steindachner, 1867)	2				CE
<i>Xenopholis undulatus</i>	(Jensen, 1900)	2				CE
ELAPIDAE						
<i>Micrurus frontalis</i>	(Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	234				
<i>Micrurus lemniscatus</i>	(Linnaeus, 1758)	2				
VIPERIDAE						
<i>Bothrops itapetiningae</i>	(Boulenger, 1907)	24				CE
<i>Bothrops moojeni</i>	Hoge, 1966	12345				CE
<i>Bothrops neuwiedi</i>	Wagler in Spix, 1824	2345				CE
<i>Bothrops pauloensis</i>	Amaral, 1925	2				CE
<i>Crotalus durissus collilineatus</i>	Amaral, 1926	12456			III	

Legenda: Espécies ameaçadas de Extinção: MMA (2022), IUCN (2023) – VU = Vulnerável, NT = Quase Ameaçada; CITES (2023): II = Apêndice II, III = Apêndice III; Distribuição: CE – espécie endêmica do bioma Cerrado, EX = espécie exótica.

7.1.2 Resultados da Herpetofauna

Ao todo foram listadas 190 espécies, sendo 74 espécies de anfíbios e 116 espécies de répteis. Destas espécies, 68 são consideradas como endêmicas do bioma Cerrado e duas são exóticas. Nenhuma das espécies é considerada espécie ameaçada de extinção em nível nacional (MMA, 2022). Duas espécies são consideradas ameaçadas de extinção em nível mundial (IUCN, 2023), *Chelonoidis denticulatus* e *Bachia bresslaui*, ambas classificadas na categoria Vulnerável (VU). Outras duas espécies, *Acanthochelys spixii* e *Mesoclemmys vanderhaegei*, são citadas pela IUCN na categoria Quase Ameaçada (NT), entretanto estas espécies não se enquadram como espécies ameaçadas de extinção. 15 espécies são citadas nos apêndices da CITES (CITES, 2023), sendo 14 táxons incluídos no Apêndice II e um táxon no Apêndice III.

- Composição da Herpetofauna

As 190 espécies registradas neste estudo estão distribuídas em duas Classes (Amphibia e Reptilia), cinco Ordens (Anura, Gymnophiona, Testudines, Crocodylia e Squamata) e 32 Famílias.

Para os Anfíbios, Classe Amphibia, foram anotadas 74 espécies, representando 38,9% da amostra. Estes estão distribuídos em duas Ordens, Anura (73 espécies) e Gymnophiona (1 espécie). As famílias mais representativas no que se refere ao número de espécies são: Hylidae com 27 espécies e Leptodactylidae com 26 espécies.

Os répteis, Classe Reptilia, somaram 116 espécies, representando 61,1% da amostra. Estes estão distribuídos em três Ordens, sendo Testudines (quelônios) com nove espécies e a família mais representativa Chelidae (4 espécies), Ordem Crocodylia (crocodilianos) com três espécies da mesma família e Ordem Squamata, subdividida no grupo dos lagartos com 30 espécies, Amphisbenas com seis espécies e serpentes com 68 espécies.

- Espécies Ameaçadas de Extinção

A ameaça de extinção está atrelada a espécies que apresentam populações em declínio, a ponto de se enquadrarem em risco de extinção. Diversos fatores convergem para que uma espécie da fauna seja classificada em risco de extinção. As atividades antrópicas, derivadas do crescimento das populações humanas (e as consequentes necessidades econômicas crescentes dessas mesmas populações) estão entre as principais causas do declínio do número e da variedade de espécimes da fauna local (GURGEL, 2020). As classificações acerca dos *status* de conservação das espécies foram enquadradas em nível mundial e nacional, representando um indicador da saúde da biodiversidade na área estudada.

No presente estudo, dentre as espécies registradas, nenhuma delas foi classificada como espécie ameaçada de extinção em nível nacional (MMA, 2022).

Já em nível mundial, de acordo com a lista da IUCN (2023), duas espécies são consideradas ameaçadas de extinção, *Chelonoidis denticulatus* (Jabutí-tinga) e *Bachia bresslaui* (cobra-cega), ambas classificadas na categoria Vulnerável (VU).

Salienta-se ainda que outras duas espécies, *Acanthochelys spixii* (Cágado-negro) e *Mesoclemmys vanderhaegei* (Cágado), são citadas pela IUCN na categoria Quase Ameaçada (NT), ou seja, espécies que não se qualificam para as categorias de ameaça (Criticamente Em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável).

15 espécies são citadas nos apêndices da CITES (CITES, 2023), sendo 14 táxons incluídos no Apêndice II e um táxon no Apêndice III.

- Distribuição

No que se refere à distribuição das espécies, de um modo geral, elas podem ser classificadas como espécies endêmicas, espécies exóticas ou de ampla distribuição. As endêmicas representam referenciais importantes no que tange à conservação das espécies, destacando como de maior prioridade para a conservação.

Para o bioma Cerrado as interpretações obtidas sobre a riqueza local demonstravam padrões baixos de endemismo, cenário este que apresenta mudanças constantes. Os dados compilados por Colli, Bastos e Araujo (2002) apontam níveis elevados de endemismo para o bioma Cerrado. Nogueira e colaboradores (2010) mostram a Ordem Squamata com 262 espécies registradas para o bioma e 103 endemismos, representando mais de 30% de espécies endêmicas. Valdujo e colaboradores (2012) apontam a Ordem Anura com 209 espécies e 108 endemismos, cerca de 50% de endemismos. Neste contexto, o bioma Cerrado, pode ser considerado composto por uma Herpetofauna extremamente rica, diversa e com altos níveis de endemismo (COLLI *et al.*, 2002; NOGUEIRA *et al.*, 2010, 2011; VALDUJO *et al.*, 2012).

No presente estudo, dentre os táxons registrados, 68 espécies são consideradas endêmicas do bioma Cerrado (COLLI *et al.*, 2002; NOGUEIRA *et al.*, 2011; VALDUJO *et al.*, 2012).

Duas espécies, dentre as registradas, foram consideradas como espécies exóticas, o tigre-d'água, *Trachemys scripta elegans*, e a lagartixa, *Hemidactylus mabouia*.

As demais espécies podem ser consideradas de ampla distribuição para o bioma Cerrado.

- Espécies de Importância Ecológica

Os animais bioindicadores são espécies com características que podem ser usadas como um índice para qualidade do ambiente. A capacidade de resposta das espécies aos distúrbios de degradação e fragmentação de ambientes naturais varia em função da tolerância ecológica e reprodutiva no uso dos ambientes degradados (BRANDÃO; ARAÚJO, 2002).

Os anfíbios apresentam particularidades que os tornam mais vulneráveis, tais como a pele, altamente permeável, além do ciclo de vida "duplo". Como a maioria das espécies de anfíbios apresenta uma fase aquática (larval e girinos) e uma fase terrestre, sendo então, mais sensíveis à poluição no ar, na terra e na água. Dessa forma, anfíbios são mais suscetíveis a perturbações tais como desmatamentos, queimadas, assoreamento, contaminação ou variações climáticas, sendo considerados, portanto, bons indicadores de qualidade ambiental" (BOONE; BRIDGES, 2003; HEYER *et al.*, 1994; REEVES *et al.*, 2017). Para os répteis, Dias e

Rocha (2005), apontam que quanto maior a degradação de uma determinada área, menos espécies de répteis encontram-se associados a elas. Neste sentido, os répteis, de maneira geral, configuram-se como bons elementos para se obter respostas em estudos de qualidade ambiental. Similarmente aos anfíbios, os répteis podem apresentar declínios gerados por processos de degradação ou alteração ambiental, além do fato de muitas espécies do grupo apresentarem especificidade de habitat, o que, no contexto deste estudo, coloca-os como bons bioindicadores (RICKLEFS; COCHRAN; PIANKA, 1981; VITT; PIANKA, 2005; ZAHER *et al.*, 2011).

7.2 AVIFAUNA

O grupo das aves apresenta enorme riqueza de espécies e é bastante diversificado no quesito "ocupação de habitats". Considerando aspectos como distribuição geográfica, partição de habitats, dieta e reprodução, a avaliação da avifauna é utilizada para definir áreas prioritárias para a conservação, além da realização de diagnósticos mais precisos sobre qualidade ambiental (MATTER *et al.*, 2010).

O Brasil possui uma das maiores diversidades de aves do planeta, com número estimado em 1.919 espécies (PIACENTINI *et al.*, 2015). É desigual a distribuição das espécies da avifauna, ao longo do território brasileiro. A maior diversidade é encontrada na Amazônia, em que se registram cerca de 1.300 espécies, das quais 263 são endêmicas. Em seguida, registra-se a diversidade da avifauna da Mata Atlântica, com 1.092 espécies de aves e 213 endemismos. No Cerrado, são 837 espécies de aves, com 30 endemismos (SILVA, 1995; ZIMMER; WHITTAKER; OREN, 2001; SILVA; SANTOS, 2005). Para a Caatinga foram registradas 548 espécies de aves, sendo 23 endêmicas (SILVA *et al.*, 2003; OLMOS; SILVA; ALBANO, 2005; ARAUJO; SILVA, 2017). Nos Campos Sulinos constam registros de 476 espécies de aves com apenas 2 endemismos (MMA, 2000) e no Pantanal são listadas 463 espécies de aves com nenhum endemismo (MARINI; GARCIA, 2005).

7.2.1 Bibliografia Consultada

Para a elaboração e organização da lista de dados secundários do grupo Avifauna foram consideradas, nas listas utilizadas, apenas os táxons identificados em nível de espécie. As fontes dos dados secundários foram categorizadas da seguinte forma:

1. BAGNO, M.A., MARINHO-FILHO, J. 2001. Avifauna do Distrito Federal: uso de ambientes e ameaças. *In*: RIBEIRO, F., FONSECA, C.E.L., SOUSA-SILVA, J.C. (ed.). Caracterização e recuperação de matas de galeria do Distrito Federal. Brasília. p. 495-530;
2. FONSECA, F. O (Org). 2001. Olhares sobre o Lago Paranoá. SEMARH, 425p;
3. LOPEZ, E. L.; LEITE, L.; PINHO, J. B.; GOES, R. 2005. New Bird records to the Estação Ecológica de Águas Emendadas, Planaltina, Distrito Federal. Ararajuba, 13 (1): 107-108p.
4. PERES-JR, A. K.; ABREU, T. L. S.; BERG, S. B.; OLIVEIRA, J. 2007. Vertebrados Terrestres do Jardim Botânico de Brasília. P. 138-191. *In*:

HERINGER-SALLES, A. E. (org.) Jardim Botânico de Brasília: Diversidade e Conservação. Brasília: Sobotânica, 2007. 356 pp.

5. FARIA, U. P. 2008. Novas ocorrências e registros relevantes de aves no Distrito Federal, Brasil, com comentários sobre distribuição local. Revista Brasileira de Ornitologia, 16(1): 40-43p.
6. TUBELIS, D. P. A Reserva Ecológica do IBGE e sua contribuição ao conhecimento e a Conservação da Avifauna do Cerrado. In: PRIBEIRO, M. L. 2011. Reserva Ecológica do IBGE. Volume 1. Tomo 2. 263 p.
7. QUINTAS-FILHO, S.S.; BATISTA, R.C.; CARPI, T.F.; SOUSA, R.A.; PAIVA, F.J.F.; DE CARVALHO, C.B. 2011. Aves, Tyrannidae, *Fluvicola nengeta* (Linnaeus, 1766): New record for Distrito Federal and distribution extension. Check List 7(3): 310-312.
8. Subprograma de Monitoramento e Proteção à Fauna, Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul, Expresso DF – BRT Sul, 2019.

Tabela 28. Espécies de provável ocorrência do grupo Avifauna.

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
Rheiformes Forbes, 1884																		
Rheidae Bonaparte, 1849																		
<i>Rhea americana</i> (Linnaeus, 1758)	ema	R		C	L	T		NT	O N	D I	1						1	
Tinamiformes Huxley, 1872																		
Tinamidae Gray, 1840																		
<i>Tinamus tao</i> Temminck, 1815	azulona	R		F	H	T	VU	VU	O N	D I								1
<i>Crypturellus undulatus</i> (Temminck, 1815)	jaó	R		F	L	T			O N	D I	1			1		1		1
<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	inambu-chororó	R		C	L	T			O N	D I	1			1		1		1
<i>Rhynchotus rufescens</i> (Temminck, 1815)	perdiz	R		C	L	T			O N	D I	1			1		1		1
<i>Nothura minor</i> (Spix, 1825)	codorna-mineira	R, E, ECE		C	H	T	EN	VU	O N	D I	1			1		1		
<i>Nothura maculosa</i> (Temminck, 1815)	codorna-amarela	R		C	L	T			O N	D I	1			1		1		1
<i>Taoniscus nanus</i> (Temminck, 1815)	codorninha	R, ECE		C	H	T	EN	EN	O N	D I	1			1		1		
Anseriformes Linnaeus, 1758																		
Anatidae Leach, 1820																		
<i>Dendrocygna bicolor</i> (Vieillot, 1816)	marreca-caneleira	R	MI,MP	A	L	T,W			O N	P I	1	1					1	
<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	irerê	R	MI,MP	A	L	T,W			O N	P I	1	1					1	1
<i>Dendrocygna autumnalis</i> (Linnaeus, 1758)	marreca-cabocla	R	MI,MP	A	L	T,W			O N	P I	1	1					1	

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Neochen jubata</i> (Spix, 1825)	pato-corredor			R	MR	A	M	T		NT	O
<i>Cairina moschata</i> (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato	R		A	M	W			O	N	1	1						1
<i>Sarkidiornis sylvicola</i> Ihering & Ihering, 1907	pato-de-crista	R	MI,MP	A	M	W			O	N	1	1						
<i>Callonetta leucophrys</i> (Vieillot, 1816)	marreca-de-coleira	R		A	M	W			O	N	1	1						
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Gmelin, 1789)	ananaí	R	MI,MP	A	L	W			O	N	1	1				1	1	
<i>Netta erythrophthalma</i> (Wied, 1833)	paturi-preta	R	MI,MP	A	L	W			O	N	1	1						
<i>Nomonyx dominicus</i> (Linnaeus, 1766)	marreca-caucau	R		A	M	W			O	N	1	1						
Galliformes Linnaeus, 1758																		
Cracidae Rafinesque, 1815																		
<i>Penelope supercilialis</i> Temminck, 1815	jacupemba	R		F	M	U,C			F	R	1			1		1	1	
<i>Crax fasciolata</i> Spix, 1825	mutum-de-penacho	R		F	M	T		VU	O	N	1							1
Podicipediformes Fürbringer, 1888																		
Podicipedidae Bonaparte, 1831																		
<i>Tachybaptus dominicus</i> (Linnaeus, 1766)	mergulhão-pequeno	R	MI,MP	A	M	W			O	N	1	1		1				
<i>Podilymbus podiceps</i> (Linnaeus, 1758)	mergulhão-caçador	R	MI,MP	A	M	W			C	P	1	1		1				

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências											
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8				
Anhingidae Reichenbach, 1849																						
<i>Anhinga anhinga</i> (Linnaeus, 1766)	biguatinga	R	MI,MP	A	M	W				CAIPR	1	1								1		
Pelecaniformes Sharpe, 1891																						
Ardeidae Leach, 1820																						
<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	socó-boi	R		A	M	T,W				CAIPR	1	1										
<i>Agamia agami</i> (Gmelin, 1789)	garça-da-mata	R		A	M	T		VU		CAIP	1											
<i>Cochlearius cochlearius</i> (Linnaeus, 1766)	arapapá	R		A	H	W				CAIP	1	1										
<i>Ixobrychus exilis</i> (Gmelin, 1789)	socoí-vermelho	R	MI,MP	A	M	U				CAIP	1	1										
<i>Nycticorax nycticorax</i> (Linnaeus, 1758)	socó-dorminhoco	R	MI,MP	A	L	T,W				CAIPR	1	1		1		1						
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho	R	MI,MP	A	L	T,W				CAIPR	1	1		1		1				1		
<i>Bubulcus ibis</i> (Linnaeus, 1758)	garça-vaqueira	R		C	L	T,W				INR	1	1		1						1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Ardea cocoi</i> Linnaeus, 1766	garça-moura			R	MI,MP	A	L	T,W			C A
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca	R	MI,MP	A	L	T,W			C A	P I , P R	1	1		1		1		1
<i>Syrigma sibilatrix</i> (Temminck, 1824)	maria-faceira	R		C	M	T,W			C A	P R	1	1		1		1		1
<i>Pilherodius pileatus</i> (Boddaert, 1783)	garça-real	R		A	M	T,W			C A	P I , P R	1	1						
<i>Egretta tricolor</i> (Statius Muller, 1776)	garça-tricolor	R		A	M	T,W			C A	P I , P R		1						
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	garça-branca-pequena	R	MI,MP	A	L	T,W			C A	P I , P R	1	1		1		1		1
Threskiornithidae Poche, 1904																		
<i>Mesembrinibis cayennensis</i> (Gmelin, 1789)	coró-coró	R		F	M	T			O N		1	1		1		1		1
<i>Phimosus infuscatus</i> (Lichtenstein, 1823)	tapicuru	R	MI,MP	A	M	T			O N		1	1						1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
							<i>Theristicus caudatus</i> (Boddaert, 1783)	curicaca			R	MI,MP	C	L	T			C A P A R	1
<i>Platalea ajaja</i> Linnaeus, 1758	colhereiro	R	MI,MP	A	M	W			C A I , P R	1	1	1							
Cathartiformes Seebohm, 1890																			
Cathartidae Lafresnaye, 1839																			
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha	R	MI,MP	C	L	T,A			N E S A , P R	1			1		1		1		
<i>Cathartes burrovianus</i> Cassin, 1845	urubu-de-cabeça-amarela	R		C	M	T,A			N E S A , P R	1									
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu	R		C	L	T,A			N E S A , P R	1			1		1		1		
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-rei	R		F	M	T,A			N E S A	1					1	1			
Accipitriformes Bonaparte, 1831																			
Pandionidae Bonaparte, 1854																			
<i>Pandion haliaetus</i> (Linnaeus, 1758)	águia-pescadora	VN	MNR	A	M	W			C A I , P R	1	1			1					

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G	I	E	C	O	L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)							1	2	3	4	5	6	7	8
							Accipitridae Vigors, 1824															
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	gavião-gato	R		C	L	C			C	P	1		1	1		1						
<i>Chondrohierax uncinatus</i> (Temminck, 1822)	caracoleiro	R		F	L	C			C	P	1					1						
<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura	R	MR	F	M	C,A			C	P	1											
<i>Gampsonyx swainsonii</i> Vigors, 1825	gaviãozinho	R		C	L	C,A			C	P	1		1		1		1					
<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira	R		C	L	C,A			C	P	1		1		1		1					
<i>Harpagus diodon</i> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha	R	MR	F	M	C			C	P	1											
<i>Circus buffoni</i> (Gmelin, 1788)	gavião-do-banhado	R	MI,M P	C	M	T,A			C	P	1					1						
<i>Accipiter striatus</i> Vieillot, 1808	tauató-miúdo	R	MI,M P	F	L	C			C	P	1											
<i>Accipiter bicolor</i> (Vieillot, 1817)	gavião-bombachinha-grande	R		F	M	C			C	P			1									
<i>Ictinia plumbea</i> (Gmelin, 1788)	sovi	R	MR	F	M	C,A			C	P	1								1			
<i>Rostrhamus sociabilis</i> (Vieillot, 1817)	gavião-caramujeiro	R	MI,M P	A	L	W,A			C		1	1										
<i>Geranospiza caerulescens</i> (Vieillot, 1817)	gavião-pernilongo	R		F	M	M,C			C	P	1		1									
<i>Heterospizias meridionalis</i> (Latham, 1790)	gavião-caboclo	R		C	L	T,C			C	P	1					1		1				
<i>Urubitinga urubitinga</i> (Gmelin, 1788)	gavião-preto	R		A	M	T,C			O	P	1	1				1						

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Micropygia schomburgkii</i> (Schomburgk, 1848)	maxalalagá			R		C	H	T			I N
<i>Aramides cajaneus</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes	R		F	H	T			O N	D	1	1		1		1		1
<i>Amaurolimnas concolor</i> (Gosse, 1847)	saracura-lisa	R		F	M	T			C A	P	1			1		1		
<i>Laterallus viridis</i> (Statius Muller, 1776)	sanã-castanha	R		C	L	T			O N	D	1	1		1		1		
<i>Laterallus xenopterus</i> Conover, 1934	sanã-de-cara-ruiva	D		A	M	T		VU	O N	D	1					1		
<i>Mustelirallus albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó	R		A	M	T			O N	P	1			1		1		
<i>Pardirallus nigricans</i> (Vieillot, 1819)	saracura-sanã	R		A	M	T			O N	P	1	1		1		1		
<i>Gallinula galeata</i> (Lichtenstein, 1818)	galinha-d'água	R		A	L	T,W			O N	P	1	1						
<i>Porphyriops melanops</i> (Vieillot, 1819)	galinha-d'água-carijó	R		A	M	W			O N	D	1	1						
<i>Porphyrio martinicus</i> (Linnaeus, 1766)	frango-d'água-azul	R		A	M	T			O N	D	1	1						
Charadriiformes Huxley, 1867																		
Charadriidae Leach, 1820																		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Vanellus cayanus</i> (Latham, 1790)	mexeriqueira			R		A	M	T			C A	P I	1
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero	R	MI,MP	A	L	T			C A	P I	1	1		1		1		1		
<i>Pluvialis dominica</i> (Statius Muller, 1776)	batuiraçu	VN	MNR	A	M	T			I N		1	1								
<i>Charadrius collaris</i> Vieillot, 1818	batuíra-de-coleira	R	MI,MP	A	H	T			I N		1	1								
Recurvirostridae Bonaparte, 1831																				
<i>Himantopus melanurus</i> Vieillot, 1817	pernilongo-de-costas-brancas	R	MI,MP	A	M	T			C A	P R	1	1								
Scolopacidae Rafinesque, 1815																				
<i>Gallinago paraguayae</i> (Vieillot, 1816)	narceja	R	MI,MP	A	L	T			O N		1	1				1		1		
<i>Gallinago undulata</i> (Boddaert, 1783)	narcejão	R		A	H	T			O N		1	1								
<i>Bartramia longicauda</i> (Bechstein, 1812)	maçarico-do-campo	VN	MNR	A	H	T			I N		1	1								
<i>Actitis macularius</i> (Linnaeus, 1766)	maçarico-pintado	VN	MNR	A	H	T			C A	P I S A	1	1				1				
<i>Tringa solitaria</i> Wilson, 1813	maçarico-solitário	VN	MNR	A	H	T			I N		1	1								
<i>Tringa melanoleuca</i> (Gmelin, 1789)	maçarico-grande-de-perna-amarela	VN	MNR	A	H	T			C A	P I	1	1								
<i>Tringa flavipes</i> (Gmelin, 1789)	maçarico-de-perna-amarela	VN	MNR	A	H	T			I N		1	1								
<i>Calidris fuscicollis</i> (Vieillot, 1819)	maçarico-de-sobre-branco	VN	MNR	A	H	T			I N		1	1								

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Calidris melanotos</i> (Vieillot, 1819)	maçarico-de-colete			VN	MNR	A	H	T			I N		1
Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854																				
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	jaçanã	R	MI, M P	A	L	T			O N		1	1								
Sternidae Vigors, 1825																				
<i>Sternula superciliaris</i> (Vieillot, 1819)	trinta-réis-pequeno	R	MI, M P	A	H	W			C A P I , P R		1	1								
<i>Phaetusa simplex</i> (Gmelin, 1789)	trinta-réis-grande	R	MI, M P	A	H	W			C A P I , P R		1	1						1		
Rynchopidae Bonaparte, 1838																				
<i>Rynchops niger</i> Linnaeus, 1758	talha-mar	R	MI, M P	A	H	W			C A P I		1	1								
Columbiformes Latham, 1790																				
Columbidae Leach, 1820																				
<i>Columbina passerina</i> (Linnaeus, 1758)	rolinha-cinzenta	R		C	L	T			G R		1									
<i>Columbina minuta</i> (Linnaeus, 1766)	rolinha-de-asa-canela	R		C	L	T			G R		1									
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1810)	rolinha	R		C	L	T			G R		1		1		1		1			
<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)	fogo-apagou	R		F	L	T			F R I	D	1		1		1		1			
<i>Claravis pretiosa</i> (Ferrari-Perez, 1886)	pararu-azul	R	MI, M P	F	L	T,M			F R I	D	1				1					

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G	I	E	C	O	L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)							1	2	3	4	5	6	7	8
<i>Columba livia</i> Gmelin, 1789	pombo-doméstico	R, EXO		T	L	T,C			F	D	1								1			
<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin, 1789)	pomba-trocal	R		F	M	C			F	D	1							1				
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	asa-branca	R		C	M	C			F	D	1			1				1				
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega	R		F	M	C			F	D	1			1				1				
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa	R		F	H	C			F	D	1			1				1				
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	avoante	R	MI,MP	C	L	T,M			G	R	1							1				
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu	R		C	L	T,U			F	D	1			1				1				
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-de-testa-branca	R		F	M	T			F	D	1			1				1				
<i>Geotrygon violacea</i> (Temminck, 1809)	juriti-vermelha	R		F	H	T			F	D	1							1				
Cuculiformes Wagler, 1830																						
Cuculidae Leach, 1820																						
<i>Micrococcyx cinereus</i> (Vieillot, 1817)	papa-lagarta-cinzento	R		F	M	M,C			I	N				1								
<i>Playa cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato	R		F	L	C			O	N	D	1			1			1				
<i>Coccyzus melacoryphus</i> Vieillot, 1817	papa-lagarta	R	MI,MP	F	L	M,C			C	P	1			1				1				
<i>Coccyzus americanus</i> (Linnaeus, 1758)	papa-lagarta-de-asa-vermelha	VN	MNR	F	M	M,C			O	P	1		1									

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Coccyzus euleri</i> Cabanis, 1873	papa-lagarta-de-euler			R	MI,MP	F	M	M,C			I N
<i>Crotophaga major</i> Gmelin, 1788	anu-coroca	R		F	M	T,C			O N	D I , P R	1							
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto	R		C	L	T,C			O N	D I , P R	1		1		1		1	
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco	R		C	L	T			O N	D I , P I , P R	1		1		1		1	
<i>Tapera naevia</i> (Linnaeus, 1766)	saci	R		C	L	T,U			I N		1		1		1		1	
<i>Dromococcyx phasianellus</i> (Spix, 1824)	peixe-frito	R		F	M	T			I N		1							
Strigiformes Wagler, 1830																		
Tytonidae Mathews, 1912																		
<i>Tyto furcata</i> (Temminck, 1827)	suindara	R		C	L	C			C A	P R	1		1		1		1	
Strigidae Leach, 1820																		
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato	R		C	L	C			C A	P R	1		1		1		1	
<i>Bubo virginianus</i> (Gmelin, 1788)	jacurutu	R		F	L	C			C A	P R	1		1		1			

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
							<i>Strix virgata</i> (Cassin, 1849)	coruja-do-mato			R		F	M	C			C	P
<i>Glaucidium brasilianum</i> (Gmelin, 1788)	caburé	R		F	L	C			C	P	1			1		1	1		
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira	R		C	M	T			C	P	1			1		1	1		
<i>Aegolius harrisi</i> (Cassin, 1849)	caburé-acanelado	R		F	H	C			C	P	1								
<i>Asio clamator</i> (Vieillot, 1808)	coruja-orelhuda	R		C	L	T,U			C	P	1			1		1	1		
<i>Asio stygius</i> (Wagler, 1832)	mocho-diabo	R		C	M	C			C	P	1								
<i>Asio flammeus</i> (Pontoppidan, 1763)	mocho-dos-banhados	R		C	L	T			C	P	1								
Nyctibiiformes Yuri, Kimball, Harshman, Bowie, Braun, Chojnowski, Hackett, Huddleston, Moore, Reddy, Sheldon, Steadman, Witt & Braun, 2013																			
Nyctibiidae Chen & Des Murs, 1851																			
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	urutau	R		F	L	C			I	N	1			1		1	1		
Caprimulgiformes Ridgway, 1881																			
Caprimulgidae Vigors, 1825																			
<i>Nyctiphrynus ocellatus</i> (Tschudi, 1844)	bacurau-ocelado	R		F	M	T			I	N	1			1					
<i>Antrostomus rufus</i> (Boddaert, 1783)	joão-corta-pau	R		F	L	T			I	N	1								
<i>Lurocalis semitorquatus</i> (Gmelin, 1789)	tuju	R		F	M	A			I	N	1								
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau	R		F	L	T			I	N	1			1		1	1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Hydropsalis parvula</i> (Gould, 1837)	bacurau-chintã			R	MR	C	L	T			I N		1
<i>Hydropsalis anomala</i> (Gould, 1838)	curiango-do-banhado	R		C	L	T			I N		1									
<i>Hydropsalis maculicaudus</i> (Lawrence, 1862)	bacurau-de-rabo-maculado	R		C	M	T			I N		1			1						
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)	bacurau-tesoura	R		C	L	T			I N		1			1		1		1		
<i>Nannochordeiles pusillus</i> (Gould, 1861)	bacurauzinho	R		C	M	A			I N		1			1		1				
<i>Podager nacunda</i> (Vieillot, 1817)	corucão	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1				
<i>Chordeiles minor</i> (Forster, 1771)	bacurau-norte-americano	VN	MNR	C	L	A			I N		1									
<i>Chordeiles acutipennis</i> (Hermann, 1783)	bacurau-de-asa-fina	R		C	L	A			I N		1			1		1				
Apodiformes Peters, 1940																				
Apodidae Olphe-Galliard, 1887																				
<i>Cypseloides senex</i> (Temminck, 1826)	taperuçu-velho	R	MI,MP	C	M	A			I N		1					1				
<i>Streptoprocne zonaris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Streptoprocne biscutata</i> (Sclater, 1866)	taperuçu-de-coleira-falha	R	MI,MP	C	M	A			I N		1									
<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-do-temporal	R	MR	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Tachornis squamata</i> (Cassin, 1853)	andorinhão-do-buriti	R		C	L	A			I N		1			1				1		
Trochilidae Vigors, 1825																				
<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	balança-rabo-de-bico-torto	R		F	L	U			N I P O		1									

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G	I	E	C	O	L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)							1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	rabão-branco-rubro							R		F	M	U			N
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)	rabão-branco-acanelado	R		F	L	U			N	P	1			1		1			1			
<i>Phaethornis eurynome</i> (Lesson, 1832)	rabão-branco-de-garganta-rajada	R, EMA		F	M	U			N	P	1											
<i>Campylopterus largipennis</i> (Boddaert, 1783)	asa-de-sabre-da-guiana	R, AMA		F	M	U,M			N	P									1			
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura	R		F	L	U,C			N	P	1			1		1			1			
<i>Aphantochroa cirrochloris</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-cinza	R	MI,M P	F	M	U,M			N	P	1		1									
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto	R, EMA	MI,M P	F	M	M,C			N	P	1											
<i>Colibri serrirostris</i> (Vieillot, 1816)	beija-flor-de-orelha-violeta	R	MI,M P	C	L	U,M			N	P	1			1		1			1			
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta	R	MI,M P	F	L	M,C			N	P	1			1		1			1			
<i>Chrysolampis mosquitus</i> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-vermelho	R	MI,M P	F	L	C			N	P	1			1		1						
<i>Lophornis magnificus</i> (Vieillot, 1817)	topetinho-vermelho	R, E		F	L	C			N	P	1			1		1						
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	besourinho-de-bico-vermelho	R		C	L	U,C			N	P	1			1		1			1			
<i>Thalurania furcata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura-verde	R		F	M	U,M			N	P	1			1		1			1			
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	R, EMA		F	M	U,M			N	P	1					1						
<i>Hylocharis sapphirina</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-safira	R		F	M	U,C			N	P	1											
<i>Hylocharis cyaneus</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-roxo	R		F	L	U,C			N	P	1											

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Hylocharis chrysura</i> (Shaw, 1812)	beija-flor-dourado			R	MI,MP	F	M	U,M			N	P	1
<i>Leucochloris albicollis</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-papo-branco	R		C	M	U,M			N	P	1									
<i>Polytmus guainumbi</i> (Pallas, 1764)	beija-flor-de-bico-curvo	R		C	M	U			N	P	1			1		1				
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca	R		F	L	U,C			N	P	1			1				1		
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde	R		C	L	U,C			N	P	1			1		1		1		
<i>Amazilia lactea</i> (Lesson, 1832)	beija-flor-de-peito-azul	R		F	M	U,C			N	P	1			1		1		1		
<i>Heliathryx auritus</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-bochecha-azul	R		F	M	M,C			N	P	1									
<i>Heliactin bilophus</i> (Temminck, 1820)	chifre-de-ouro	R		C	M	U,M			N	P	1			1		1				
<i>Heliomaster longirostris</i> (Audebert & Vieillot, 1801)	bico-reto-cinzento	R		F	M	C			N	P	1									
<i>Heliomaster squamosus</i> (Temminck, 1823)	bico-reto-de-banda-branca	R, E	MI,MP	F	M	C			N	P	1									
<i>Heliomaster furcifer</i> (Shaw, 1812)	bico-reto-azul	R		F	M	C			N	P	1		1							
<i>Calliphlox amethystina</i> (Boddaert, 1783)	estrelinha-ametista	R		C	L	U,C			N	P	1									
Trogoniformes A. O. U., 1886																				
Trogonidae Lesson, 1828																				
<i>Trogon surrucura</i> Vieillot, 1817	surucuá-variado	R		F	M	C			O	D	1			1				1		
Coraciiformes Forbes, 1844																				
Alcedinidae Rafinesque, 1815																				
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande	R		A	L	U,C			C	P	1	1		1		1		1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	martim-pescador-verde	R		A	L	U,M				C A	P I	1	1		1		1		1
<i>Chloroceryle aenea</i> (Pallas, 1764)	martim-pescador-miúdo	R		A	M	U				C A	P I	1							
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno	R		A	L	U				C A	P I	1	1		1		1		
Momotidae Gray, 1840																			
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	juruva	R		F	M	U,M				O N	D I	1			1		1		1
Galbuliformes Fürbringer, 1888																			
Galbulidae Vigors, 1825																			
<i>Brachygalba lugubris</i> (Swainson, 1838)	ariramba-preta	R		F	L	C				I N		1					1		1
<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	ariramba	R		F	L	M				I N		1			1		1		1
Bucconidae Horsfield, 1821																			
<i>Nystalus chacuru</i> (Vieillot, 1816)	joão-bobo	R		C	M	C				C A	P R	1			1		1		
<i>Nystalus maculatus</i> (Gmelin, 1788)	rapazinho-dos-velhos	R, E		C	M	C				O N	D I	1			1				

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
<i>Nonnula rubecula</i> (Spix, 1824)	macuru	R		F	H	U,M				I N		1				1			
<i>Monasa nigrifrons</i> (Spix, 1824)	chora-chuva-preto	R		F	M	M,C				C P A R		1		1					
Piciformes Meyer & Wolf, 1810																			
Ramphastidae Vigors, 1825																			
<i>Ramphastos toco</i> Statius Muller, 1776	tucanuçu	R		C	M	C				O N I , P R		1			1		1		1
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	tucano-de-bico-preto	R		F	H	C				O N I , P R		1			1		1		1
<i>Ramphastos dicolorus</i> Linnaeus, 1766	tucano-de-bico-verde	R, EMA		F	M	C				O N I , P R		1			1		1		
<i>Pteroglossus castanotis</i> Gould, 1834	araçari-castanho	R		F	H	C				O N I , P R , P O		1							
Picidae Leach, 1820																			

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Picumnus albosquamatus</i> d'Orbigny, 1840	picapauzinho-escamoso			R		F	L	M,C			I N
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	pica-pau-branco	R		C	L	M,C			O N I	D	1			1		1		1
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	benedito-de-testa-amarela	R		F	M	C			O N I	D	1			1				
<i>Veniliornis passerinus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-pequeno	R		F	L	C			O N I	D	1			1		1		1
<i>Veniliornis mixtus</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-chorão	R		C	M	M,C			O N I	D	1			1		1		1
<i>Colaptes melanochloros</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-verde-barrado	R		C	L	T,C			O N I	D	1			1		1		1
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-do-campo	R		C	L	T,C			I N		1			1		1		1
<i>Celeus ochraceus</i> (Spix, 1824)	pica-pau-ocráceo	R		F	M	M,C			I N									1
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	R		F	M	M,C			O N I	D	1			1		1		
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca	R		F	L	C			O N I	D	1			1		1		1
<i>Campephilus melanoleucos</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-topete-vermelho	R		F	M	C			O N I	D	1			1		1		1
Cariamiformes Fürbringer, 1888																		
Cariamidae Bonaparte, 1850																		
<i>Cariama cristata</i> (Linnaeus, 1766)	seriema	R		C	M	T			C A R	P	1			1		1		1
Falconiformes Bonaparte, 1831																		
Falconidae Leach, 1820																		
<i>Ibycter americanus</i> (Boddaert, 1783)	cancão	R		F	H	C			O N I	D	1							
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	carcará	R		C	L	T			O N	P R	1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro			R		C	L	T,C			O N
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã	R		F	L	C			C A	P R	1			1		1		1
<i>Micrastur semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)	falcão-relógio	R		F	M	M,C			C A	P R	1					1		1
<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	quiriquiri	R		C	L	T,C			C A	P R	1			1		1		1
<i>Falco ruficularis</i> Daudin, 1800	cauré	R		C	L	C,A			C A	P R	1							1
<i>Falco femoralis</i> Temminck, 1822	falcão-de-coleira	R		C	L	T,C			C A	P R	1			1		1		1
Psittaciformes Wagler, 1830																		
Psittacidae Rafinesque, 1815																		
<i>Ara ararauna</i> (Linnaeus, 1758)	arara-canindé	R		C	M	C			F R	D I	1					1		1
<i>Orthopsittaca manilatus</i> (Boddaert, 1783)	maracanã-do-buriti	R		C	M	C			F R	D I	1			1				1
<i>Diopsittaca nobilis</i> (Linnaeus, 1758)	maracanã-pequena	R		C	M	T,C			F R	D I	1							1
<i>Psittacara leucophthalmus</i> (Stadius Muller, 1776)	periquitão	R		F	L	C			F R	D I	1		1			1		1
<i>Aratinga jandaya</i> (Gmelin, 1788)	jandaia	R, E		F	M	C			F R	D I	1							
<i>Eupsittula aurea</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rei	R		C	M	U,C			F R	D I , P O	1			1		1		1
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	R		F	L	C			F R	D I	1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-verde			R, E, EMA		F	L	C			F
<i>Brotogeris chiriri</i> (Vieillot, 1818)	periquito-de-encontro-amarelo	R		F	M	C			F	D	1			1		1	1	
<i>Alipiopsitta xanthops</i> (Spix, 1824)	papagaio-galego	R, ECE		C	M	C		NT	F	D	1			1		1	1	
<i>Pionus menstruus</i> (Linnaeus, 1766)	maitaca-de-cabeça-azul	R		F	L	C			F	D	1							
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca	R		F	M	C			F	D	1			1		1	1	
<i>Amazona amazonica</i> (Linnaeus, 1766)	curica	R		F	M	C			F	D	1			1			1	
<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)	papagaio	R		F	M	C			F	D	1			1		1	1	

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L P O	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
							Passeriformes Linnaeus, 1758												
Thamnophilidae Swainson, 1824																			
Formicivora rufa (Wied, 1831)	papa-formiga-vermelho	R		C	L	U			I N						1				
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa	R		F	M	U,M			I N	1			1						1
<i>Herpsilochmus atricapillus</i> Pelzeln, 1868	chorozinho-de-chapéu-preto	R		F	M	C			I N	1			1		1				1
<i>Herpsilochmus longirostris</i> Pelzeln, 1868	chorozinho-de-bico-comprido	R, ECE		F	M	C			I N	1			1		1				1
<i>Thamnophilus doliatus</i> (Linnaeus, 1764)	choca-barrada	R		F	L	U,M			I N	1			1						1
<i>Thamnophilus torquatus</i> Swainson, 1825	choca-de-asa-vermelha	R		C	M	U			I N	1			1						1
<i>Thamnophilus pelzelni</i> Hellmayr, 1924	choca-do-planalto	R, E		C	L	U,M			I N	1			1						
<i>Thamnophilus caerulescens</i> Vieillot, 1816	choca-da-mata	R		F	L	U,M			I N	1			1		1				1
<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)	choró-boi	R		F	L	U			I N	1			1						1
Melanopareiidae Ericson, Olson, Irested, Alvarenga & Fjeldså, 2010																			
<i>Melanopareia torquata</i> (Wied, 1831)	tapaculo-de-colarinho	R, ECE		C	M	T,U			I N	1					1				1
Conopophagidae Sclater & Salvin, 1873																			
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	R		F	M	U			I N	1			1		1				
Rhinocryptidae Wetmore, 1926 (1837)																			
<i>Scytalopus novacapitalis</i> Sick, 1958	tapaculo-de-brasília	R, E, ECE		F	H	U	EN	EN	I N	1					1	1			

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências										
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8			
							<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baia			R		F	M	C			I N		1	
<i>Syndactyla dimidiata</i> (Pelzelin, 1859)	limpa-folha-do-brejo	R, ECE		F	H	M			I N		1			1		1		1			
<i>Phacellodomus rufifrons</i> (Wied, 1821)	joão-de-pau	R		C	M	U,C			I N		1			1		1		1			
<i>Phacellodomus ruber</i> (Vieillot, 1817)	graveteiro	R		C	L	T,C			O N		1			1		1		1			
<i>Anumbius annumbi</i> (Vieillot, 1817)	cochicho	R		C	M	T			O N		1					1					
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	curutié	R		A	M	T,U			I N		1	1						1			
<i>Synallaxis frontalis</i> Pelzelin, 1859	petrim	R		F	L	U			I N		1			1		1		1			
<i>Synallaxis albescens</i> Temminck, 1823	uí-pi	R		C	L	U			I N		1			1		1		1			
<i>Synallaxis hypospodia</i> Sclater, 1874	joão-grilo	R		C	M	U			I N		1			1							
<i>Synallaxis scutata</i> Sclater, 1859	estrelinha-preta	R		F	M	T,U			I N		1			1		1		1			
<i>Cranioleuca semicinerea</i> (Reichenbach, 1853)	joão-de-cabeça-cinza	R, E, ECA		F	M	M,C			I N		1										
Pipridae Rafinesque, 1815																					
<i>Neopelma pallescens</i> (Lafresnaye, 1853)	fruxu-do-cerradão	R		F	M	U,M			O N	D	1			1				1			
<i>Pipra fasciicauda</i> Hellmayr, 1906	uirapuru-laranja	R		F	M	U,M			O N	D								1			
<i>Antilophia galeata</i> (Lichtenstein, 1823)	soldadinho	R, ECE		F	M	M,C			O N	D	1			1		1		1			
Onychorhynchidae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009																					

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	assanhadinho			R		F	H	U,M			I N		1
Tityridae Gray, 1840																				
<i>Schiffornis virescens</i> (Lafresnaye, 1838)	flautim	R		F	M	U			O D N I		1			1	1			1		
<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda	R		F	M	C			O D N I		1				1					
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto	R		F	M	C			O D N I		1				1					
<i>Pachyramphus viridis</i> (Vieillot, 1816)	caneleiro-verde	R		F	M	C			O D N I		1			1	1					
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	R		F	L	C			O D N I		1			1	1			1		
<i>Pachyramphus validus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-de-chapéu-preto	R		F	M	C			O D N I		1									
Cotingidae Bonaparte, 1849																				
<i>Pyroderus scutatus</i> (Shaw, 1792)	pavó	R		F	M	M			O D N I , P R		1									
Platyrinchidae Bonaparte, 1854																				
<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho	R		F	M	U			I N		1			1						
Rhynchocyclidae Berlepsch, 1907																				
<i>Mionectes rufiventris</i> Cabanis, 1846	abre-asa-de-cabeça-cinza	R, EMA		F	M	U,M			I N		1			1	1			1		
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	R		F	M	U,M			I N		1			1	1			1		
<i>Corythopsis delalandi</i> (Lesson, 1830)	estalador	R		F	M	T			I N		1			1	1			1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta			R		F	M	C			I N
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	bico-chato-amarelo	R		F	L	C			I N		1					1		1
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio	R		F	L	U,C			I N		1			1		1		1
<i>Poecilatriccus latirostris</i> (Pelzeln, 1868)	ferreirinho-de-cara-parda	R		F	L	U			I N		1							1
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	miudinho	R, EMA		F	L	M,C			I N		1			1				
<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	sebinho-de-olho-de-ouro	R		F	L	U,C			I N		1					1		1
Tyrannidae Vigors, 1825																		
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro	R		C	L	C			I N		1					1		1
<i>Euscarthmus meloryphus</i> Wied, 1831	barulhento	R		C	L	U			I N		1					1		
<i>Euscarthmus rufomarginatus</i> (Pelzeln, 1868)	maria-corrúira	R		C	H	U		NT	O D N I		1							
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha	R		C	L	C			O D N I		1			1		1		1
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela	R		C	L	C			O D N I		1			1		1		1
<i>Elaenia spectabilis</i> Pelzeln, 1868	guaracava-grande	R	MI,MP	F	L	C			O D N I		1							
<i>Elaenia chilensis</i> Hellmayr, 1927	guaracava-de-crista-branca	VS	MNR	C	L	C			O D N I		1							
<i>Elaenia parvirostris</i> Pelzeln, 1868	tuque-pium	R	MI,MP	C	L	C			O D N I		1			1				
<i>Elaenia mesoleuca</i> (Deppe, 1830)	tuque	R	MI,MP	F	L	C			O D N I		1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
							<i>Elaenia cristata</i> Pelzeln, 1868	guaracava-de-topete-uniforme			R	MI,MP	C	M	C			O	D
<i>Elaenia chiriquensis</i> Lawrence, 1865	chibum	R	MI,MP	C	L	C			O	D	1			1	1				
<i>Elaenia obscura</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	tucão	R		F	M	M,C			O	D	1			1	1				
<i>Suiriri suiriri</i> (Vieillot, 1818)	suiriri-cinzento	R		C	M	C			O	D	1			1	1				
<i>Suiriri affinis</i> (Burmeister, 1856)	suiriri-da-chapada	R, ECE		C	M	M,C		NT	O	D			1						1
<i>Myiopagis gaimardii</i> (d'Orbigny, 1839)	maria-pechim	R		F	M	C			O	D	1								1
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson, 1835)	guaracava-cinzenta	R		F	M	C			O	D	1								1
<i>Myiopagis viridicata</i> (Vieillot, 1817)	guaracava-de-crista-alaranjada	R		F	M	C			O	D	1			1					
<i>Capsiempis flaveola</i> (Lichtenstein, 1823)	marianinha-amarela	R		C	L	U,M			O	D	1			1	1				
<i>Phaeomyias murina</i> (Spix, 1825)	bagageiro	R		F	L	C			O	D	1		1	1	1				
<i>Phyllomyias virescens</i> (Temminck, 1824)	piolhinho-verdoso	R		F	M	C			I	N		1				1			
<i>Phyllomyias reiseri</i> Hellmayr, 1905	piolhinho-do-grotão	R, ECE		F	M	C			I	N		1							
<i>Phyllomyias fasciatus</i> (Thunberg, 1822)	piolhinho	R		C	M	C			O	D	1			1					1
<i>Culicivora caudacuta</i> (Vieillot, 1818)	papa-moscas-do-campo	R		C	M	U		VU	I	N		1		1	1				
<i>Serpophaga subcristata</i> (Vieillot, 1817)	alegrinho	R	MI,MP	F	L	M,C			I	N		1		1	1				
<i>Serpophaga munda</i> Berlepsch, 1893	alegrinho-de-barriga-branca	D		C	L	M,C			I	N		1							

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Attila phoenicurus</i> Pelzeln, 1868	capitão-castanho			R	MR	F	H	M,C			O
<i>Legatus leucophaius</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata	R	MR	F	L	C			O	D	1							1
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré	R	MI,MP	F	L	M,C			O	D	1			1		1		1
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira	R	MI,MP	F	L	M,C			O	D	1			1		1		1
<i>Myiarchus tyrannulus</i> (Statius Muller, 1776)	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	R		C	L	M,C			O	D	1			1		1		1
<i>Syrstes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador	R		F	M	C			I	N		1			1			1
<i>Casiornis rufus</i> (Vieillot, 1816)	maria-ferrugem	R	MR	C	M	M,C			I	N		1			1			1
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	R		F	L	T,C			O	D	1			1		1		1
<i>Philohydor lictor</i> (Lichtenstein, 1823)	bentevizinho-do-brejo	R		A	L	U			I	N		1	1					1
<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1819)	suiriri-cavaleiro	R		C	L	T			I	N		1			1		1	1
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	R	MR	F	L	M,C			O	D	1			1		1		1
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei	R	MI,MP	F	L	C			O	D	1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
<i>Gubernetes yetapa</i> (Vieillot, 1818)	tesoura-do-brejo	R		C	M	T,C			I N		1			1	1				
<i>Alectrurus tricolor</i> (Vieillot, 1816)	galito	R		C	H	U	VU	VU	I N		1			1	1				
<i>Cnemotriccus fuscatus</i> (Wied, 1831)	guaracavuçu	R		F	L	U,M			O D N I		1			1	1		1		
<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado	R		F	M	M			I N		1			1	1		1		
<i>Contopus cinereus</i> (Spix, 1825)	papa-moscas-cinzento	R	MI, M P	F	L	U,C			I N		1			1	1				
<i>Knipolegus franciscanus</i> Sneathlage, 1928	maria-preta-do-nordeste	R, E, ECE		F	M	U,C			I N		1				1				
<i>Knipolegus lophotes</i> Boie, 1828	maria-preta-de-penacho	R		C	L	T,C			I N		1			1	1				
<i>Knipolegus nigerrimus</i> (Vieillot, 1818)	maria-preta-de-garganta-vermelha	R, E		F	M	T,C			I N		1								
<i>Satrapa icterophrys</i> (Vieillot, 1818)	suiriri-pequeno	R	MI, M P	F	L	M,C			I N		1			1	1		1		
<i>Xolmis cinereus</i> (Vieillot, 1816)	primavera	R	MI, M P	C	L	T,U			C A P , P R		1			1	1		1		
<i>Xolmis velatus</i> (Lichtenstein, 1823)	noivinha-branca	R	MI, M P	C	M	T,U			O D N I		1			1	1		1		
Vireonidae Swainson, 1837																			
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	R		F	L	M,C			O D N I		1			1	1		1		
<i>Hylophilus amaurocephalus</i> (Nordmann, 1835)	vite-vite-de-olho-cinza	R, E		F	M	U,C			O D N I		1			1	1				
<i>Hylophilus pectoralis</i> Sclater, 1866	vite-vite-de-cabeça-cinza	R		F	L	C			I N								1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Vireo chivi</i> (Vieillot, 1817)	juruviara			R	MI,MP	F	L	C			O N	D I	1
Corvidae Leach, 1820																				
<i>Cyanocorax cristatellus</i> (Temminck, 1823)	gralha-do-campo	R, ECE		C	M	M,C			O N	D I	1			1		1		1		
<i>Cyanocorax cyanopogon</i> (Wied, 1821)	gralha-cancã	R, E		F	M	C			O N	D I	1									
Hirundinidae Rafinesque, 1815																				
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Alopochelidon fucata</i> (Temminck, 1822)	andorinha-morena	R	MI,MP	C	M	A			O N	D I	1			1		1		1		
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-grande	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1		1		
<i>Tachycineta albiventer</i> (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio	R		A	L	A			I N		1	1						1		
<i>Tachycineta leucorroha</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-de-sobre-branco	R	MI,MP	C	L	A			I N		1			1		1				
<i>Riparia riparia</i> (Linnaeus, 1758)	andorinha-do-barranco	VN	MNR	C	L	A			I N		1									
<i>Hirundo rustica</i> Linnaeus, 1758	andorinha-de-bando	VN	MNR	C	L	A			I N		1					1				

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências								
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8	
							<i>Petrochelidon pyrrhonota</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-de-dorso-acanelado			VN	MNR	C	L	A			I N	
Troglodytidae Swainson, 1831																			
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra	R		C	L	T,U			I N	P R	1			1		1		1	
<i>Cistothorus platensis</i> (Latham, 1790)	corruíra-do-campo	R		C	L	U			I N		1			1		1			
<i>Pheugopedius genibarbis</i> (Swainson, 1838)	garrinchão-pai-avô	R		F	L	U			I N		1							1	
<i>Cantorchilus leucotis</i> (Lafresnaye, 1845)	garrinchão-de-barriga-vermelha	R		F	L	U			I N		1			1		1		1	
Donacobiidae Aleixo & Pacheco, 2006																			
<i>Donacobius atricapilla</i> (Linnaeus, 1766)	japacanim	R		A	M	U			I N		1	1							
Poliophtilidae Baird, 1858																			
<i>Poliophtila dumicola</i> (Vieillot, 1817)	balança-rabo-de-máscara	R		C	M	U,C			I N		1			1		1		1	
Turdidae Rafinesque, 1815																			
<i>Catharus fuscescens</i> (Stephens, 1817)	sabiá-norte-americano	VN	MNR	F	M	M,C			O N I		1								
<i>Turdus leucomelas</i> Vieillot, 1818	sabiá-branco	R		F	L	T,C			O N I		1			1		1		1	
<i>Turdus fumigatus</i> Lichtenstein, 1823	sabiá-da-mata	R		F	M	T,M			O N I		1								
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira	R		F	L	T,C			O N I		1			1		1		1	
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	sabiá-poca	R	MI,M P	F	L	T,C			O N I		1			1		1		1	
<i>Turdus subalaris</i> (Seebohm, 1887)	sabiá-ferreiro	R	MR	F	L	C			O N I		1			1		1			
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira	R		F	M	U,M			O N I		1			1		1			

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G	T	I	E	C	O	L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)								1	2	3	4	5	6	7	8
							Mimidae Bonaparte, 1853																
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo	R		C	L	C					O	D	1			1		1					
Motacillidae Horsfield, 1821																							
<i>Anthus lutescens</i> Pucheran, 1855	caminheiro-zumbidor	R		C	L	T					O	D	1			1				1			
Passerellidae Cabanis & Heine, 1850																							
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico	R		C	L	T,U					O	D	1			1		1		1			
<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	tico-tico-do-campo	R		C	L	T					O	D	1			1		1		1			
<i>Arremon taciturnus</i> (Hermann, 1783)	tico-tico-de-bico-preto	R		F	M	T					O	D						1					
<i>Arremon flavirostris</i> Swainson, 1838	tico-tico-de-bico-amarelo	R		F	M	T					O	D	1			1				1			
Parulidae Wetmore, Friedmann, Lincoln, Miller, Peters, van Rossem, Van Tyne & Zimmer 1947																							
<i>Setophaga pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	R		F	M	C					I	N	P	1			1		1		1		
<i>Setophaga striata</i> (Forster, 1772)	mariquita-de-perna-clara	VN	MNR	F	M	C		NT			I	N		1									
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra	R		A	L	U					I	N		1			1		1		1		
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	R		F	M	U,M					I	N		1			1		1		1		
<i>Myiothlypis flaveola</i> Baird, 1865	canário-do-mato	R		F	M	T,U					O	D	1			1		1		1			

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Myiothlypis leucophrys</i> (Pelzeln, 1868)	pula-pula-de-sobrancelha			R, E, ECE		F	M	T,U			I N		1
Icteridae Vigors, 1825																				
<i>Psarocolius decumanus</i> (Pallas, 1769)	japu	R		C	M	C			O N I		1									
<i>Procacicus solitarius</i> (Vieillot, 1816)	iraúna-de-bico-branco	R		F	L	U,M			O N I		1									
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	R		F	L	M,C			O N I		1									
<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	xexéu	R		F	L	M,C			O N I		1									
<i>Icterus pyrrhopterus</i> (Vieillot, 1819)	encontro	R		F	M	C			O N I , P O		1			1				1		
<i>Icterus jamacaii</i> (Gmelin, 1788)	corrupião	R, E, ECA		C	L	C			O N I , P O		1									
<i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	pássaro-preto	R		C	L	T,C			O N I		1			1		1		1		
<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	garibaldi	R		A	L	T,U			O N I		1	1						1		
<i>Pseudoleistes guirahuro</i> (Vieillot, 1819)	chopim-do-brejo	R		C	L	T			O N I , P R		1									
<i>Agelaioides badius</i> (Vieillot, 1819)	asa-de-telha	R		C	L	T			O N I		1									

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências									
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8		
							<i>Molothrus oryzivorus</i> (Gmelin, 1788)	iraúna-grande			R		F	L	T,C			O N I	D	1
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	chupim	R		C	L	T			O N I	D	1			1		1		1		
<i>Sturnella superciliaris</i> (Bonaparte, 1850)	polícia-inglesa-do-sul	R		C	L	T,U			O N I	D	1									
Thraupidae Cabanis, 1847																				
<i>Porphyospiza caeruleascens</i> (Wied, 1830)	campainha-azul	R, ECE		C	H	T,C		NT	O N		1			1		1				
<i>Pipraeidea melanonota</i> (Vieillot, 1819)	saíra-viúva	R	MI,MP	F	L	M,C			O N I	D	1									
<i>Neothraupis fasciata</i> (Lichtenstein, 1823)	cigarra-do-campo	R		C	M	U,C		NT	O N I	D	1			1		1		1		
<i>Cissopis leverianus</i> (Gmelin, 1788)	tietinga	R		F	L	U,C			O N I	D	1					1				
<i>Schistochlamys melanopsis</i> (Latham, 1790)	sanhaço-de-coleira	R		C	L	U,C			F R I , P O	D	1			1		1		1		
<i>Paroaria dominicana</i> (Linnaeus, 1758)	cardeal-do-nordeste	R, E, ECA		C	L	T,U			G R		1							1		
<i>Paroaria baeri</i> Hellmayr, 1907	cardeal-do-araguaia	R, E, ECE		F	M	T,U			O N I	D	1									
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaço-cinzento	R		F	L	C			F R I , P O	D	1			1		1		1		
<i>Tangara palmarum</i> (Wied, 1821)	sanhaço-do-coqueiro	R		C	L	C			O N I ,	D	1			1		1		1		

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Tachyphonus rufus</i> (Boddaert, 1783)	pipira-preta			R		F	L	U,C			O N
<i>Ramphocelus carbo</i> (Pallas, 1764)	pipira-vermelha	R		F	L	U,C			O N	D I	1			1		1		1
<i>Charitospiza eucosma</i> Oberholser, 1905	mineirinho	R, ECE		C	H	T,U		NT	O N		1			1		1		1
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha	R	MI,M P	F	L	C			O N	D I	1			1		1		1
<i>Cyanerpes cyaneus</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-beija-flor	R		F	L	C			O N	D I , P O	1							1
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	R		F	L	C			O N	D I , P O	1			1		1		1
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica	R		F	L	C			O N	D I , P O	1			1		1		1
<i>Tiaris fuliginosus</i> (Wied, 1830)	cigarra-preta	R		F	L	U,M			F R I	D	1							
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho	R	MR	C	L	U			G R		1							1
<i>Sporophila plumbea</i> (Wied, 1830)	patativa	R		C	M	U			O N		1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências							
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8
							<i>Sporophila collaris</i> (Boddaert, 1783)	coleiro-do-brejo			R		C	L	U			G R
<i>Sporophila nigricollis</i> (Vieillot, 1823)	baiano	R		C	L	U			G R		1			1		1		1
<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho	R	MI,MP	C	L	U			G R		1			1		1		1
<i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	chorão	R		C	L	U			G R		1		1					1
<i>Sporophila bouvreuil</i> (Statius Muller, 1776)	caboclinho	R	MI,MP	C	M	U			G R		1			1		1		
<i>Sporophila hypoxantha</i> Cabanis, 1851	caboclinho-de-barriga-vermelha	R		C	M	U	VU		G R		1							
<i>Sporophila melanogaster</i> (Pelzelin, 1870)	caboclinho-de-barriga-preta	R, E		C	M	U	VU	NT	G R		1							
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió	R		C	L	U,M			G R		1					1		1
<i>Sporophila maximiliani</i> (Cabanis, 1851)	bicudo	R		C	L	U	CR	EN	G R		1				1			
<i>Coryphasiza melanotis</i> (Temminck, 1822)	tico-tico-de-máscara-negra	R		C	H	T,U	EN	VU	O N I		1			1		1		
<i>Emberizoides herbicola</i> (Vieillot, 1817)	canário-do-campo	R		C	L	U			O N I		1			1		1		1
<i>Saltatricula atricollis</i> (Vieillot, 1817)	batuqueiro	R, ECE		C	M	U,C			O N I		1			1		1		1
<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	tempera-viola	R		F	L	M,C			O N I		1							1
<i>Saltator coerulescens</i> Vieillot, 1817	trinca-feero-gonga	R		F	L	M,C			O N I									1
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	trinca-ferro	R		F	L	M,C			O N I		1			1		1		1

Nome do Táxon	Nome em português	Distribuição	Mig	AP	GSAA	EPF	Status de Conservação		G T	I E C O L	Referências										
							MMA (2022)	IUCN (2023)			1	2	3	4	5	6	7	8			
							<i>Estrilda astrild</i> (Linnaeus, 1758)	bico-de-lacre			R, EXO		C	L	T,C			GR		1	
Passeridae Rafinesque, 1815																					
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal	R, EXO		T	L	T,C			ON		1					1	1				

Legenda: Distribui. (Distribuição) = R - Residente; AM – Típica da Amazônica; EC - Endêmica do Cerrado; ATL – Típica da Mata Atlântica; EXO – Exótica; E – restrita a território brasileiro; ECA – Típica da Caatinga; Status de Conservação = VU - Vulnerável; NT – quase ameaçada; Método = CP – Censo pontual de Abundância; CR – Captura com redes de neblina; RO – Registro oportunístico ; HP (Habitat preferencial) = F - florestal; C - áreas abertas; A - aquático; T - urbano; GS (Grau de sensibilidade a alterações ambientais) = H - alta; M - média; L - baixa; EF (Estrato preferencial de forrageamento) = T - terrestre; U - sub-bosque; M - médio-bosque; C - copa; A - aéreo; W - água; GT (Guildas Tróficas) = ON - onívoro; IN - insetívoro; FR - frugívoro; GR - granívoro; NI - nectarívoro; CA - carnívoro; DE - detritívoro; I.ECOL (Espécies de Importância Ecológica) = PR - predadora; DI - dispersora; PO - polinizadora;

7.2.2 Resultados da Avifauna

A lista de aves de provável ocorrência para a unidade hidrográfica em estudo totalizou 464 espécies distribuídas em 26 ordens e 70 famílias. As famílias mais representativas foram Tyrannidae com 62 espécies; Thraupidae com 51 espécies e Trochilidae com 29 espécies.

- Espécies Ameaçadas de Extinção

Segundo ICMBio (2018), dentre as 1.979 espécies/subespécies avaliadas, 236 estão presentes em pelo menos uma das categorias de ameaça. As principais ameaças estão relacionadas a perda, fragmentação e/ou diminuição da qualidade dos habitats, associadas principalmente à expansão urbana, seguida pelas atividades agropecuárias, implantação de empreendimentos para geração de energia, tais como barragens e represas, parque eólicos e linhas de transmissão, poluição industrial urbana e agrícola (agrotóxicos) e pela caça, pesca e captura, esta última, envolvendo o tráfico de animais.

O bioma Cerrado é detentor da terceira maior biodiversidade de aves do Brasil (837 espécies de aves com 30 endemismos) e as atividades relacionadas à expansão agrícola apresentam-se como a principal ameaça (ICMBIO, 2018).

No presente estudo, 15 espécies constam de pelo menos uma das categorias de ameaça existentes nas listas de espécies ameaçadas utilizadas. Dessas, 11 espécies constam da lista do MMA (2022) (CR = 1; EN = 6; VU = 4) e 13 da lista da IUCN (2023) (CR = 0; EN = 4; VU = 9). Outras 10 espécies constam da categoria *Near Threatened*, presente na lista da IUCN (2023), categoria essa que envolve espécies cujas populações estão em declínio. Vale ressaltar que algumas espécies estão presentes em ambas as listas de espécies ameaçadas.

- Distribuição

Abordando o tema distribuição, 19 espécies estão restritas ao território brasileiro; 20 espécies são endêmicas do bioma Cerrado, 11 são endêmicas de Mata Atlântica; três são endêmicas da Caatinga, uma é endêmica da floresta Amazônica e três são exóticas introduzidas.

Quanto às espécies migratórias, 113 das 464 realizam algum tipo de movimento migratório. Dessas, 79 são espécies migrantes internas/parciais, ou seja, seus deslocamentos estão relacionados à busca de recursos tróficos dentro do território brasileiro. Outras 16 são espécies migrantes reprodutivas, ou seja, realizam longos movimentos migratórios na busca de melhores condições para a reprodução. Por fim, 18 espécies são consideradas migrantes não reprodutivas, ou seja, realizam longos movimentos migratórios na busca de melhores condições após o período reprodutivo.

- Preferência de habitats

Quanto a preferência de habitat, 215 espécies estão relacionadas aos ambientes florestais, 174 espécies estão relacionadas a ambientes abertos de cerrado, 73

espécies relacionadas a ambientes aquáticos e duas espécies relacionadas a ambientes urbanos consolidados.

- Grau de sensibilidade a Alterações Ambientais

Em reação ao grau de sensibilidade a alterações ambientais (STOTZ et al.; 1996), 41 das 464 espécies possuem alta sensibilidade, não persistindo em ambientes alterados. Outras 192 espécies possuem média sensibilidade e 231 possuem baixa sensibilidade.

7.3 MASTOFAUNA

Os mamíferos formam um grupo complexo de animais que apresentam uma grande variedade de comportamentos, formas, tamanhos, nichos e habitats (EMMONS; FEER, 1997; EISENBERG; REDFORD, 1999). Diversos integrantes possuem ampla distribuição geográfica, ocupam diversos tipos de ambientes e apresentam hábitos variados (EISENBERG; REDFORD, 1999). Alguns mamíferos necessitam de grandes áreas de vida ou apresentam hábitos alimentares extremamente especializados, o que os torna mais frágeis às intervenções em seu ambiente. Outros, entretanto, conseguem até certo limite, ajustar-se à ambientes alterados pelo homem, principalmente aquelas espécies com hábitos mais oportunistas e dietas amplas e flexíveis (LANGGUTH, 1975).

O Banco de Dados de Diversidade de Mamíferos (MMD) lista 6.495 espécies conhecidas de mamíferos no mundo, sendo 6.399 existentes e 96 espécies recentemente extintas (BURGIN et al., 2018). Dentre os países, o Brasil é o quinto maior do mundo e o primeiro dentre os países megabiodiversos, contribuindo com cerca de 762 espécies nativas de mamíferos. As espécies de mamíferos brasileiros estão organizadas em 11 ordens, 51 famílias e 249 gêneros. As ordens mais diversas são Rodentia, Chiroptera e Primates, com 263, 181 e 126 espécies, respectivamente (BURGIN et al., 2018).

Dentre os biomas brasileiros, o Cerrado possui a terceira maior concentração de mamíferos, com 251 espécies (PAGLIA *et al.*, 2012). O Cerrado apresenta, de acordo com Paglia *et al.* (2012) dez ordens de mamíferos, Artiodactyla, Carnivora, Chiroptera, Cingulata, Didelphimorphia, Lagomorpha, Perissodactyla, Pilosa, Primates e Rodentia. Dentre estes grupos, destacam-se os morcegos com o maior número de espécies (ordem Chiroptera; 101 espécies), seguido dos roedores (ordem Rodentia; 78 espécies) e marsupiais (ordem Didelphimorphia; 26 espécies), componentes principais dos pequenos mamíferos. Cerca de 51% das espécies que ocorrem no Cerrado são encontradas também na Amazônia; 38% na Caatinga, 49% no Chaco e 58% estão presentes na Mata Atlântica (UIEDA; PALEARI, 2004). Os mamíferos de médio e grande portes são afetados pela alteração e fragmentação do habitat decorrente da pressão antrópica (RODRIGUES et al. 2002) que, juntamente com a pressão de caça, correspondem às principais ameaças ao grupo (COSTA et al., 2005).

A mastofauna como um todo possui papel importante em diversos processos nos ecossistemas, tais como a manutenção da diversidade de árvores por meio da dispersão de sementes e predação de sementes e plântulas por parte dos frugívoros e herbívoros, e a regulação das populações de herbívoros e frugívoros por parte dos carnívoros, especialmente predadores de topo das cadeias alimentares (PARDINI et

al., 2004). Tendo em vista este grau de importância e ameaça sofrida pelas questões mencionadas anteriormente, é necessário incluí-los nas informações de diagnósticos ambientais (PARDINI *et al.*, 2003), tornando-se importante identificar as espécies que compõem a diversidade animal de um local de interesse e áreas do entorno, em um determinado espaço de tempo, usando as técnicas específicas para cada grupo (SILVEIRA *et al.*, 2010).

7.3.1 Bibliografia Consultada

Para a elaboração da lista de dados secundários foram considerados apenas os táxons identificados em nível de espécie. As fontes dos dados secundários foram categorizadas da seguinte forma:

1. PRIBEIRO, M. L. 2011. Reserva Ecológica do IBGE. Volume 1. Tomo 2. 263 p.
2. PERES-JR, A. K.; ABREU, T. L. S.; BERG, S. B.; OLIVEIRA, J. 2007. Vertebrados Terrestres do Jardim Botânico de Brasília. P. 138-191. In: HERINGER-SALLES, A. E. (org.) Jardim Botânico de Brasília: Diversidade e Conservação. Brasília: Sobotânica, 2007. 356 pp.
3. Parque Nacional de Brasília - PARNA-Brasília (2006).
4. Subprograma de Monitoramento e Proteção à Fauna, Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul, Expresso DF – BRT Sul, 2019.
5. Plano de Manejo das áreas de proteção da Vila Estrutural, Greentech Tecnologia Ambiental, (2012)
6. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Guará - REBio Guará, no Distrito Federal, Geo Lógica Consultoria Ambiental (2012).

Tabela 29. Espécies de provável ocorrência do grupo Mastofauna.

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
MAMALIA										
Didelphimorphia										
DIDELPHIDAE										
<i>Chironectes minimus</i> (Zimmermann, 1780)	cuíca-d'água	AM,ATL,CE,P T,PP			PS	SA				a
<i>Didelphis albiventris</i> Lund, 1840	gambá,sarué	CE,CA,PT,PP			FR,O N	S C				abc def
<i>Gracilinanus agilis</i> (Burmeister, 1854)	cuíca	CE,CA,PT			IN,ON	A R				abd
<i>Gracilinanus microtarsus</i> (Wagner, 1842)	cuíca	ATL	B R		IN,ON	A R				a
<i>Marmosa murina</i> (Linnaeus, 1758)	catita,guaiquica	AM,ATL,CE,P T			IN,ON	S C				ac
<i>Monodelphis americana</i> (Müller, 1776)	cuíca-de-três-listras	ATL,CE			IN,ON	TE				abd
<i>Monodelphis kunsii</i> Pine, 1975	catita	CE			IN,ON	TE				a
<i>Philander opossum</i> (Linnaeus, 1758)	cuíca-de-quatro-olhos	AM,CE,PT			IN,ON	S C				ac
<i>Thylamys velutinus</i> (Wagner, 1842)	cuíca,catita	CE	B R		IN,ON	S C	NT	VU		ab
Cingulata										
DASYPODIDAE										
<i>Dasyopus novemcinctus</i> Linnaeus, 1758	tatu,tatu-galinha	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN,ON	SF				abc d
<i>Dasyopus septemcinctus</i> Linnaeus, 1758	tatu,tatu-mulita, tatuí	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN,ON	SF				abd
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	tatu-peludo,tatu-peba	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN,ON	SF				abc def
<i>Cabassous unicinctus</i> (Linnaeus, 1758)	tatu-de-rabo-mole	AM,ATL,CE,C A,PT			MYR	SF				ab
<i>Priodontes maximus</i> (Kerr, 1792)	tatu-canastra	AM,ATL,CE,P T			MYR	SF	VU	VU	I	abc

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
Pilosa										
MYRMECOPHAGIDAE										
<i>Myrmecophaga tridactyla</i> Linnaeus, 1758	tamanduá-bandeira	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			MYR	TE	VU	VU	II	abc de
<i>Tamandua tetradactyla</i> (Linnaeus, 1758)	tamanduá-de-colete,tamanduá-mirim	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			MYR	SC				abc
Primates										
ATELIDAE										
<i>Alouatta caraya</i> (Humboldt, 1812)	barbado,bugio	ATL,CE,CA,PT,PP			FO,FR	AR			II	abc d
CALLITRICHIDAE										
<i>Callithrix jacchus</i> (Linnaeus, 1758)	sagui-de-tufos-branco	ATL	BR		FR,IN,GO	AR			II	a
<i>Callithrix penicillata</i> (É. Geoffroy, 1812)	sagui,mico-estrela	ATL,CE,CA	BR		FR,IN,GO	AR			II	abc def
CEBIDAE										
<i>Sapajus libidinosus</i> (Spix, 1823)	macaco-prego	ATL,CE,CA	BR		FR,ON	AR			II	abc def
Rodentia										
CRICETIDAE										
<i>Akodon cursor</i> (Winge, 1887)	rato-do-chão	ATL,CE,CA	BR		IN,ON	TE				a
<i>Akodon lindberghi</i> Hershkovitz, 1990	rato-do-chão	ATL,CE	BR		IN,ON	TE				acf
<i>Akodon montensis</i> Thomas, 1913	rato-do-chão	ATL,CE,PP			IN,ON	TE				a
<i>Calomys callosus</i> (Rengger, 1830)	rato-do-chão	CE,PT			FR,GR	TE				abc
<i>Calomys tener</i> (Winge, 1887)	rato-do-chão	ATL,CE,CA			FR,GR	TE				ab
<i>Cerradomys scotti</i> (Langguth & Bonvicino, 2002) - <i>Oryzomys</i>	rato-do-mato	CE,PT			FR,GR	TE				ad
<i>Cerradomys subflavus</i> (Wagner, 1842) - <i>Oryzomys</i>	rato-do-mato	ATL,CE			FR,GR	TE				abc

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
<i>Hylaeamys megacephalus</i> (G. Fischer, 1814) - <i>Oryzomys megacephalus</i> / <i>Oryzomys capito</i>	rato-do-mato	AM,ATL,CE,PT			FR,GR	TE				abd
<i>Necomys lasiurus</i> (Lund, 1841) - <i>Bolomys</i>	rato-do-mato	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,ON	TE				abcd
<i>Nectomys squamipes</i> (Brants, 1827)	rato-d'água	ATL,CE			FR,ON	SA				abc
<i>Oecomys bicolor</i> (Tomes, 1860)	rato-da-árvore	AM,CE,CA,PT			FR,SE	AR				abdf
<i>Oecomys cleberi</i> Locks, 1981	rato-da-árvore	CE	BR		FR,SE	AR				a
<i>Oecomys concolor</i> (Wagner, 1845)	rato-da-árvore	AM			FR,SE	AR				ab
<i>Oligoryzomys fornesi</i> (Massoia, 1973)	rato-do-mato	CE,CA,PT			FR,GR	SC				df
<i>Oligoryzomys microtis</i> (J. A. Allen, 1916)	rato-do-mato	AM			FR,GR	SC				ab
<i>Oligoryzomys nigripes</i> (Olfers, 1818) <i>O. eliurus</i>	rato-do-mato	ATL,CE,CA,PT,PP			FR,GR	SC				ac
<i>Oxymycterus delator</i> Thomas, 1903 <i>O. roberti</i>	rato-do-brejo	CE,CA			IN,ON	SF				abc
<i>Pseudoryzomys simplex</i> (Winge, 1887)	rato-do-mato	CE,CA			FR,ON	TE				ace
<i>Rhipidomys mastacalis</i> (Lund, 1840)	rato-da-árvore	ATL,CE	BR		FR,SE	AR				acd
<i>Thalpomys cerradensis</i> Hershkovitz, 1990	rato-do-chão	CE	BR		FR,GR	TE		VU		a
<i>Thalpomys lasiotis</i> Thomas, 1916	rato-do-chão	CE	BR		FR,GR	TE		EN		abc
MURIDAE										
<i>Mus musculus</i> (Linnaeus, 1758)	camundongo			EX O	ON	TE				a
<i>Rattus rattus</i> (Linnaeus, 1758)	rato-preto			EX O	ON	SC				a
ERETHIZONTIDAE										
<i>Coendou prehensilis</i> (Linnaeus, 1758)	ouriço,porco-espinho	AM,ATL,CE,CA,PT			FR,FO,SE	AR				abc

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
CAVIIDAE										
<i>Cavia aperea</i> Erxleben, 1777	preá	ATL,CE,CA,PT			HB	TE				abc
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)	capivara	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			HB	SA				abc def
DASYPROCTIDAE										
<i>Dasyprocta azarae</i> Lichtenstein, 1823	cutia	ATL,CE,PT,PP			FR,GR	TE				abc df
CUNICULIDAE										
<i>Cuniculus paca</i> (Linnaeus, 1766)	paca	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,HB	TE			III	abd
ECHIMYIDAE										
<i>Clyomys laticeps</i> (Thomas, 1909)	rato-de-espinho	CE,PT			HB	SF				c
<i>Euryzomatomys spinosus</i> (G. Fischer, 1814)	guirá	ATL,CE,PP			HB	SF				a
<i>Proechimys longicaudatus</i> (Rengger, 1830)	rato-de-espinho	CE,PT			FR,GR	TE				ac
<i>Proechimys roberti</i> Thomas, 1901	rato-de-espinho	AM,CE	B R		FR,GR	TE				b
<i>Thrichomys apereoides</i> (Lund, 1839)	punaré,rabudo	CE,CA			FR,HB	TE				ab
Lagomorpha										
LEPORIDAE										
<i>Sylvilagus brasiliensis</i> (Linnaeus, 1758)	coelho, tapiti	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			HB	TE	EM			abc d
Chiroptera										
EMBALLONURIDAE										
<i>Peropteryx macrotis</i> (Wagner, 1843)	morcego	AM,ATL,CE,CA,PT			IN	V O				a
<i>Rhynchonycteris naso</i> (Wied-Neuwied, 1820)	morcego	AM,ATL,CE,CA,PT			IN	V O				a
PHYLLOSTOMIDAE										
<i>Anoura caudifer</i> (É. Geoffroy, 1818)	morcego-beija-flor	AM,ATL,CE,CA,PT			NEC	V O				ab

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
<i>Artibeus anderseni</i> Osgood, 1916	morcego	AM,CE			FR	V O				a
<i>Artibeus cinereus</i> (Gervais, 1855) - <i>Dermanura</i>	morcego	AM,ATL,CE,C A			FR	V O				ab
<i>Artibeus lituratus</i> (Olfers, 1818)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			FR	V O				abd e
<i>Artibeus obscurus</i> (Schinz, 1821)	morcego	AM,ATL,CE,C A			FR	V O				a
<i>Artibeus planirostris</i> (Spix, 1823)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			FR	V O				abe
<i>Carollia perspicillata</i> (Linnaeus, 1758)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			FR	V O				abd e
<i>Chiroderma doriae</i> Thomas, 1891	morcego	ATL,CE,PT			FR	V O				ab
<i>Chrotopterus auritus</i> (Peters, 1856)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			CA	V O				a
<i>Desmodus rotundus</i> (É. Geoffroy, 1810)	morcego-vampiro	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			HE	V O				abd e
<i>Glossophaga soricina</i> (Pallas, 1766)	morcego-beija-flor	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			ON	V O				abd e
<i>Lonchophylla dekeyseri</i> Taddei, Vizotto & Sazima, 1983	morcego-beija-flor	CE	B R		NEC	V O	EM	EN		ab
<i>Macrophyllum macrophyllum</i> (Schinz, 1821)	morcego	AM,ATL,CE,P T			IN	V O				ab
<i>Micronycteris megalotis</i> (Gray, 1842)	morcego	AM,ATL,CE,C A			IN	V O				ae
<i>Micronycteris minuta</i> (Gervais, 1856)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				e
<i>Neonycteris pusilla</i> (Sanborn, 1949)	morcego	AM			IN	V O				ab
<i>Phyllostomus discolor</i> Wagner, 1843	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				ab
<i>Phyllostomus hastatus</i> (Pallas, 1767)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				b

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
<i>Platyrrhinus brachycephalus</i> (Rouk & Carter, 1972)	morcego	AM			FR	V O				a
<i>Platyrrhinus lineatus</i> (É. Geoffroy, 1810)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			FR	V O			III	ab
<i>Pygoderma bilabiatum</i> (Wagner, 1843)	morcego	ATL,CE,PT			FR	V O				ab
<i>Sturnira lilium</i> (É. Geoffroy, 1810)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			FR	V O				abd
FURIPTERIDAE										
<i>Furipterus horrens</i> (F. Cuvier, 1828)	morcego	AM,ATL,CE,C A			IN	V O		VU		a
MOLOSSIDAE										
<i>Cynomops planirostris</i> (Peters, 1865) - <i>Molossops</i>	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				ab
<i>Molossops temminckii</i> (Burmeister, 1854)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				abd
<i>Molossus molossus</i> (Pallas, 1766)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN	V O				a
<i>Nyctinomops laticaudatus</i> (É. Geoffroy, 1805)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN	V O				ab
VESPERTILIONIDAE										
<i>Eptesicus brasiliensis</i> (Desmarest, 1819)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN	V O				a
<i>Eptesicus furinalis</i> (d'Orbigny & Gervais, 1847)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				ab
<i>Lasiurus blossevillii</i> [Lesson, 1826]	morcego	AM,ATL,CE,C A,PP			IN	V O				a
<i>Myotis nigricans</i> (Schinz, 1821)	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT,PP			IN	V O				abe
<i>Myotis riparius</i> Handley, 1960	morcego	AM,ATL,CE,C A,PT			IN	V O				ab
Carnivora										
FELIDAE										

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
<i>Leopardus braccatus</i> (Cope, 1889)	gato-palheiro,gato-do-pantanal	CE,PT,PP			CA	TE		VU	II	a
<i>Leopardus pardalis</i> (Linnaeus, 1758)	jaguaririca	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			CA	TE			I	bcd
<i>Leopardus tigrinus</i> (Schreber, 1775)	gato-do-mato-pequeno	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			CA	SC	VU	EN	I	b
<i>Panthera onca</i> (Linnaeus, 1758)	onça-pintada	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			CA	TE	NT	VU	I	b
<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)	onça-parda,suçuarana,leão-baio	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			CA	TE		VU	II	abcd
<i>Puma yagouaroundi</i> (É. Geoffroy, 1803)	jaguarundi,gato-mourisco	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			CA	TE		VU	II	ab
CANIDAE										
<i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus, 1766)	cachorro-do-mato,graxaim,raposa	ATL,CE,CA,PT,PP			IN,ON	TE			II	abcdef
<i>Chrysocyon brachyurus</i> (Illiger, 1815)	lobo-guará,guará	CE,PT,PP			CA,ON	TE	NT	VU	II	abc e
<i>Lycalopex vetulus</i> (Lund, 1842)	raposinha	CE,PT	BR		IN,ON	TE		VU		abc
<i>Speothos venaticus</i> (Lund, 1842)	cachorro-do-mato-vinagre	AM,ATL,CE,PT			CA	TE	NT	VU	I	ab
MUSTELIDAE										
<i>Eira barbara</i> (Linnaeus, 1758)	irara,papa-mel	AM,ATL,CE,CA,PT			FR,ON	TE			III	abc
<i>Galictis cuja</i> (Molina, 1782)	furão	ATL,CE,CA,PT			CA	TE				ab
<i>Lontra longicaudis</i> (Olfers, 1818)	lontra	AM,ATL,CE,PT,PP			PS	SA	NT		I	b
MEPHITIDAE										
<i>Conepatus chinga</i> (Molina, 1782)	cangambá,jaritataca	ATL,CE,PP			IN,ON	TE				a
<i>Conepatus semistriatus</i> (Boddaert, 1784)	cangambá,jaritataca	AM,ATL,CE,CA,PT			IN,ON	TE				be
PROCYONIDAE										

Taxa	Nome comum	Biomás	RT B	EX O	Dieta	Lo c.	IU CN	M MA	CIT ES	Fon te
<i>Nasua nasua</i> (Linnaeus, 1766)	quati	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,ON	TE			III	abcd
<i>Procyon cancrivorus</i> (G. Cuvier, 1798)	guaxinim,mão-pelada	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,ON	SC				abc def
Perissodactyla										
TAPIRIIDAE										
<i>Tapirus terrestris</i> (Linnaeus, 1758)	anta	AM,ATL,CE,CA,PT			HB,FR	TE	VU	VU	II	bcd e
Artiodactyla										
TAYASSUIDAE										
<i>Pecari tajacu</i> (Linnaeus, 1758)	cateto,caititu	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,HB	TE	VU		II	bcd
<i>Tayassu pecari</i> (Link, 1795)	queixada,porco-do-mato	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,HB	TE		VU	II	c
CERVIDAE										
<i>Mazama americana</i> (Erxleben, 1777)	veado-mateiro	AM,ATL,CE,PT			FR,HB	TE				acd
<i>Mazama gouazoubira</i> (G. Fischer, 1814)	veado-catingueiro	AM,ATL,CE,CA,PT,PP			FR,HB	TE				abd
<i>Ozotoceros bezoarticus</i> (Linnaeus, 1758)	veado-campeiro	CE,PT,PP			HB	TE	NT	VU	I	abc

Legenda: Biomás: Am = amazonas, ATL = Mata Atlântica, CE = Cerrado, CA = Caatinga, PT = Pantanal, PP = Pampas; RTB – espécies restritas ao território brasileiro; Dieta: IN = Insetívora, On = Onívora, Hb = Herbívora, Fr = Frugívora, CA = Carnívora, OS = piscívora; Status de conservação (MMA e IUCN): NT = Quase ameaçada, VU = Vulnerável, EM = Em Perigo; CITES: I = Apêndice I, II = Apêndice II, III = Apêndice III; Fonte: a- IBGE (2011), b- JBB (2007), c- PNB (2006), d- BRT (2019), e- Vila Estrutural (2012), f- Rebio Guará (2012).

7.3.2 Resultados da Mastofauna

A listagem do grupo Mastofauna resultou em 111 espécies, distribuídas em 10 Ordens e 27 Famílias. Destas, seis espécies são consideradas como endêmicas do bioma Cerrado e 14 são restritas ao território brasileiro. Duas espécies são exóticas e 20 espécies estão relacionadas às categorias ameaçadas de extinção (MMA, 2022; IUCN, 2023). 24 espécies ainda são relacionadas aos apêndices da CITES. As Ordens mais representativas foram Rodentia e Chiroptera, com 33 e 34 espécies representantes, respectivamente.

- Espécies Ameaçadas de Extinção

Dentre as espécies listadas, 20 delas são consideradas ameaçadas de extinção. As espécies que se encontram em um maior nível de ameaça, na categoria Em Perigo são: *Thalpomys lasiotis* (rato-do-chão), *Sylvilagus brasiliensis* (tapiti), *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor) e *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato-pequeno). Outras 16 espécies apresentam-se listadas em pelo menos uma das listas da fauna ameaçada de extinção, na categoria Vulnerável. A saber: *Thylamys velutinus* (cuíca), *Priodontes maximus* (tatu-canastra), *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Thalpomys cerradensis* (rato-do-chão), *Furipterus horrens* (morcego), *Leopardus braccatus* (gato-palheiro), *Panthera onca* (onça-pintada), *Puma concolor* (onça-parda), *Puma yagouaroundi* (jaguarundi), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Lycalopex vetulus* (raposinha), *Speothos venaticus* (cachorro-do-mato-vinagre), *Tapirus terrestres* (anta), *Pecari tajacu* (caititu), *Tayassu pecari* (porco-do-mato) e *Ozotoceros bezoarticus* (veado-campeiro).

A espécie *Lontra longicaudis* (lontra), encontra-se categorizada como Quase ameaçada em nível mundial (IUCN). Entretanto, como não consta de nenhuma categoria em nível nacional, é considerada uma espécie não ameaçada, porém, que merece atenção, para que, em um futuro próximo, não esteja listada como espécie ameaçada.

- Distribuição

A Mastofauna no Cerrado é caracterizada pelo baixo endemismo (em torno de 9%), principalmente de espécies exclusivas de ambientes abertos (MARINHO-FILHO *et al.*, 2002). Dentre as espécies listadas, seis são consideradas endêmicas do bioma Cerrado, a saber: *Monodelphis kunsi* (catita), *Thylamys velutinus* (cuíca), *Oecomys cleberi* (rato-da-árvore), *Thalpomys cerradensis* (rato-do-chão), *Thalpomys lasiotis* (rato-do-chão) e *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor).

Outras 28 espécies são consideradas de ampla distribuição, ocorrendo em todos os biomas brasileiros e 14 espécies são consideradas como restritas ao território brasileiro. São elas: *Gracilinanus microtarsus* (cuíca), *Thylamys velutinus* (cuíca), *Callithrix jacchus* (sagui-de-tufos-brancos), *Callithrix penicillata* (mico-estrela), *Sapajus libidinosus* (macaco-prego), *Akodon cursor* (rato-do-chão), *Akodon lindberghi* (rato-do-chão), *Oecomys cleberi* (rato-da-árvore), *Rhipidomys mastacalis* (rato-da-árvore), *Thalpomys cerradensis* (rato-do-chão), *Thalpomys lasiotis* (rato-do-chão), *Proechimys roberti* (rato-de-espinho), *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor) e

Lycalopex vetulus (raposinha). Duas espécies são consideradas exóticas, *Mus musculus* (camundongo) e *Rattus rattus* (rato-preto).

- Espécies Exóticas-Invasoras e domésticas

Espécies exóticas e invasoras como os ratos (*Rattus rattus*) e camundongos (*Mus musculus*) podem gerar impactos biológicos, penetrando em ambientes naturais e competindo com roedores, marsupiais e outros vertebrados silvestres. Estas espécies são pragas por excelência em habitats urbanos.

Os gatos (*Felis catus*), por se alimentarem de pequenos vertebrados apresentam, maior perigo principalmente para a anurofauna, pois o modo reprodutivo destes animais, no qual o macho atrai a fêmea através da vocalização, tornam esses em presas fáceis para este tipo de predador.

Os cães (*Canis familiares*), principalmente quando asselvajados, formam matilhas e atacam a fauna nativa, além de competir por recursos e agravar a transmissão de doenças aos mamíferos silvestres. Mesmo os animais domésticos não asselvajados influenciam na movimentação da fauna silvestre, acarretando o afugentamento da fauna.

As criações como bovinos, equinos e ovinos também exercem influência negativa aos ambientes naturais. O pisoteio pelo gado compacta o solo e contribui para a secagem de nascentes de água, o manejo das pastagens pelo fogo também coloca a fauna em risco. Ademais, essas criações também atuam como dispersoras de plantas invasoras, carrapatos e vetores que podem disseminar doenças.

A dispersão de espécies exóticas invasoras é hoje conhecida como uma das maiores ameaças ao bem-estar ecológico do planeta. Estas espécies vêm causando enormes danos à biodiversidade e aos sistemas naturais (GISP, 2005).

- Espécies de Importância Ecológica

Os mamíferos, de modo geral, são animais sensíveis a alterações ambientais, extremamente dependentes da qualidade e estrutura de seus habitats e respondem rapidamente às modificações ambientais, o que os torna um grupo de importância como bioindicadores da integridade ambiental (HEYER *et al.*, 1994).

8 DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

8.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO

A RA Riacho Fundo I originou-se da Granja homônima, localizada às margens do ribeirão Riacho Fundo, ocupando uma área de 1.778,11 hectares. O Setor Habitacional Riacho Fundo, criado no início dos anos 90 fez parte do programa de erradicação de ocupações irregulares, do Governo do Distrito Federal. Por sua vez, a Região Administrativa do Riacho Fundo foi oficialmente criada por meio da Lei Distrital nº 620, de 15 de dezembro de 1993.

Na área rural, estão localizadas a Colônia Agrícola Riacho Fundo, Fundação Cidade da Paz e o setor de Pesquisa de Produção de Sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA.

O principal acesso à RA é realizado pela Estrada Parque Núcleo Bandeirante – EPNB (DF-075). A RA faz limite com as RAs Riacho Fundo II, Park Way, Núcleo Bandeirante, Arniqueira, Samambaia e Taguatinga.

O processo de ocupação na ARINE Sucupira se iniciou em meados dos anos 90, a partir do parcelamento de áreas destinadas às chácaras. A urbanização foi se intensificando rapidamente e se estabelecendo de maneira desordenada, sem o cumprimento de legislações ambientais e urbanísticas.

As imagens da Figura 108, Figura 109 e Figura 110 mostram aspectos da ocupação na área de regularização.



Figura 108. Ocupações no Setor Habitacional Sucupira.

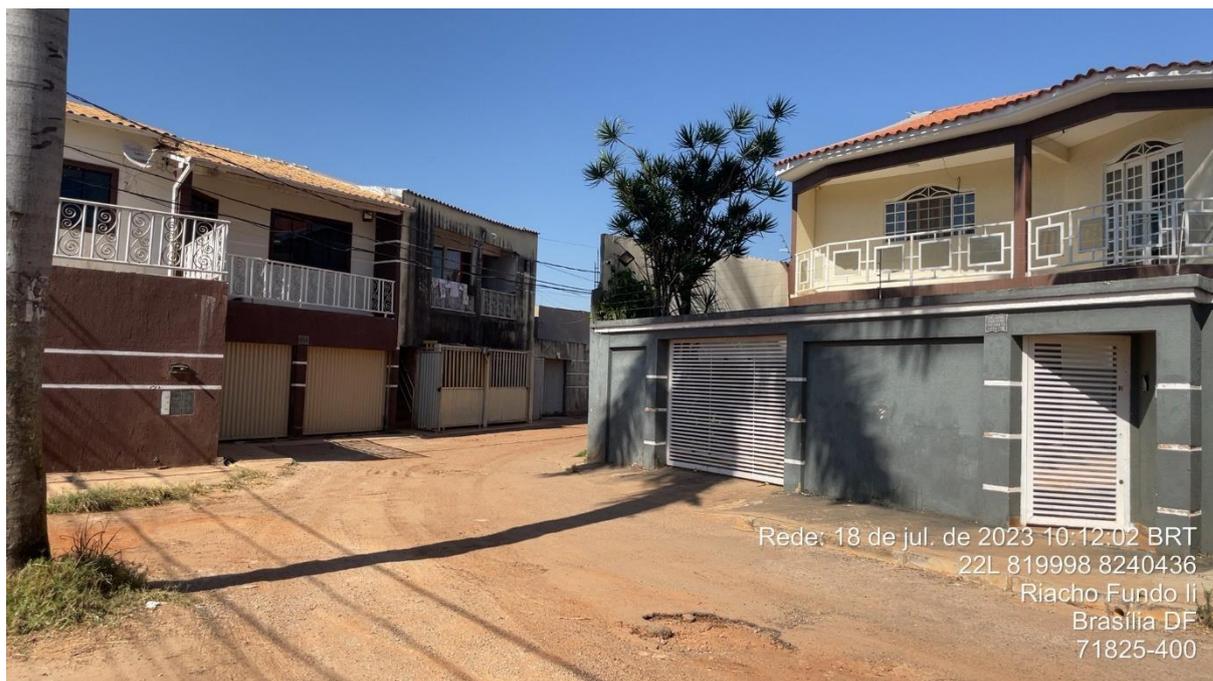


Figura 109. Ocupações residenciais de dois pavimentos.



Figura 110. Ocupações de uso misto na Avenida Sucupira.

8.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios - PDAD 2021, a população urbana da RA Riacho Fundo I era de 44.464 pessoas, sendo 52,6% do sexo de nascimento feminino e a população apresentava uma idade média de 33,9 anos. Estes dados corroboram com o Censo 2010 do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

Em relação à Distribuição da População por Faixa Etária e Sexo, a maioria encontra-se entre 35 e 39 anos de idade e bem distribuída entre homens e mulheres. A pirâmide etária para a RA Riacho Fundo I indica que a População Economicamente Ativa – PEA, idade entre 15 e 65 anos, segundo o IBGE, é a mais frequente na classe 35 a 39 anos de idade.

Quanto ao arranjo familiar, que é a composição das famílias, ou seja, o número de residentes no mesmo domicílio, possuam eles ou não vínculos consanguíneos, segundo o IBGE, a RA Riacho Fundo I apresenta o arranjo casal com 1 filho, como o mais observado, com 20,1% dos domicílios, seguido de casal sem filhos e casal com dois filhos, 19% e 17%, respectivamente.

Quanto à origem dos moradores, 52,6% são nascidos no próprio Distrito Federal – DF. Para os que não nasceram no DF, o Estado mais reportado foi Minas Gerais, (15,1%) (PDAD, 2021). O tempo médio de moradia na RA é de 11,8 anos. Por sua vez, o tempo médio de moradia, dos moradores do Riacho Fundo, no Distrito Federal, é de cerca de 24,6 anos.

Segundo o PDAD, 2021, quanto ao tema escolaridade, 96% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. Para as pessoas entre 4 e 24 anos, 42,8% reportaram frequentar escola pública. Considerando-se os estudantes de todas as idades, a modalidade predominante era presencial, para 77,8%.

Os estudantes frequentam escolas do RA Riacho Fundo I (62,7%), ou Taguatinga e Plano Piloto, 15,3% e 10,7%, respectivamente. Acrescenta-se a informação sobre a mobilidade, 41,1% dos estudantes encaminham-se às escolas a pé, 27,3% de ônibus e 26% de automóvel. Por fim, no que diz respeito à escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais, 34% declararam ter o ensino superior completo.

Em relação ao tema Trabalho, das pessoas com 14 anos ou mais, também conhecida como população em idade ativa (PIA), 60,6% estavam economicamente ativas, isto é, ocupadas ou desocupadas (22.363 pessoas). Uma questão relevante para o mercado de trabalho diz respeito à parcela da população que não estuda, nem trabalha, os chamados “nem-nem”. Para a população entre 18 e 29 anos, 30,1% se encontravam nesta situação, aproximadamente 2.708 jovens.

Para os ocupados, a atividade da empresa em que estes exerciam o seu trabalho principal, sendo o setor de Outros Serviços o mais informado, segundo 52,9% dos respondentes. A Região Administrativa onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal foi RA Riacho Fundo I (32,6%)

Finalmente, a posição na ocupação mais comum foi a condição de empregado no setor privado (exceto doméstico), 46,3%. Sobre os trabalhadores do setor público, a principal área de atuação era estadual/distrital (58,3%) e sob o regime estatutário (58,7%).

Sobre os empreendedores (sócios de cooperativas, autônomos, empregadores, donos de negócios familiares e profissionais liberais), 60,8% eram microempreendedores individuais (MEI) e 62,6% possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

No que tange ao deslocamento para o trabalho, 37% utilizam ônibus, 50,5% automóvel, 4,2% o transporte privado (empresa de aplicativo, táxi, fornecido pela empresa etc.), 3,8% motocicleta e 17,4% caminham até a localidade laboral.

No que diz respeito à remuneração de trabalho principal, o valor médio observado foi de R\$ 3.129,92. No que tange à desigualdade, o coeficiente de Gini¹ para esta remuneração foi de 0,46. Já a renda domiciliar estimada foi de R\$ 5.101,60, que resulta em um valor médio por pessoa de R\$ 2.060,20. Quanto à desigualdade, o índice de Gini da renda domiciliar foi de 0,49, enquanto para a renda por pessoa foi de 0,49.

Para o tema escolaridade, 96% da população do Riacho Fundo I com seis anos ou mais de idade declararam que sabem ler e escrever. Para as pessoas entre 4 e 24 anos, 42,8% reportaram frequentar escola pública.

A caracterização da população da Área de Influência Direta – AID, área do empreendimento, foi elaborada a partir dos dados secundários do censo IBGE 2010, PDAD 2021 e outros documentos relacionados, como o Memorial Descritivo da ARINE Sucupira.

A população da ARINE Sucupira caracteriza-se essencialmente em urbana, segundo IBGE (2021). A área é composta por assentamentos informais com características predominantemente residenciais e unifamiliares, além de áreas comerciais esparsas. A ARINE também dispõe de áreas rurais remanescentes de chácaras e de extensa Área de Preservação Permanente, ao longo do Riacho Fundo.

Conforme o PDOT/2009 a ARINE Sucupira apresenta baixa densidade demográfica (de 15 a 50 habitantes/hectare), com população mínima de 2.223 podendo alcançar 7.411 habitantes. Destaca-se que esses valores podem sofrer alteração quando da elaboração do projeto urbanístico de regularização e delimitação da poligonal de projeto.

Segundo IBGE (2010), a população residente em domicílios particulares permanente é de 3.949 pessoas, sendo 1.920 homens e 2.029 mulheres. Estimativas apontam que a população atual está em torno de 5 mil habitantes.

Quanto ao arranjo familiar, os dados da AID acompanham as características da AII, casal com 1 filho, como o mais observado, com 20,1% dos domicílios, seguido de casal sem filhos e casal com dois filhos, 19% e 17%, respectivamente.

8.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Na RA Riacho Fundo I, segundo levantamentos de dados secundários, as principais atividades econômicas estão relacionadas a serviços públicos e atividades de serviços.

¹ 40 coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que varia entre 0 e 1, em que o valor nulo indica igualdade total e o valor unitário indica desigualdade total.

Os serviços privados disponíveis são educacionais, de saúde, indústria, construção, serviços por aplicativos, serviços domésticos e agropecuária. E relacionados aos serviços públicos existem os educacionais, de saúde, segurança e assistência social.

Como atividades públicas, uma vez que ocupam pessoal local, existem escolas públicas, listadas a seguir: Centro de Ensino Fundamental (CEF) QN1, Centro de Ensino Médio (CEM), Centro Educacional Infantil, Centro Educacional 2, Coordenação Regional de Ensino (CRE), Escolas Classe 1 e 2 (Figura 111), Escola Classe Kanegae, C. E. Passionista Mãe da Santa Esperança, Eden - Instituto de Educ. Heidee Neves, Lar das Crianças Luiz Hermani.



Figura 111. Escola Classe 01, RA Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.

Os serviços de saúde disponíveis na RA são: Associação dos Amigos da Saúde Mental, Núcleo de Inspeção - Vigilância Sanitária, Instituto de Saúde Mental (ISM), Conselho R. de Saúde do Riacho Fundo I (Figura 112), Posto de Saúde da Família, Centro de Saúde nº 3 do Riacho Fundo I.



Figura 112. Centro de Referência de Assistência Social, RA Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.

Os serviços de segurança: Conselho de Segurança – CONSEG, 28º Batalhão de Polícia Militar do DF, Polícia Civil 29ª Delegacia de Polícia (Figura 113), Corpo de Bombeiros 21º - GBM.



Figura 113. Polícia Civil 29ª Delegacia de Polícia, RA Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.

A área rural é composta pela Colônia Agrícola, pelo Combinado Agrourbano – CAUB I e por áreas isoladas. Na área rural está localizada a Fundação Cidade da Paz, além da sede da Universidade Holística Internacional e o setor de Pesquisa de Produção de Sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA.

O que caracteriza a atividade econômica na AID do empreendimento é a economia sustentada no comércio de rua. A cidade tem sido atraente para os investidores, pois abriga uma população relativamente densa, sobretudo em comparação com as RAs vizinhas.

A AID ainda apresenta um incipiente processo de atividades econômicas, mas são espaços promissores para as atividades comerciais. As redes varejistas nacionais perceberam o potencial da região e começam expandir seus negócios além do Plano Piloto.



Figura 114. Comércio local característico da RA Riacho Fundo I. Fonte: <https://www.riachofundo1.df.gov.br/>

A AID está passando por um processo natural, compatível com seus perfis socioeconômicos. Uma vez consolidado o comércio, começa a ocorrer uma melhora qualitativa no tipo de estabelecimento que tem interesse em instalar-se nessas áreas. A população tem renda para consumir e isso interessa às grandes redes. Cada vez menos, as pessoas precisam sair de casa para consumirem, de modo que o dinheiro fica na cidade.

Pode-se inferir que a área do empreendimento acompanhará o desenvolvimento econômico da RA Riacho Fundo I, onde está inserida. As atividades desenvolvidas são do terceiro setor, ou seja, serviços. Próximo ao Setor Habitacional Sucupira, encontram-se alguns segmentos de serviços de saúde e do comércio varejista, como vestuário, móveis, supermercados, papelarias, farmácias, pet shops, materiais de construção e utilidades.

Um fenômeno paralelo à maior qualidade do comércio em cidades cujo mercado consumidor está se consolidando é a abertura de espaço para serviços específicos, como: escritórios de arquitetos, advogados, dentistas, médicos e outros profissionais liberais. Esses serviços são característicos de populações com uma renda razoável.

Além disso, a AID, bem como a All podem se beneficiar do aquecimento do mercado imobiliário nos arredores.

Quando questionada uma moradora relatou:

“Vim da Bahia há oito anos em busca de melhoria de vida no DF e escolhi o RA Riacho Fundo I para me instalar. Valeu a pena! Hoje, sou vendedora de uma loja de sapatos no principal centro comercial da cidade e tenho uma renda que vai de R\$ 800 a R\$ 900, dependendo das comissões que ganho com as vendas do mês. O comércio aqui está melhorando a cada dia.”

Lúcia Gabriela Moreira, 32 anos. Entrevistada, na AID, em 07/07/2023.

Considerando a caracterização populacional e econômica e da infraestrutura, é possível fazer algumas correlações para o Setor Habitacional Sucupira. Com um rendimento domiciliar estimado em R\$ 1.798,00, pode-se inferir que a população desta região possui um nível socioeconômico médio a baixo, considerando o custo de vida no Distrito Federal. O fato de predominarem atividades comerciais na região indica uma possível dependência do comércio local como fonte de renda e emprego para os moradores.

O domínio das atividades comerciais pode ter influência na geração de empregos na região, porém, pode também resultar em uma economia local mais suscetível a flutuações no mercado. Com o rendimento domiciliar estimado e a predominância de atividades comerciais, é importante observar como esses fatores poderão afetar a qualidade de vida, a infraestrutura, a oferta de serviços públicos e o desenvolvimento social.

A vocação econômica na ARINE Sucupira se concentra em atividades comerciais e estes estabelecimentos estão situados próximos às Avenidas Sucupira e Central, onde é possível identificar atividades como: minimercados, restaurantes, pizzarias, salões de beleza, lojas de produtos agropecuários, oficinas de automóveis e academia.

A imagens da Figura 115, Figura 116, Figura 117 e Figura 118 mostram aspectos das atividades comerciais identificadas na ARINE Sucupira.



Figura 115. Vista de empreendimentos comerciais.



Figura 116. Vista de empreendimentos comerciais.



Figura 117. Vista da Avenida Sucupira e atividades comerciais instaladas.



Figura 118. Vista de áreas comerciais próximas à Av. Sucupira.

8.4 INFRAESTRUTURA EXISTENTE

Quanto à infraestrutura urbana existente, para a RA do Riacho Fundo I, verificou-se que as ruas de acesso principal aos domicílios são asfaltadas em 95,7% das unidades. Segundo o PDAD, 92% dos entrevistados afirmaram que as ruas têm calçadas, das quais 92,8% tinham meio fio, sendo avaliadas como “boa”, segundo 44,3% dos respondentes.

Quanto ao abastecimento de água, 99,8% dos domicílios tinham acesso à rede geral da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), e 89,6% dos domicílios possuem caixa d'água. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, 93,6% dos domicílios com ligação à rede geral da CAESB, e 9,2% possuem fossa séptica.



Figura 119. Domicílios da AII, RA Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.

Para 94,6% dos entrevistados há iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 71,6% responderam que havia drenagem da água da chuva (boca de lobo). Os projetos de drenagem urbana, pavimentação asfáltica e rede elétrica serão ainda desenvolvidos.

Sobre problemas nas proximidades dos domicílios, 9,3% informaram que há áreas com erosão, áreas com inclinação acentuada (como morros) que podem apresentar riscos aos moradores.

Especificamente na ARINE Sucupira, a população já possui atendimento para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário fornecidos pela Caesb. O mapa da área atendida pela infraestrutura é mostrado na Figura 120.

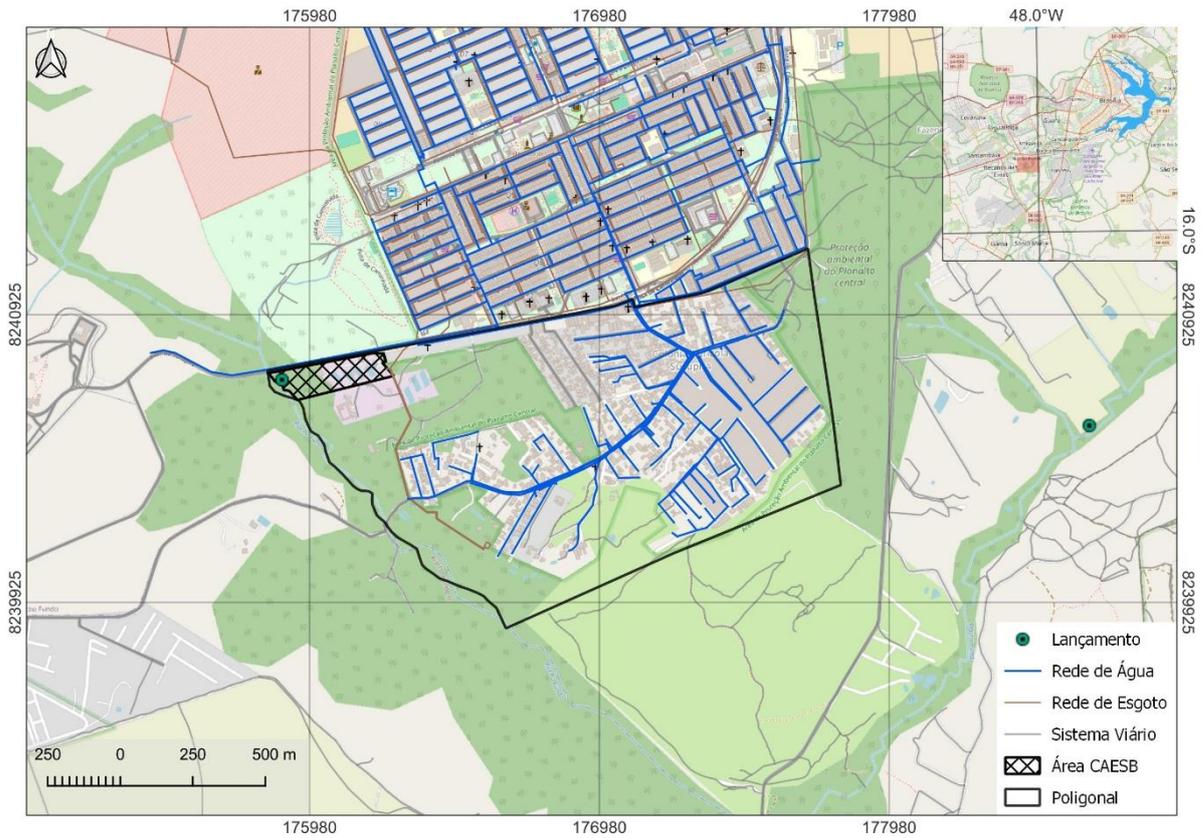


Figura 120. Mapa da área atendida pela infraestrutura de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Ainda a respeito da infraestrutura, chama a atenção a pavimentação, dados os diversos tipos de pavimento que foram utilizados. No trecho da Avenida Central, foi identificado o uso de concreto asfáltico, por exemplo (Figura 121). Mas há também alguns trechos que ainda não foram pavimentados (Figura 122).

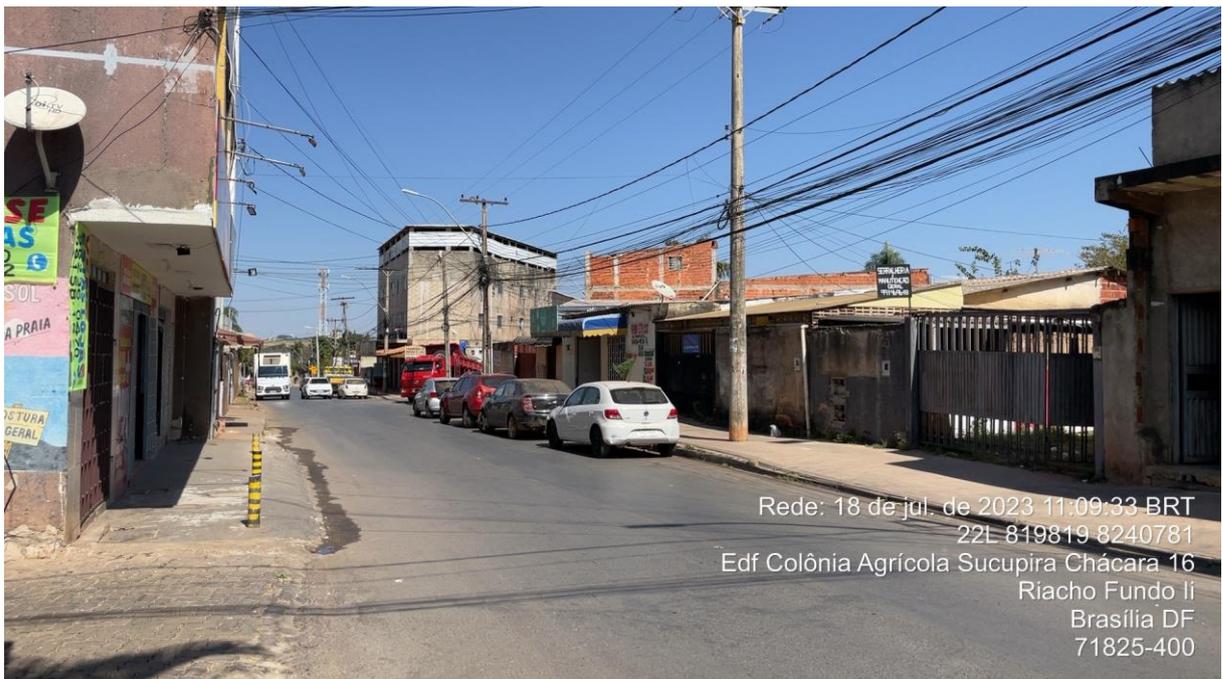


Figura 121. Pavimentação asfáltica na Av. Central da ARINE Sucupira.



Figura 122. Trecho sem pavimentação no Setor Habitacional Sucupira.

Conforme informações obtidas por moradores, em trechos, como os exemplificados na Figura 123, Figura 124 e Figura 125, que foram pavimentados com concreto a partir de iniciativa da comunidade, visto que as erosões que se formavam impediam o acesso de veículos. Nessas áreas observa-se que não há uma padronização de meio-fio e de calçadas.



Figura 123. Trecho com pavimentação de concreto.



Figura 124. Aspecto da pavimentação em concreto, em trecho inclinado, na ARINE Sucupira.



Figura 125. Trecho pavimentado com concreto, nota-se a ausência de calçadas.

Outras áreas já foram pavimentadas com piso intertravado, como mostrado na Figura 126 e Figura 127.



Figura 126. Trecho com boca de lobo e pavimentação com piso intertravado.

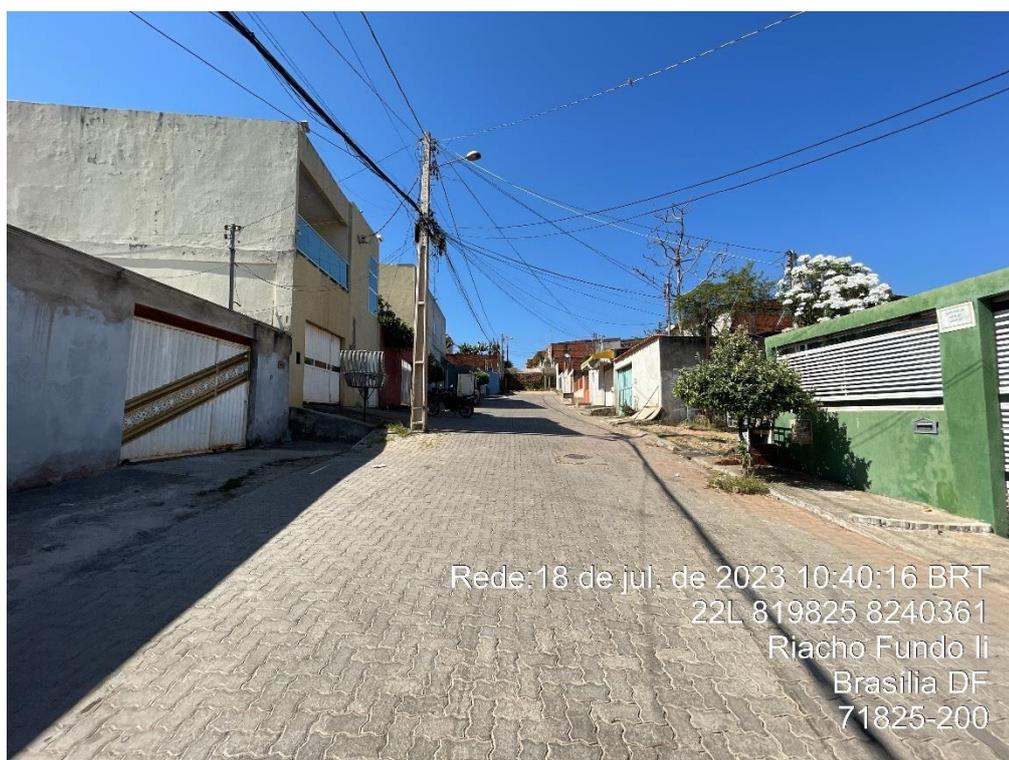


Figura 127. Trecho de via em que foi utilizado pavimento com piso intertravado.

Foi identificado um trecho em que há desnível do pavimento, cerca de 3,0 m, que impede a continuidade da via, como pode ser visto na Figura 128.



Figura 128. Trecho de desnível entre as vias.

O aspecto que mais se destaca na questão da infraestrutura de saneamento ambiental é quanto ao manejo de águas pluviais, pois são identificados poucos dispositivos de captação da água da chuva e estes foram executados apenas na Avenida Sucupira. A água escoar pelas vias secundárias seguindo o caminho preferencial até as vertentes/grotas secas. O projeto de drenagem pluvial, portanto, configura um dos principais a serem desenvolvidos para a regularização ambiental do Setor Habitacional Sucupira.

A Figura 129 apresenta mapeamento com a rede de drenagem cadastrada para a região da ARINE Sucupira, indicado que as redes se localizam no trecho da Avenida Sucupira.

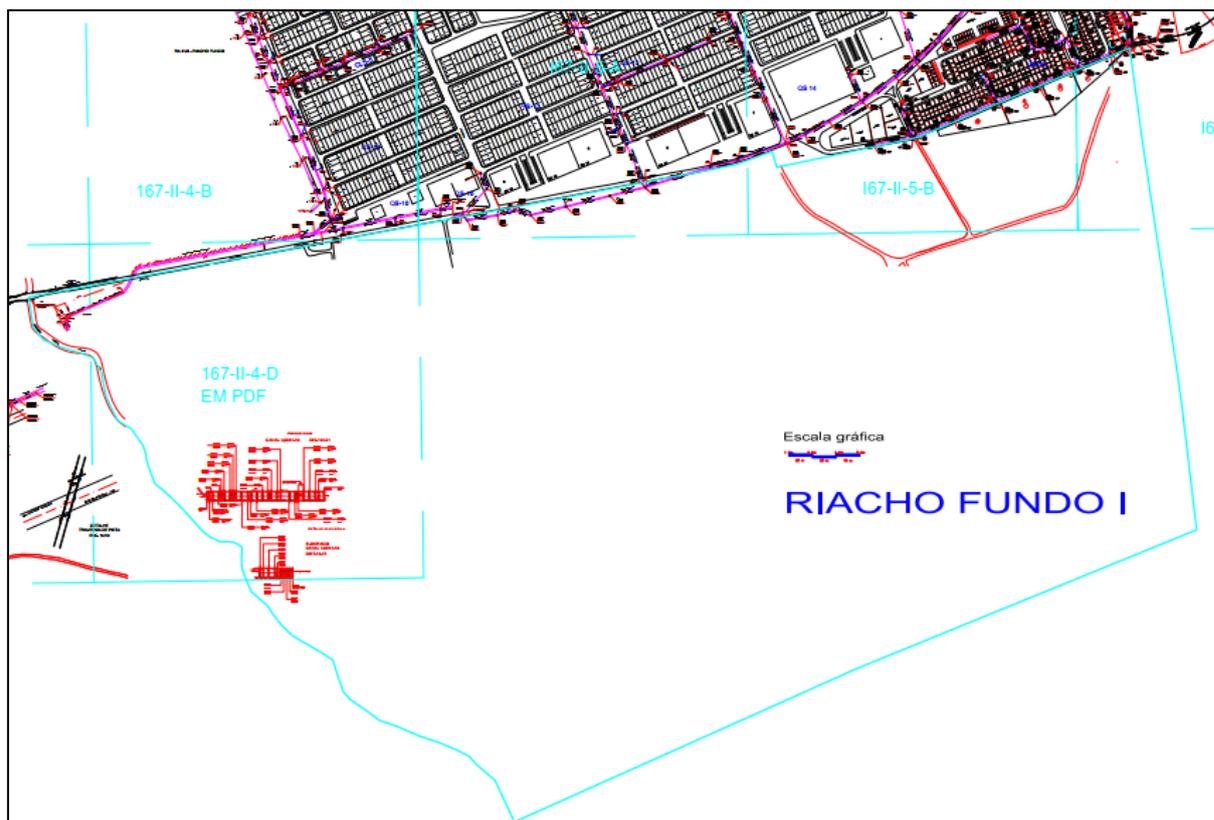


Figura 129. Rede de águas pluviais executadas na ARINE Sucupira. Fonte: Novacap (2023).

8.5 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS E COMUNITÁRIOS

Segundo a PDAD (2021), em relação a infraestrutura pública nas proximidades dos domicílios do Riacho Fundo I, os entrevistados reportam que as ruas são arborizadas, há existência de jardins e parques e espaços culturais públicos, como as academias comunitárias e quadras esportivas.

Na área do empreendimento também há ciclovia/ciclofaixa e travessia sinalizada para pedestres (como faixas de pedestre, passarela, passagem subterrânea ou semáforo), bem como ponto de ônibus.

No que tange às questões de segurança, há policiamento militar regular, realizado pelo 28º Batalhão de Polícia Militar do DF. Há também o Conselho de Segurança – CONSEG, Polícia Civil 29ª Delegacia de Polícia, e o Corpo de Bombeiros 21º - GBM.

No que diz respeito ao atendimento de saúde, os moradores informaram utilizam o Posto de Saúde da Família, Centro de Saúde nº 3 do RA Riacho Fundo I. Outras instituições de saúde também compõem o território, tais como a Associação dos Amigos da Saúde Mental, Núcleo de Inspeção -Vigilância Sanitária, Instituto de Saúde Mental (ISM), Conselho R. de Saúde do RA Riacho Fundo I.

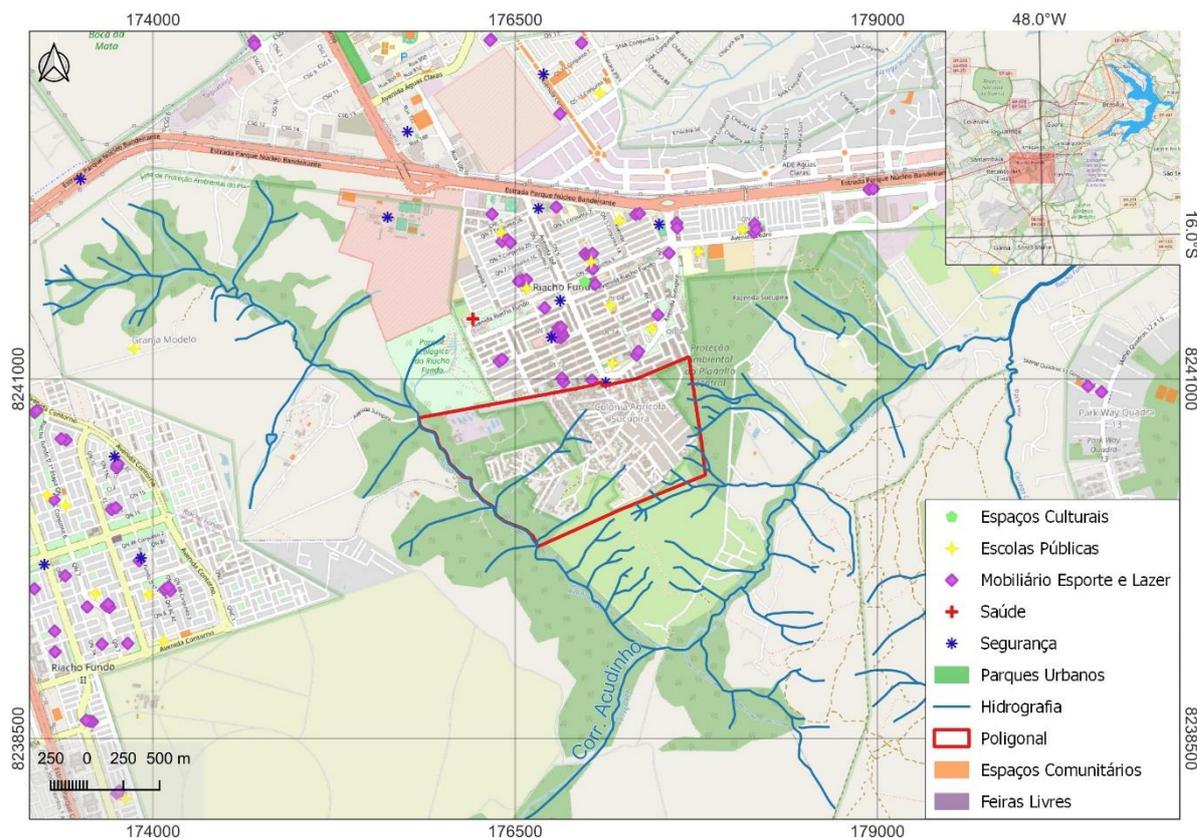


Figura 130. Equipamentos Públicos Comunitários (EPC) na Região Administrativa do Riacho Fundo I.

Como atividades públicas, uma vez que ocupam pessoal local, existem escolas públicas, listadas a seguir: Centro de Ensino Fundamental (CEF) QN1, Centro de Ensino Médio (CEM), Centro Educacional Infantil, Centro Educacional 2, Coordenação Regional de Ensino (CRE), Escolas Classe 1 e 2, Escola Classe Kanegae, Centro Educacional Passionista Mãe da Santa Esperança, Eden - Instituto de Educ. Heidee Neves, Lar das Crianças Luiz Hermani.

Próximo a AID há Equipamentos Comunitários Urbanos (praças, parques infantis e quadras esportivas) e Espaços Culturais, como a Feira Permanente Riacho Fundo I.



Figura 131: Feira Permanente Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.



Figura 132: Parque Infantil, Riacho Fundo I. Fonte: Maria Rita Fonseca, 07/2023.

Especificamente na ARINE Sucupira não são encontrados muitos equipamentos públicos comunitários. A maior parte deles se concentra na área central do Riacho Fundo I.

Próxima à Avenida Sucupira foi encontrada uma praça de encontro comunitário, como mostra a Figura 133.



Figura 133. Espaço de encontro comunitário na área de regularização, próximo à Avenida Sucupira.

8.6 TRANSPORTE PÚBLICO

A rede de linhas ofertadas pelo Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, contempla atendimento na ARINE Sucupira e está bastante próxima da Av. Sucupira. As linhas que atendem esta região são as seguintes:

- 0.173 Terminal Riacho Fundo I / Colônia Agrícola Sucupira
- 0.178 Terminal Riacho Fundo I / Instituto Mental (Av. Sucupira)
- 087.5 Riacho Fundo II / Riacho Fundo I
- 0.038 Riacho Fundo I / Taguatinga Sul - Norte (Areal - Pistão Sul - SAMDU Norte - QNL)
- 038.1 Riacho Fundo I / Taguatinga Sul - Norte (Areal - QNL - Comercial)

Na ARINE Sucupira há dois pontos de ônibus situados na Av. Central. A localização é mostrada na Figura 134 e Figura 135.

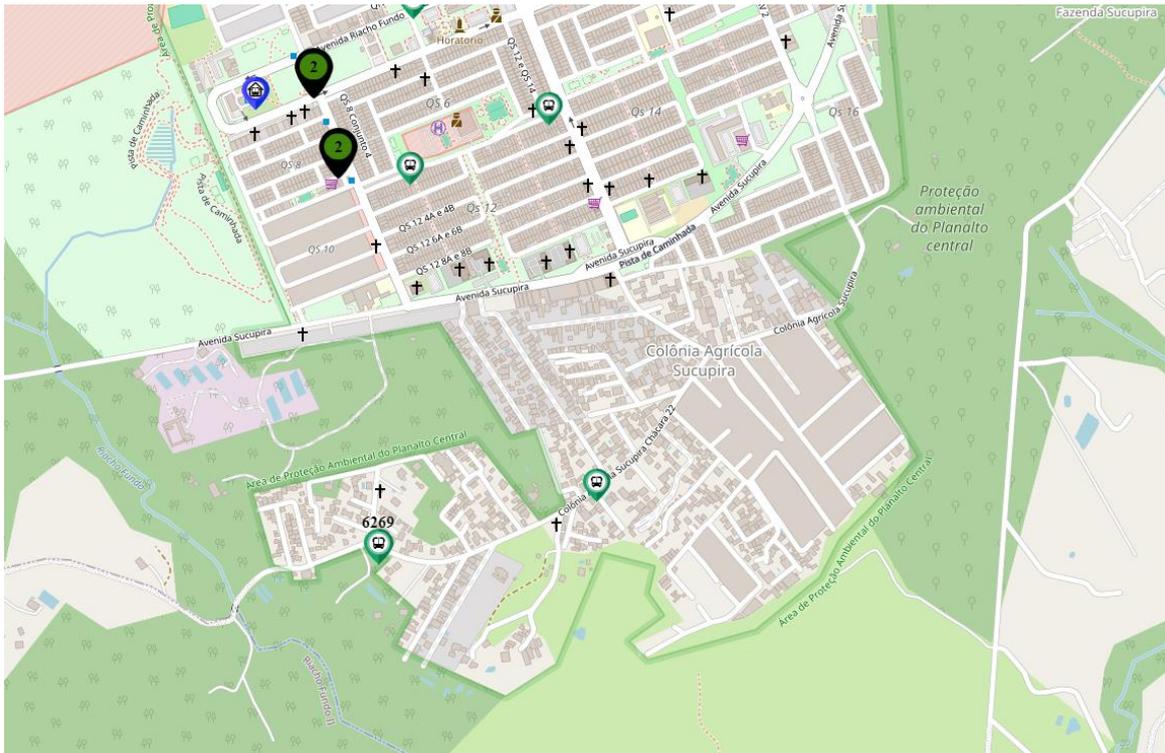


Figura 134. Serviços de transporte público na área de regularização. Fonte: Semob (2023).



Figura 135. Ponto de ônibus 6269.



Figura 136. Ônibus da linha 0.173 fazendo acesso à Avenida Central do Setor Habitacional Sucupira.

8.7 SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

No que diz respeito ao recolhimento de lixo, conforme dados da PDAD (2021), 98% dos domicílios do Riacho Fundo I têm coleta direta, sendo 86,7% na modalidade seletiva e 97,8% convencional, e 88,1% coleta indireta. Além disso, 60,2% dos domicílios fazem a separação do lixo no domicílio, entre orgânico e reciclável.

Em resposta à carta consulta encaminhada ao SLU, esta instituição respondeu o seguinte:

[...] O SLU realiza coleta comum dos resíduos domiciliares e comerciais nas proximidades do projeto urbanístico de parcelamento do solo no Distrito Federal, com área de aproximadamente 148,22 ha, está localizada na Região Administrativa do RA Riacho Fundo I I – RA XVII. Por essa razão, pode-se afirmar que não haverá impacto significativo quanto à capacidade de realização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares gerados, uma vez que o SLU se encontra equipado e preparado para executar a coleta na área de ocupação prevista, desde que o volume dos resíduos categorizados como domiciliares esteja dentro do limite citado no parágrafo anterior.

O gerador deverá providenciar por meios próprios os recipientes necessários para o acondicionamento dos resíduos sólidos gerados para a coleta, observando as características dos resíduos e seus quantitativos, quando o resíduo em questão se enquadrar na Classe II A, este poderá ser armazenado em contêineres e/ou tambores, e em tanques, desde que acondicionado em sacos plásticos, de acordo com a ABNT NBR 11174:1990, a classificação dos sacos plásticos utilizados para o

acondicionamento dos resíduos domiciliares deverá estar de acordo com a NBR 9191:2008. [...]

A coleta convencional é feita na modalidade porta a porta e ocorre três vezes por semana. O circuito que atende a região é o 381703 e sua área de abrangência é mostrado na Figura 137.

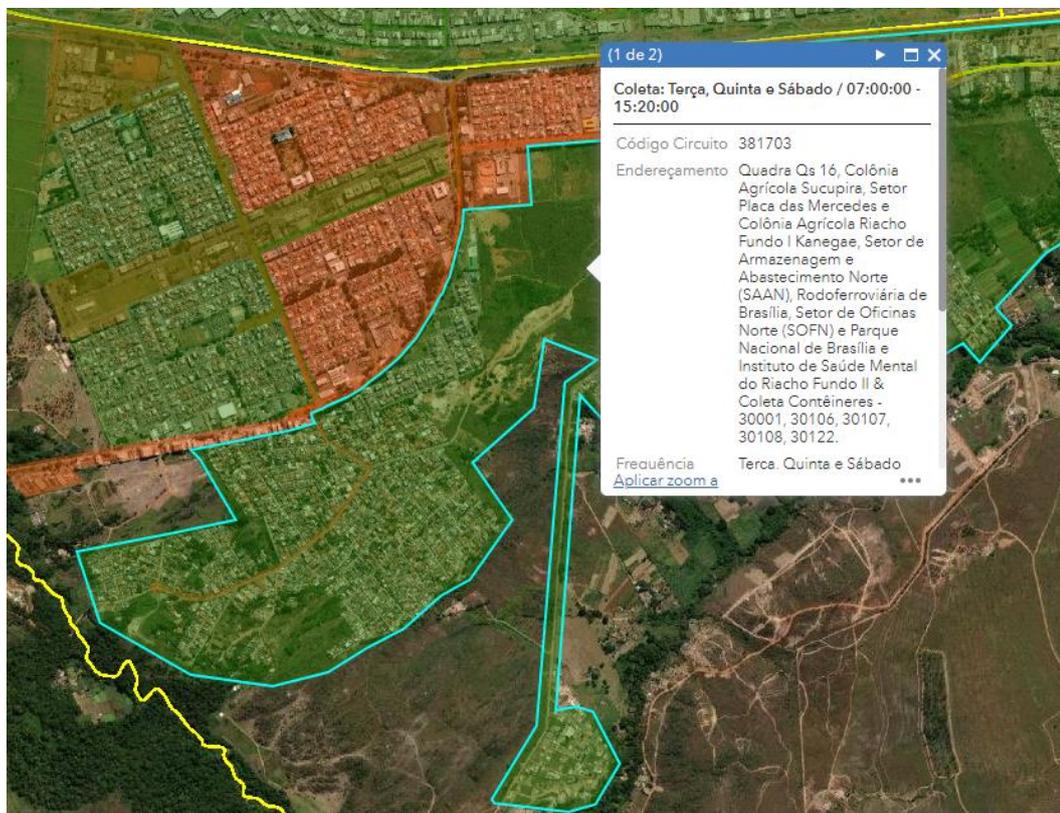


Figura 137. Área de abrangência da coleta convencional que contempla a ARINE Sucupira. Fonte: SLU (2023).

Quanto à coleta seletiva, a ARINE Sucupira já possui esse sistema de coleta em funcionamento, sendo atendida pelo circuito 408203. A coleta ocorre na quarta e sábado, entre 08h e 13h. Toda a área de abrangência deste circuito é mostrada na Figura 138.

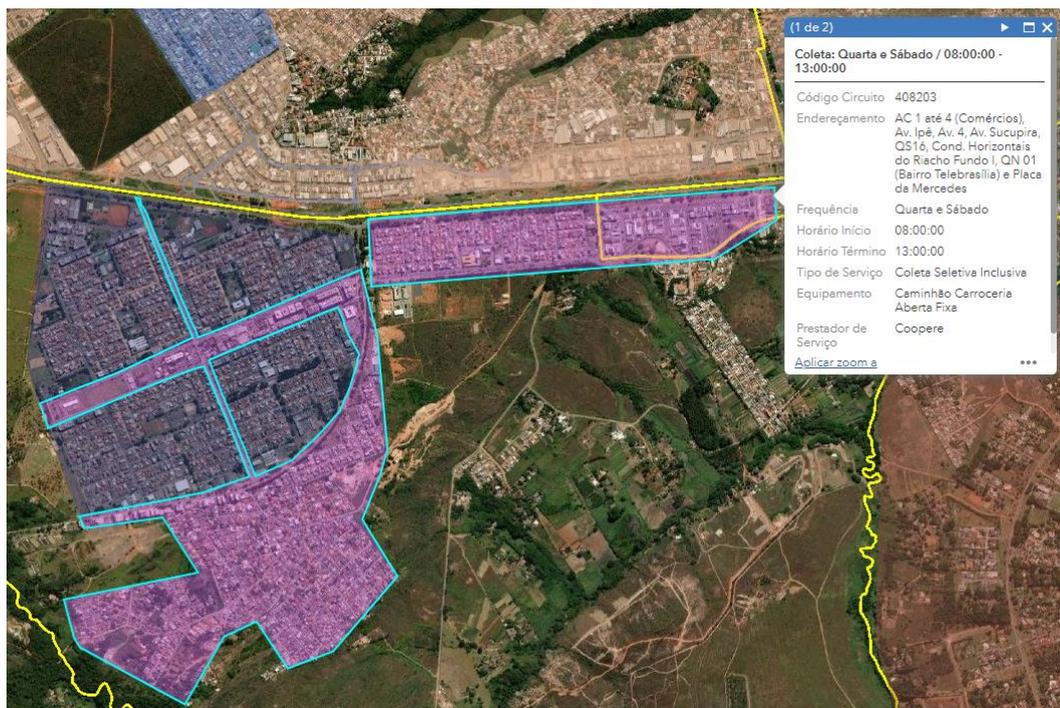


Figura 138. Área de abrangência da coleta seletiva que contempla a ARINE Sucupira. Fonte: SLU (2023).

No setor foi instalado um contêiner semienterrado (papa-lixo). A função desse equipamento é receber os resíduos sólidos da coleta convencional (não recicláveis). Os papa-lixo são instalados em áreas onde não ocorre com regularidade a coleta porta-a-porta, ou em locais de descarte irregular de resíduos. A localização do equipamento é mostrada na Figura 139.



Figura 139. Localização do contêiner semienterrado. Fonte: SLU (2023).

No caso em questão, foi observado a presença de resíduos volumosos próximos ao contêiner, como de construção civil e de poda (Figura 140), indicando que é um local que continua recebendo descarte irregular, mesmo com placas de aviso.



Figura 140. Contêiner Semienterrados (papa-lixo).

Resíduos volumosos, como de construção, móveis velhos e de poda, quando o volume for inferior a 1 m³, devem ser direcionados aos papa-entulhos/ponto de entrega voluntária (PEV). Contudo, a ARINE Sucupira, como também o Riacho Fundo I carecem deste tipo de estrutura.

8.8 SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sobre o abastecimento de energia elétrica, a poligonal em estudo é atendida com Iluminação Pública do tipo braço, instalado nos postes da distribuidora de energia local (Neoenergia Distribuição Brasília S.A.).

Conforme Laudo Técnico nº 77855796 da Neoenergia, existe interferência com a rede elétrica aérea/subterrânea existente. Em caso de necessidade de eliminação das interferências deverão ser adotadas as diretrizes estabelecidas na Resolução Aneel nº 414/2010.

O cadastro das redes de iluminação pública é mostrado na Figura 141 e Anexo II.

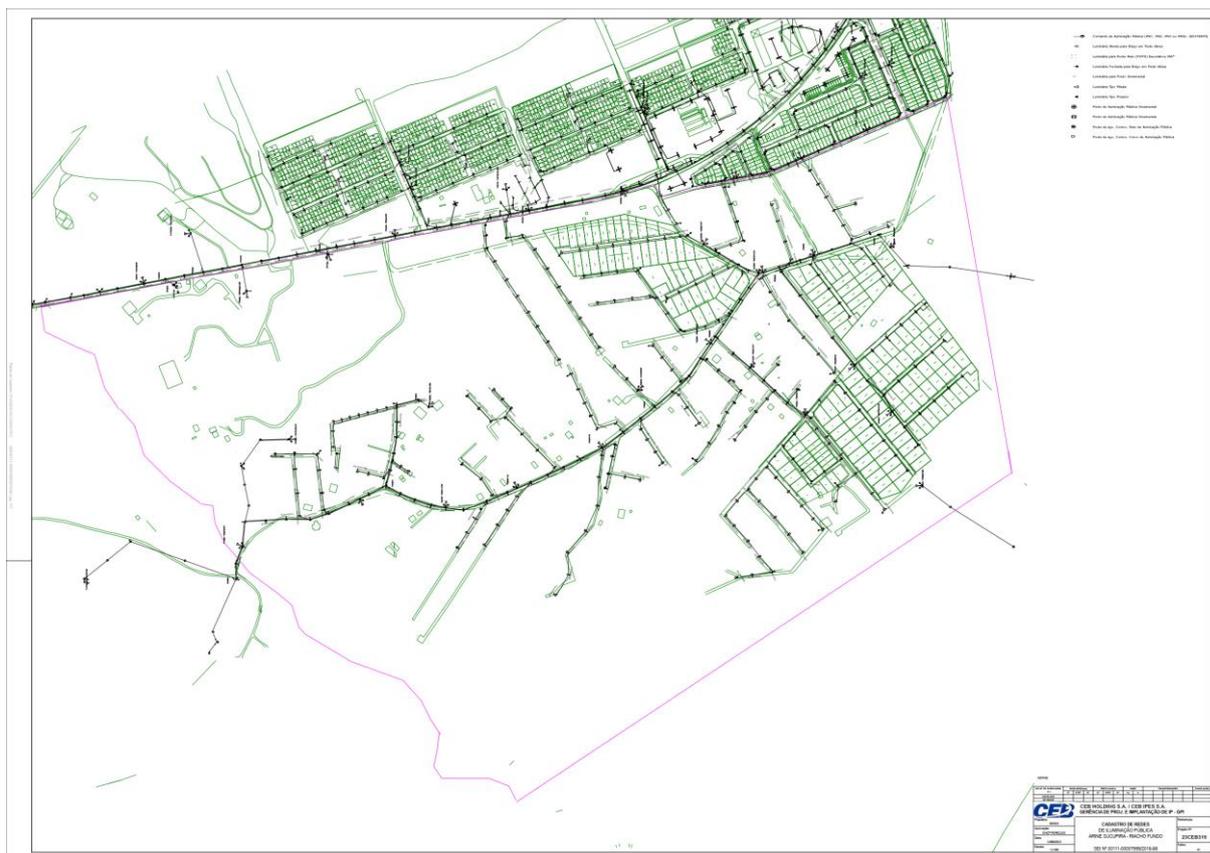


Figura 141. Cadastro das redes de iluminação pública na área de regularização. Fonte: CEB-IPÊS (2023).

Quanto às redes de iluminação pública, foi informado pela CEB IPÊS (Relatório Técnico - CEB-IPES/DO/GPI - 122025236) que não há interferência de rede de iluminação pública para a região de interesse.

8.9 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A caracterização de Uso e Cobertura do Solo na Região Administrativa do Riacho Fundo I foi feita a partir do levantamento da SEMA, tendo o ano de 2019 como referência.

É possível observar que se trata de uma região onde há predominância de áreas com formação campestre. Isso tem relação direta com o fato dessas áreas estarem constituídas na Zona Rural de Uso Controlado, conforme PDOT.

Na ARINE Sucupira, a composição da cobertura do solo compreende áreas construídas, vegetação campestre e formações florestais estão situadas ao longo do córrego Riacho Fundo.

O mapa com o uso e cobertura do solo é apresentado na Figura 142.

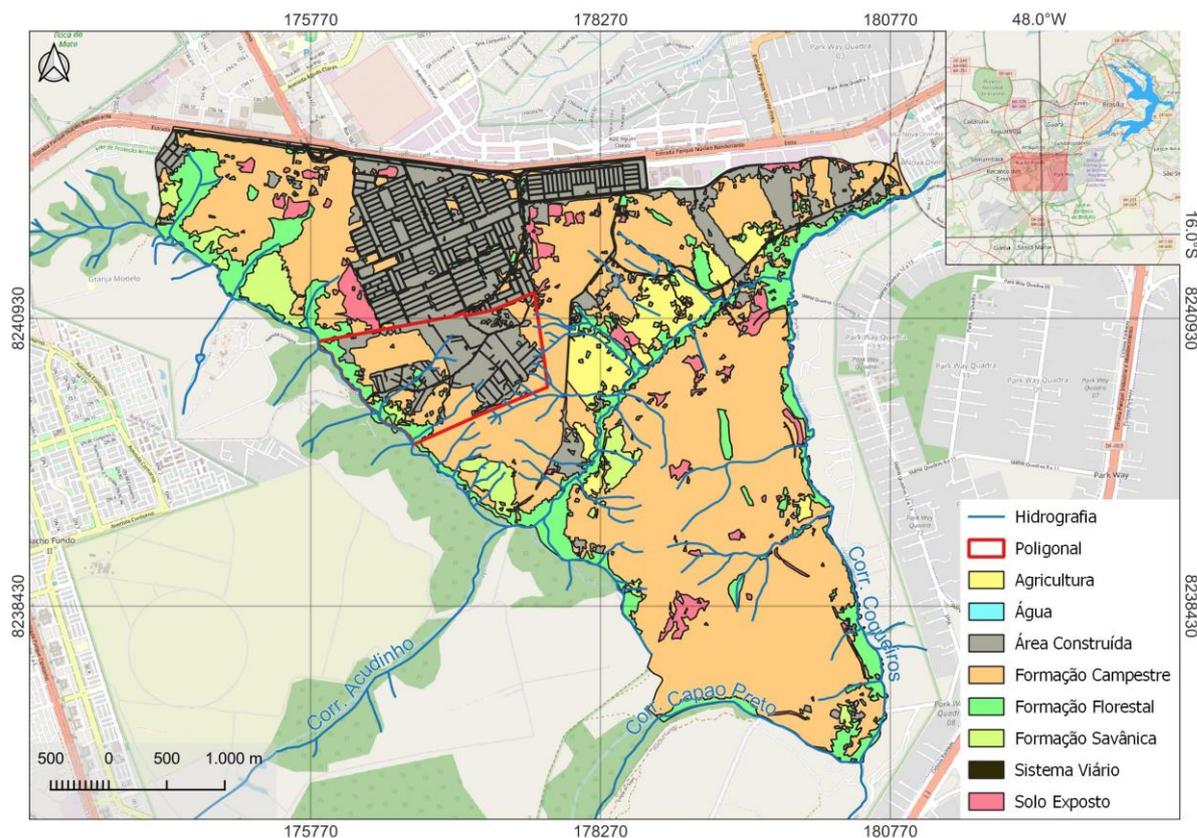


Figura 142. Mapa de Uso e Ocupação do solo para as áreas de influência do empreendimento.

8.10 ASPECTOS ARQUEOLÓGICOS

No que trata sobre os estudos de avaliação de impacto arqueológico, tramita no Iphan o processo SEI nº 01551.000248/2022-11. Conforme a Instrução Normativa IPHAN nº 001 de 2015, o empreendimento foi classificado como Nível III, desta forma foi solicitada por meio do Termo de Referência Específico nº 33/2022/IPHAN-DF, a apresentação de Projeto de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) e Relatório de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) que estão em elaboração.

Em relação aos bens Tombados e Valorados (patrimônio material) nos termos do Decreto-Lei nº 25/37 e da Lei nº 11.483/07 existentes na área do empreendimento e, conforme previsão constante na Instrução Normativa IPHAN nº 01 de 2015, não há previsão de impacto aos bens Tombados e Valorados.

Em relação aos bens Registrados (patrimônio imaterial), nos termos do Decreto nº 3.551/00 e Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI do IPHAN, não há previsão de impacto aos bens registrados.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. **Resolução nº 350, de 23 de junho de 2006**. Estabelece os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de outorga prévia e de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e estados. Disponível em: < http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/53234/Resolu_o_350_23_06_2006.html> . Acesso em out. 2023.

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. **Relatório de Vistoria e Fiscalização - RVF/COFA/015/2022** - Eficiência de Tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE.

BAGNO, M. A. & MARINHO-FILHO, J. S. **A Avifauna do Distrito Federal: uso de ambientes abertos e florestais e ameaças**. Pp. 495-530. In. Ribeiro, J. F.; Fonseca, C. E. L. & Sousa-Silva, J. C., Cerrado: Caracterização e Recuperação de Matas de Galeria. Embrapa, Planaltina. 2001.

BERNARDE, P. S. **Anfíbios e Répteis - Introdução ao Estudo da Herpetofauna Brasileira**. 1 ed ed. Curitiba, PR: Anolis Books, 2012. p. 320.

BERNARDO, S. **Manual de irrigação**. 5.ed. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1989. 596p.

BÖHM, M. et al. 2013. The Conservation Status of the World's Reptiles. **Biological Conservation** **157**:372-385.

BOONE, M. D., AND C. M. BRIDGES. **Effects of pesticides on amphibian populations**. Pg. 152-167 in R. D. Semlitsch, editor. Amphibian Conservation. Smithsonian Institution, Washington. 2003.

BRANDÃO, R. A.; ARAÚJO, A. F. B. **A Herpetofauna associada às matas de galeria no Distrito Federal**. In: Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria (J.F. Ribeiro, C.E.L. Fonseca & J.C. Sousa-Silva, orgs.). EMBRAPA/CPAC, Planaltina, p.560-604. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm/>. Acesso em nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria no 444, de 17 dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2014. Seção 1, p. 121.

BURGIN, C. J., J. P. COLELLA, P. L. KAHN, & N. S. UPHAM. How many species of mammals are there? **Journal of Mammalogy** **99**:1–11. 2018. <https://doi.org/10.1093/jmammal/gyx147>

CAMPOS J. E. G. e FREITAS-SILVA, F. H. Arcabouço hidrogeológico do Distrito Federal. In: **SBG, Simp. Geol. Centro-Oeste**, 12, Boletim de Resumos. Brasília. 113p. 1999.

CAMPOS, J. E. G. e FREITAS-SILVA, F. H. **Geologia do Distrito Federal**. In: Inventário Hidrogeológico e dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal, IEMA/SEMATEC/UnB, Brasília, Vol. 1, Parte I. 86 p, 1998.

CAMPOS, J. E., DARDENNE, A. M., FREITAS-SILVA, H. F., e MARTINS-FERREIRA, C. M. (setembro de 2013). **Geologia do Grupo Paranoá na porção externa da Faixa Brasília**. 43, pp. 461 - 476.

CARVALHO, D. N.; BONIOLO, M. R.; SANTOS, R. G.; BATISTA, L. V.; MALAVAZZI, A. A.; REIS, F. A. G. V.; GIORDANO, L.C. Critérios usados na definição de áreas de influências, impactos e programas ambientais em estudos de impacto ambiental de usinas hidrelétricas brasileiras. **Geociências**, v. 37, n. 3, p. 639-653, 2018.

CITES - Convenção Sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção. 2023. **Checklist of CITES Species**. Disponível em: checklist.cites.org.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Atlas do Distrito Federal 2020**. Disponível em: <<https://atlas.ipe.df.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2023.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital Amostral Domiciliar – PDAD, 2021**. Disponível em: <https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/relatorios/riacho_fundo.pdf> Acesso jul. 2023.

COLLI, G. R.; BASTOS, R. P. & ARAUJO, A. F. B. The character and dynamics of the Cerrado herpetofauna. In: OLIVEIRA, P. S. & MARQUIS, R. J. eds. **The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of neotropical savanna** New York, Columbia University Press. p. 223-241. 2002.

CONAMA – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução nº 357 de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Publicada no DOU em 18/03/2005.

COSTA, H.C., GUEDES, T. & BÉRNILS, R.S. Lista de répteis do Brasil: padrões e tendências. **Herpetologia Brasileira**. 10(3):110–279.5. 2021.

COSTA, K.L., SILVA JUNIOR, M.C. & VALLADARES-PÁDUA, C. Dinâmica da cobertura florestal na Mata atlântica na região de Una (BA): 1985-1998. **Nat. Conserv.** **3**(1):68-72. 2005.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil: texto, mapas e SIG**. Brasília: CPRM, 2003. Escala 1:2.500.000.

CRH-DF – Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal. **Resolução nº 02, de 17 de dezembro de 2014.** Aprova o enquadramento dos corpos de água superficiais do Distrito Federal em classes, segundo os usos preponderantes, e dá encaminhamentos. Disponível em:

<http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/78743/sema_crh_res_3_2018.html>. Acesso em out 2023.

DIAS, E. J. R. e ROCHA, C. F. D. **Os répteis nas restingas do estado da Bahia: pesquisas e ações para conservação.** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Biomas. (2005).

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012.** Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Publicado no DODF nº 211, Suplemento de 17/10/2012.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.269, de 29 de Janeiro de 2019.** Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF em cumprimento ao art. 279 e ao art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. DODF nº 21, Suplemento B de 30/01/2019 p. 2, col. 2.

EISENBERG, J. F. & REDFORD, K. H. **Mammals of the neotropics, the central neotropics Chicago**, University of Chicago. v. 3, 609p. 1999.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Rio de Janeiro: Embrapa - CNPS; Brasília, DF: Embrapa SPI, 1999. 412 p.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2 ed.** Rio de Janeiro: Embrapa - CNPS; Brasília, DF: Embrapa SPI, 2006. 306 p.

EMMONS, L.; FEER, F. Neotropical rainforest mammals: A field guide. (Second edition.). **University of Chicago Press, Chicago, Illinois** 60637, USA. 396 pp. 1997.

ENGEPLUS Engenharia e Consultoria. **Diagnóstico Consolidado do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Distritais do Rio Paranoá (PRH – Paranoá-DF).** Janeiro de 2020, Brasília/DF. Disponível em: <<https://portalhomolog.adasa.df.gov.br/images/EG0210-R-DRH-RT3-04.pdf>>. Acesso em nov. 2023.

FARIA, I. P. Novas ocorrências e registros relevantes de aves no Distrito Federal, Brasil, com comentários sobre distribuição local. **Revista Brasileira de Ornitologia**, 16(1):40-43. 2008.

FONSECA, F. O (Org.). 2001. **Olhares sobre o Lago Paranoá.** SEMARH, 425p.

FROST, D. R. **Amphibian Species of the World: an Online Reference. Version 6.1** (January 03, 2023). Electronic Database accessible at DOI: <https://amphibiansoftheworld.amnh.org/index.php>. American Museum of Natural History, New York, USA. DOI: <https://doi.org/10.5531/db.vz.0001>.

GURGEL, G. A.; **Aspectos Ecológicos da Herpetofauna no Distrito Federal, Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidad del Atlântico, Madri, Espanha. 2020.

HERINGER-SALLES, A. E. (org). **Jardim Botânico de Brasília: Diversidade e Conservação**. Sociedade Amigos do Jardim Botânico de Brasília. Brasília; 2007. 355p.

HEYER, W. R.; DONELLY, M. A.; MCDIARMID, R. W.; HAYEK, L. A.; FOSTER, M. S. **Measuring and monitoring biological diversity – standard methods for amphibians**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações do Censo Demográfico 2021: Resultados do Universo por setor censitário**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em jul. 2023.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção 2018**. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/livro-vermelho/livro-vermelho-da-fauna-brasileira-ameacada-de-extincao-2018>> . Acesso em ago. 2023.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Dados Históricos**. Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>>.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. 2023. **The IUCN Red List of Threatened Species. Versão 2023**. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Último acesso em jul. 2023.

LANGGUTH, A. 1975. Ecology and evolution in the south american canids. In: FOX, M. W. (Ed.). **The wild canids**. New York: Van Nostrand Reinhold. p. 193- 206.

MARIMON JUNIOR, Ben Hur; HARIDASAN, Mundayatan. **Comparação da vegetação arbórea e características edáficas de um cerradão e um cerrado sensu stricto em áreas adjacentes sobre solo distrófico no leste de Mato Grosso, Brasil**. Acta botânica brasílica, v. 19, p. 913-926, 2005.

MARINHO-FILHO, J.; RODRIGUES, F.H.G.; JUAREZ, K.M. 2002. **The Cerrado mammals: diversity, ecology, and natural history; p. 266 - 284**. In P.S. Oliveira e R.J. Marquis (Eds.). The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a Neotropical Savanna. NY: Colum. Univ. Press.

MARINI, M.A., GARCIA, F.I. 2005. **Conservação de aves no Brasil**. Mediversidade. Volume 1. Número 1.

MARTINS, E. S., e BAPTISTA, G. M. (1998). **Compartimentação geomorfológica e sistemas morfodinâmicos do Distrito Federal**. Em IEMA/Sematec, e GDF (Ed.), Inventário hidrogeológico dos Recursos Hídricos superficiais do Distrito Federal (Vol. 1, pp. 89-137). Brasília.

MARTINS, E. S.; REATTO, A.; CARVALHO JR., O. A.; GUIMARÃES, R. F. **Evolução Geomorfológica do Distrito Federal**. Documentos/Embrapa Cerrados, 2004. Planaltina, DF.

MATTER, S.V.; STRAUBE, F.C.; ACCORD, I.; PIACENTINI, V.; CÂNDIDO-Jr, J.F. (Org.) **Ornitologia e Conservação: Ciência Aplicada, Técnicas de Pesquisa e Levantamento**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.

MELLO, R. M. e CASTRO, C. M. 2011. Exploração de água subterrânea no Distrito Federal. Gestão por sistema Hidrogeológico. Maceió, AL. **XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. 2000. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. 2014. **Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção** – Portaria No 444 de dezembro de 2014 Brasília, DF, Brasil. Ministério do Meio Ambiente – MMA.

MYERS, N., R.A. MITTERMEIER, C.G. MITTERMEIER, G.A.B. DA FONSECA & J. KENT. 2000. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. Nature 403: 853-858.

NOGUEIRA, C., RIBEIRO, S., COSTA, G.C. & COLLI, G.R. 2011. Vicariance and endemism in a Neotropical savanna hotspot: distribution patterns of Cerrado squamate reptiles. **J. Biogeogr.** **38**:1907-1922.

NOGUEIRA, C.; COLLI, G. R. & MARTINS, M. 2009. Local richness and distribution of the lizard fauna in natural hábitat mosaics of the Brazilian Cerrado. **Austral Ecology** **34**(1):83-96.

NOGUEIRA, C.; COLLI, G.R.; COSTA, G.C. & MACHADO, R.B. **Diversidade de répteis Squamata e evolução do conhecimento faunístico no Cerrado**. In: Diniz, I.R.; Marinho-Filho, J.; Machado R.B. & Cavalcanti, R.B. (Eds.). Cerrado: conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação. Brasília, Thesaurus Editora. p. 333-375. 2010.

OLIVEIRA, J. B. **Pedologia Aplicada**. 4ª ed. Piracicaba-São Paulo: Fealq, 2008, 592p.

OLMOS, F., SILVA, W. A. G., ALBANO, C.G. **Aves em Oito Áreas de Caatinga no Sul do Ceará e Oeste de Pernambuco, Nordeste do Brasil: composição, riqueza e similaridade**. Papéis Avulsos de Zoologia. Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. Volume 45 (14): 179-199, 2005.

PAGLIA, A. P.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L. M. S.; CHIARELLO, A. G.; LEITE, Y. L. R.; COSTA, L. P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M. C. M.; MENDES, S. L.; TAVARES, V. C.; MITTERMEIER, R. A.; PATTON J. L. 2012. **Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals**. 2ª Edição. *Occasional Papers in Conservation Biology*, No. 6. Conservation International, Arlington, VA. 76pp.

PARDINI, R., DITT, E. H., CULLEN JR., L., BASSI, C., & RUDRAN, R. **Levantamento rápido de mamíferos terrestres de médio e grande porte**. In Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba: Ed. UFPR. (2004).

PARDINI, R.; E.H. DITT; L. CULLEN JR; C. BASSI & R. RUDRAN. **Levantamento rápido de mamíferos terrestres de médio e grande porte**, p. 181-201. In: L. CULLEN JR; R. RUDRAN & C. VALLADARES-PADUA (EDs). Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba, Editora UFPR, 667p. 2003.

PIACENTINI, V.Q.; ALEIXO, A.; AGNE, C.E.; MAURICIO, G.N.; PACHECO, J.F.; BRAVO, G.A.; BRITO, G.R.R.; NAKA, L.N.; OLMOS, F.; POSSO, S.; SILVEIRA, L.F.; BETINI, G.S.; CARRANO, E.; FRANZ, I.; LEES, A.C.; LIMA, L.M.; PIOLI, D.; SCHUNCK, F.; AMARAL, F.R.; BENCKE, G.A.; HAFT, M.C.; FIGUEIREDO, L.F.A.; STRAUBE, F.C.; CESARI, E. 2015. Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Revista Brasileira de Ornitologia**, 23(2), 91-298. Available from: <https://www.researchgate.net/publication/305490598_Checklist_CBRO_2015>. Acesso em jul. 2023.

QUINTAS-FILHO, S.S.; BATISTA, R.C.; CARPI, T.F.; SOUSA, R.A.; PAIVA, F.J.F.; DE CARVALHO, C.B. Aves, Tyrannidae, Fluvicola nengeta (Linnaeus, 1766): New record for Distrito Federal and distribution extension. **Check List** 7(3): 310-312. 2011.

REATTO, A.; MARTINS, E. S.; FARIAS, M. F. R.; SILVA, A. V.; CARVALHO JÚNIOR, O. A. **Mapa pedológico digital: SIG atualizado do Distrito Federal Escala 1: 100.000 e uma síntese do texto explicativo**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2004. 31 p.

REEVES R. A., PIERCE C. L., VANDEVER M. W., MUTHS E, SMALLING, K. L. Amphibians, pesticides, and the amphibian chytrid fungus in restored wetlands in agricultural landscapes. **Herpetological Conservation and Biology** 12: 68–77. (2017)

RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. & CORRÊA, G.F. **Pedologia: Base para distinção de ambientes**. 4.ed. Viçosa, MG, NEPTU, 2002. 332p.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA S. P.; RIBEIRO, J. F. (eds.) Cerrado: Ecologia e Flora. Planaltina: Embrapa Cerrados, p.151 -212. 2008.

RICKLEFS, R.E.; COCHRAN, D.; PIANKA, E.R. A morphological analysis of the structure of communities of lizards in desert habitats. *Ecology*. 62: 1474-1483. 1981.

RODRIGUES, F. H. G. **Ecologia do lobo guará na estação Ecológica de Águas Emendadas, DF**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas. 2002.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. **Diretrizes Urbanísticas DIUR 10/2018, aplicáveis à Área de Regularização de Interesse Específico - ARINE Sucupira**. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/wp->

conteudo/uploads/2017/11/DIUR_10_2018_ARINE_SUCUPIRA-1.pdf>. Acesso em out. 2023.

SEGALLA, M. V., BERNECK, B., CANEDO, C., CARAMASCHI, U., CRUZ, C. A. G. Ç., GARCIA, P. C., ... & LANGONE, J. A. **List of Brazilian amphibians. Herpetologia Brasileira**, 10(1), 121-216. (2021).

SICK, H. Resultados de uma excursão ornitológica do Museu Nacional de Brasília, novo Distrito Federal, Goiás, com a descrição de um novo representante de *Scytalopus* (Rhinocryptidae, Aves). **Boletim do Museu Nacional** 185: 1-41. 1958.

SILVA, J.M.C. 1995. **Birds of the Cerrado region, South America**. Steentrupia, Copenhagen, 21: 69-92.

SILVA, J.M.C., SANTOS, M.P.D. 2005. A importância relativa dos processos biogeográficos na formação da Avifauna do Cerrado e de outros Biomas brasileiros. *In*: SCARIOT, A, SOUSA-SILVA, J.C., Felfili, J.M. (Eds) **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Brasília-DF: MMA.

SILVA, J.M.C., SOUZA, M.A., BIEBER, A.G.D., CARLOS, C.J. 2003. **Aves da Caatinga: status, uso do habitat e sensibilidade**. *In*: TABARELLI, I.R., SILVA, L.M. (eds.). **Ecologia e conservação da Caatinga**. Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. 237-273p.

Silveira, L. F.; Beisiegel, B.M.; Curcio, F. F.; Valdujo, P. H.;Dixo, M.; Verdade, V. K.; Mattox, G. M. T. ; Cunningham, P. T. M. Para que servem os inventários de fauna? **estudos avançados**. 24 (68). (2010)

SNETHLAGE, E. **Novas espécies e subespécies de aves do Brasil Central**. Boletim do Museu Nacional 4: 1-7. 1928.

STOTZ, D.F., FITZPATRICK, J.W., PARKER III, T.A., MOSKOVITS, D.K. 1996. **Neotropical birds, ecology and conservation**. University of Chicago Press, Chicago, USA.

UETZ, P., FREED, P., & HOŠEK, J. **The Reptile Database**. Retrieved on August 08, 2020, from <http://www.reptile-database.org>. 2020.

UIEDA, W.; PALEARI, L. M. **Flora e Fauna: um dossiê ambiental** (org.). Editora Unesp - São Paulo, Ano: 2004.

VALDUJO, P. H.; SILVANO, D. L.; COLLI, G. & MARTINS, M. 2012. Anuran Species Composition and Distribution Patterns in Brazilian Cerrado, a Neotropical Hotspot. **South American Journal of Herpetology** 7(2):63-78.

VITT, L. J. e J. P. CALDWELL. **Herpetology: An Introductory Biology of Amphibians and Reptiles**. Third Edition. Burlington, Massachusetts, U.S.A.: **Academic Press**. 2009.

VITT, L. J. e PIANKA, E. R. Deep history impacts presente-day ecology and biodiversity. **Proceedings of the National Academy of Sciences** 102 (22):7877-7881.

ZAHER, H.; BARBO, F. E.; MARTÍNEZ, P. S.; NOGUEIRA, C.; RODRIGUES, M. T.; SAWAYA, R. J. Répteis do Estado de São Paulo: conhecimento atual e perspectivas. **Biota Neotropica**, v. 11, p. 67-81, 2011.

ZIMMER, K.J., WHITTAKER, A., OREN, D.C. 2001. **A crypt new species of flycatcher (Tyrannidae: Suiriri) from the Cerrado region of central South America.** Auk 118: 56-75.

10 ANEXOS

ANEXO I – ANÁLISES DE QUALIDADE DA ÁGUA

Relatório de Ensaio Nº: 3644.2023.B- V.0

01. Dados Contratação:			
Identificação do Laboratório:			
Laboratório:	Hidrosolo Ambiental Ltda-ME		
CNPJ/CPF:	03.681.783/0001-04	Inscrição Estadual:	10.419.714-5
Endereço:	Rua Honório Lobo,211-B Centro - Formosa/GO CEP: 73801450		
E-mail:	comercial@hidrosoloambiental.com.br	Fone:	+55 (61) 3387-9663
Solicitante:			
Razão Social:	Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda EPP		
Proposta Comercial:	714.2023.V2		
CNPJ/CPF:	21.525.037/0001-03		
Contato:	Ayla Meireles E-mail: ayla@paranoaconsult.com.br		

02. Dados da Amostragem:			
Descrição da Amostra:	P1 rio sucupira		
Endereço Amostragem:	SHS Quadra 6 Bloco E Sala 1706 Complexo Brasil 21, Asa Sul Cidade: Brasilia/DF CEP: 70322915		
Condições Ambientais:	, Temp Ambiente 25,00°C, Temp Transporte 6,00°C		
Coordenadas GPS:	Latitude: -15.8744930000 Longitude: -48.0653463000		
Matriz e Origem Amostra:	Água - Água Superficial (Água doce)		
Plano / Ficha Amostragem:	1298.2023.V0	Característica da Amostra:	Simplex
Data de Amostragem:	21/07/2023 10:37:00	Responsável pela Amostragem:	diego.carlos Empresa Coleta: Laboratorio
Data Recebimento:	21/07/2023 15:19:00		
Data Início Amostra:	21/07/2023 10:37:00	Data Conclusão Amostra:	08/08/2023 11:08:05
Responsável pela Conferência:	Roseli Silveira	Data Conferência:	08/08/2023 16:18:44
Responsável pela Liberação:	Emileide Coimbra	Data Liberação:	09/08/2023

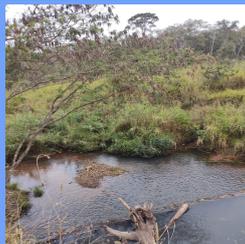
03. Resultados:					
Parâmetros	Resultados	Un Trab	Conama 357 Art 14 Classe II	Un	L.Q.
Coliformes Termotolerante	Ausente	NMP/100 mL	até 1,0x10 ⁺³	NMP/100 mL	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio	3	mg/L	até 3	mg/L	-
Nitrogênio de Nitratos	<0,23	mg/L	N.A	mg/L	0,23
Oxigênio Dissolvido	1,6	mg/L	≥ 5,0	mg/L	-
pH em Campo	7,90	Adi	de 6,00 a 9,00	Adi	1,00

04. Referência metodológica:	
Parâmetros	Metodologia
pH em Campo	SMWW 4500 - B - Eletrometric Method
Coliformes Termotolerante	SMWW 9221B, C e E.
Nitrogênio de Nitratos	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 NO3 - D
Oxigênio Dissolvido	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 G
Demanda Bioquímica de Oxigênio	SMWW, 22ª Edição, Método 5210 B

Conclusão: Os parâmetros analisados encontram-se, no momento da coleta, em conformidade com a Resolução CONAMA 357, exceto Oxigênio Dissolvido.

Legislação: Valores de referência estabelecidos conforme Conama 357 Art 14

Imagens Relacionadas da Amostra



Relatório de Ensaios tipo B

05. Informações Importantes:

Responsável pela Amostragem: Diego Carlos Vieira Souza, Inscrição Estadual: -

Ensaio de pH em Campo executados *in loco*

Legenda

Adi - Adimensional, NMP/100 mL - Número Mais Provável por 100 mL, mg/L - Miligrama por Litro L.Q. - Limite de Quantificação, VMP

- Valor Máximo Permitido, N.A. - Não Aplicável

A Hidrosolo Ambiental possui como regra de decisão não considerar a Incerteza de Medição dos ensaios na elaboração da Declaração de Conformidade. Os resultados apresentados referem-se somente aos itens ensaiados.

Emileide Rodrigues Coimbra

12100794

Química-Responsável Técnica

Código de Verificação: 0007500165961015552790202300000

Relatório de Ensaio Nº: 3645.2023.B- V.0

01. Dados Contratação:

Identificação do Laboratório:

Laboratório:	Hidrosolo Ambiental Ltda-ME		
CNPJ/CPF:	03.681.783/0001-04	Inscrição Estadual:	10.419.714-5
Endereço:	Rua Honório Lobo,211-B Centro - Formosa/GO CEP: 73801450		
E-mail:	comercial@hidrosoloambiental.com.br	Fone:	+55 (61) 3387-9663

Solicitante:

Razão Social:	Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda EPP		
Proposta Comercial:	714.2023.V2		
CNPJ/CPF:	21.525.037/0001-03		
Contato:	Ayla Meireles E-mail: ayla@paranoaconsult.com.br		

02. Dados da Amostragem:

Descrição da Amostra:	P2 rio sucupira		
Endereço Amostragem:	SHS Quadra 6 Bloco E Sala 1706 Complexo Brasil 21, Asa Sul Cidade: Brasilia/DF CEP: 70322915		
Condições Ambientais:	, Temp Ambiente 25,00°C, Temp Transporte 6,00°C		
Coordenadas GPS:	Latitude: -15.8744912000 Longitude: -48.0653506000		
Matriz e Origem Amostra:	Água - Água Superficial (Água doce)		
Plano / Ficha Amostragem:	1298.2023.V0	Característica da Amostra:	Simplex
Data de Amostragem:	21/07/2023 10:41:00	Responsável pela Amostragem:	diego.carlos Empresa Coleta: Laboratorio
Data Recebimento:	21/07/2023 15:19:00		
Data Início Amostra:	21/07/2023 10:41:00	Data Conclusão Amostra:	08/08/2023 11:07:01
Responsável pela Conferência:	Roseli Silveira	Data Conferência:	08/08/2023 16:19:13
Responsável pela Liberação:	Emileide Coimbra	Data Liberação:	09/08/2023

03. Resultados:

Parâmetros	Resultados	Un Trab	Conama 357 Art 14 Classe II	Un	L.Q.
Coliformes Termotolerante	2,3x10⁺⁵	NMP/100 mL	até 1,0x10 ⁺³	NMP/100 mL	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio	20	mg/L	até 3	mg/L	-
Nitrogênio de Nitratos	<0,23	mg/L	N.A	mg/L	0,23
Oxigênio Dissolvido	0,2	mg/L	≥ 5,0	mg/L	-
pH em Campo	7,80	Adi	de 6,00 a 9,00	Adi	1,00

04. Referência metodológica:

Parâmetros	Metodologia
pH em Campo	SMWW 4500 - B - Eletrometric Method
Coliformes Termotolerante	SMWW 9221B, C e E.
Nitrogênio de Nitratos	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 NO3 - D
Oxigênio Dissolvido	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 G
Demanda Bioquímica de Oxigênio	SMWW, 22ª Edição, Método 5210 B

Conclusão: Os parâmetros analisados encontram-se, no momento da coleta, em conformidade com a Resolução CONAMA 357, exceto Coliformes Termotolerantes, Demanda Bioquímica de Oxigênio e Oxigênio Dissolvido.

Legislação: Valores de referência estabelecidos conforme Conama 357 Art 14

Imagens Relacionadas da Amostra



Relatório de Ensaios tipo B

05. Informações Importantes:

Responsável pela Amostragem: Diego Carlos Vieira Souza, Inscrição Estadual: -

Ensaio de pH em Campo executados *in loco*

Legenda

Adi - Adimensional, NMP/100 mL - Número Mais Provável por 100 mL, mg/L - Miligrama por Litro L.Q. - Limite de Quantificação, VMP

- Valor Máximo Permitido, N.A. - Não Aplicável

A Hidrosolo Ambiental possui como regra de decisão não considerar a Incerteza de Medição dos ensaios na elaboração da Declaração de Conformidade. Os resultados apresentados referem-se somente aos itens ensaiados.

Emileide Rodrigues Coimbra

12100794

Química-Responsável Técnica

Código de Verificação: 0007500165961015552800202300000

Relatório de Ensaio Nº: 3646.2023.B- V.0

01. Dados Contratação:

Identificação do Laboratório:

Laboratório:	Hidrosolo Ambiental Ltda-ME		
CNPJ/CPF:	03.681.783/0001-04	Inscrição Estadual:	10.419.714-5
Endereço:	Rua Honório Lobo,211-B Centro - Formosa/GO CEP: 73801450		
E-mail:	comercial@hidrosoloambiental.com.br	Fone:	+55 (61) 3387-9663

Solicitante:

Razão Social:	Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda EPP		
Proposta Comercial:	714.2023.V2		
CNPJ/CPF:	21.525.037/0001-03		
Contato:	Ayla Meireles E-mail: ayla@paranoaconsult.com.br		

02. Dados da Amostragem:

Descrição da Amostra:	P3 rio sucupira		
Endereço Amostragem:	SHS Quadra 6 Bloco E Sala 1706 Complexo Brasil 21, Asa Sul Cidade: Brasilia/DF CEP: 70322915		
Condições Ambientais:	, Temp Ambiente 25,00°C, Temp Transporte 6,00°C		
Coordenadas GPS:	Latitude: -15.8745185000 Longitude: -48.0653045000		
Matriz e Origem Amostra:	Água - Água Superficial (Água doce)		
Plano / Ficha Amostragem:	1298.2023.V0	Característica da Amostra:	Simplex
Data de Amostragem:	21/07/2023 10:42:00	Responsável pela Amostragem:	diego.carlos Empresa Coleta: Laboratorio
Data Recebimento:	21/07/2023 15:19:00		
Data Início Amostra:	21/07/2023 10:42:00	Data Conclusão Amostra:	08/08/2023 11:05:34
Responsável pela Conferência:	Roseli Silveira	Data Conferência:	08/08/2023 16:19:36
Responsável pela Liberação:	Emileide Coimbra	Data Liberação:	09/08/2023

03. Resultados:

Parâmetros	Resultados	Un Trab	Conama 357 Art 14 Classe II	Un	L.Q.
Coliformes Termotolerante	Ausente	NMP/100 mL	até 1,0x10 ⁺³	NMP/100 mL	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio	14	mg/L	até 3	mg/L	-
Nitrogênio de Nitratos	<0,23	mg/L	N.A	mg/L	0,23
Oxigênio Dissolvido	1,0	mg/L	≥ 5,0	mg/L	-
pH em Campo	8,20	Adi	de 6,00 a 9,00	Adi	1,00

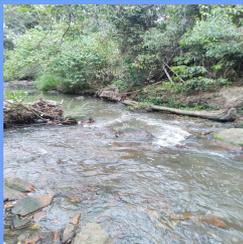
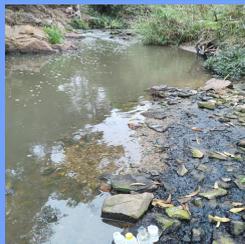
04. Referência metodológica:

Parâmetros	Metodologia
pH em Campo	SMWW 4500 - B - Eletrometric Method
Coliformes Termotolerante	SMWW 9221B, C e E.
Nitrogênio de Nitratos	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 NO3 - D
Oxigênio Dissolvido	SMWW, 22ª Edição, Método 4500 G
Demanda Bioquímica de Oxigênio	SMWW, 22ª Edição, Método 5210 B

Conclusão: Os parâmetros analisados encontram-se, no momento da coleta, em conformidade com a Resolução CONAMA 357, exceto Demanda Bioquímica de Oxigênio e Oxigênio Dissolvido.

Legislação: Valores de referência estabelecidos conforme Conama 357 Art 14

Imagens Relacionadas da Amostra



Relatório de Ensaios tipo B

05. Informações Importantes:

Responsável pela Amostragem: Diego Carlos Vieira Souza, Inscrição Estadual: -

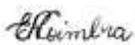
Ensaio de pH em Campo executados *in loco*

Legenda

Adi - Adimensional, NMP/100 mL - Número Mais Provável por 100 mL, mg/L - Miligrama por Litro L.Q. - Limite de Quantificação, VMP

- Valor Máximo Permitido, N.A. - Não Aplicável

A Hidrosolo Ambiental possui como regra de decisão não considerar a Incerteza de Medição dos ensaios na elaboração da Declaração de Conformidade. Os resultados apresentados referem-se somente aos itens ensaiados.



Emileide Rodrigues Coimbra

12100794

Química-Responsável Técnica

Código de Verificação: 0007500165961015552810202300000

ANEXO II – CONSULTAS DE INTERFERÊNCIA E VIABILIDADE

CAESB

TERMO DE VIABILIDADE ESTRATÉGICA (TVE)

Nº de Processo: SEI 00111-00007555/2019-99	Código de Setor: SU0081	Nº TVE: 028/2023
Solicitação: Viabilidade de Atendimento	Sistema: <input checked="" type="checkbox"/> Água <input checked="" type="checkbox"/> Esgoto	
Empreendimento/ Endereço: ARINE Sucupira, localizada no Riacho Fundo I – RA XVII.		
Empreendedor: TERRACAP		
Responsável/ Cargo: Hamilton Lourenco Filho / Diretor Técnico	E-mail:	
	Telefone:	
Solicitante: TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC	E-mail:	
	Telefone: 3342-1840	
Vigência: 2 anos a partir da assinatura do termo.		

1. QUANTO AOS DADOS DO EMPREENDIMENTO

1.1. Poligonal do empreendimento



Figura 1. Poligonal do empreendimento ARINE Sucupira, localizada no Riacho Fundo I – RA XVII.

1.2. Área Total: 148,22 ha

1.3. Densidade máxima admitida (PDOT/2012): 15 a 50 hab./há

1.4. População Fixa Estimada: 7.411 pessoas

2. QUANTO ÀS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- 2.1. Análise de interferências com redes existentes:
 - 2.1.1. Consta interferência com redes implantadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme cadastro PDF (25550977), (25551011).
 - 2.1.2. No caso da existência de redes implantadas nas imediações, serão necessárias medidas de proteção para evitar possíveis danos, observando-se os parâmetros de recobrimento e faixas de servidão informados no item 7 – Informações Técnicas Complementares, Tabela Largura da Faixa de Servidão e Recobrimentos Mínimos Exigidos para Redes de Água e Tabela Largura da Faixa de Servidão e Recobrimentos Mínimos Exigidos para Redes de Esgoto.
 - 2.1.3. É recomendada a utilização do Cadastro Técnico do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário durante o desenvolvimento do projeto para evitar remanejamentos de redes e/ou dispositivos dos Sistemas Caesb;
 - 2.1.4. Se necessária a avaliação e o estudo de remanejamento, proceder conforme critérios descritos no item 6 - Quanto ao Remanejamento das Redes.
 - 2.1.5. Informações do cadastro técnico são válidas por 180 (cento e oitenta) dias, devendo o empreendedor solicitar as atualizações do cadastro técnico à Caesb sempre que necessário.
- 2.2. Análise de Interferências com redes projetadas
 - 1.1.1. As redes projetadas obedecerão ao urbanismo das áreas regularizadas, ou o parcelamento, nas áreas em regularização.
 - 1.1.2. Em casos excepcionais, a Caesb procederá com tratativas visando a regularização da faixa de servidão.

3. QUANTO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA)

- 3.1. Existe sistema de abastecimento de água implantado na ARINE Sucupira, porém a definição das alternativas de atendimento de novas áreas está condicionada à análise específica após a apresentação do Estudo Preliminar de urbanismo aprovado pela Seduh.

4. QUANTO AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES)

- 4.1. Existe sistema de esgotamento sanitário implantado na ARINE Sucupira, porém a definição das alternativas de atendimento de novas áreas está condicionada à análise específica após a apresentação do Estudo Preliminar de urbanismo aprovado pela Seduh.

5. DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO COM SAA E SES

- 5.1. Para os **parcelamentos urbanos** o atendimento com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do empreendimento poderão se dar pelas seguintes alternativas:
 - 5.1.1. As áreas de caráter privado, como lotes comerciais, institucionais, uso misto, PDEU, condomínio de lotes, entre outros, poderão ter seu atendimento por meio das seguintes alternativas:
 - 5.1.1.1. Atendimento pelo sistema público caso haja capacidade de atendimento dentro do cronograma de implantação;
 - 5.1.1.2. Atendimento com sistema independente implantado pelo empreendedor e doado para operação e manutenção pela Caesb;
 - 5.1.1.3. Atendimento com sistema independente implantado e operado pelo empreendedor, solução viável apenas se tais lotes estiverem vinculados a uma Associação de proprietários do empreendimento.
 - 5.1.2. Nos casos de regularização, a solução 5.1.1.3 somente será viável se tais lotes estiverem vinculados a uma Associação de proprietários do empreendimento.
 - 5.1.3. As áreas de caráter público, como ELUP, EPC, Institucional EP, EPU, entre outras, poderão ter seu atendimento por meio das seguintes alternativas:
 - 5.1.3.1. Atendimento pelo sistema público caso haja capacidade de atendimento dentro do cronograma de implantação;
 - 5.1.3.2. Se não for possível, essas áreas deverão ser interligadas ao sistema independente do empreendimento. Ressaltamos que os custos associados ao consumo, manutenção e operação do sistema nessas áreas serão de inteira responsabilidade da Associação de Proprietários do Empreendimento.
- 5.2. As alternativas de viabilidade de atendimento para o parcelamento somente poderão ser definidas para o empreendimento em específico após a apresentação do Estudo Preliminar de urbanismo aprovado pela Seduh. Para tanto, deverá ser feita consulta de viabilidade de atendimento junto à Caesb, por meio do preenchimento de formulário específico, quando poderá ser emitido o Termo de Viabilidade Técnica (TVT).

- 5.3. Caso pertinente, conforme orientações da Caesb, deverá ser elaborado Estudo de Concepção do SAA e SES em conformidade com as alternativas indicadas no TVT, a ser submetido para aprovação da Caesb.

6. QUANTO AO REMANEJAMENTO DAS REDES

- 6.1. Para redes de água com diâmetro de até 300 mm (inclusive), bem como os dispositivos pertencentes ao sistema de abastecimento de água, o remanejamento é possível, exceto em casos específicos a serem analisados pela Caesb.
- 6.2. Para redes de esgoto com diâmetro de até 200 mm (inclusive), bem como os dispositivos pertencentes ao sistema de esgotamento sanitário, o remanejamento é possível, exceto em casos específicos a serem analisados pela Caesb.
- 6.3. Para os diâmetros superiores aos informados em 6.1 e 6.2, a Caesb fará análise e avaliação específica, vide item 6.5.
- 6.4. Para as obras serem executadas pela Caesb, o interessado deverá solicitar a realização dos serviços formalmente à Companhia. A execução também poderá ser realizada pelo interessado, sob fiscalização da Caesb, em conformidade com os padrões de projetos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Companhia.
- 6.5. A solicitação de estudo de remanejamento e avaliação específica deverá ser direcionada à CAESB/DE/EPR - Superintendência de Projetos, via Protocolo Caesb:
 - 6.5.1. Indicação de quais interferências são imprescindíveis de avaliação para remoção;
 - 6.5.2. Projetos de urbanização, bem como de terraplenagem e drenagem, visando compatibilizar as infraestruturas urbanas implantadas na localidade;
- 6.6. Somente é possível a estimativa de custos após a análise específica de cada interferência, uma vez que nem todas as redes necessitarão de remanejamento, somente onde os serviços de urbanização/terraplenagem apresentem riscos às redes implantadas, as condições de recobrimento e questões fundiárias.
- 6.7. Qualquer remanejamento fica condicionado à existência de faixa de servidão, condições topográficas e hidráulicas para implantação das redes remanejadas, onde os custos correrão inteiramente por conta do interessado.
- 6.8. Não é permitida qualquer intervenção nos sistemas de água e esgotos da CAESB.
- 6.9. Os danos acidentais causados nesses sistemas devem ser imediatamente comunicados à Central de Atendimento 115 ou pelo aplicativo da Caesb (App Store ou Google Play).

7. INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

- 7.1. Deverão ser observadas as faixas de servidão e recobrimentos mínimos exigidos para redes de distribuição de água e redes coletoras de esgoto para evitar danos às redes e garantir a execução das manutenções preventivas e corretivas, conforme orientações da Caesb:

Largura da Faixa de Servidão e Recobrimentos Mínimos Exigidos para Redes de Água

Diâmetro (mm)	Material	Recobrimento (m)	Afastamento a partir do eixo da rede (m)
Até 150	PEAD/PVC	0,80	1,50
	FOFO	0,60	
Acima de 150 até 200	PEAD/PVC	0,80	2,00
	FOFO	0,60	
Acima de 200 até 250	PEAD/PVC	0,80	2,00
	FOFO	0,85	
Acima de 250 até 300	Todos	1,10	2,00
Acima de 300 até 350		1,25	5,00
Acima de 350 até 400		1,50	5,00
Acima 400 até 1500		2,00	6,00

(Fonte: Caesb)

* Recobrimentos a partir da geratriz superior do tubo

** Afastamentos para cada lado do eixo da rede

Largura da Faixa de Servidão e Recobrimentos Mínimos Exigidos para Redes de Esgoto

Profundidade (m)	Diâmetro (mm)	Afastamento a partir do eixo da rede (m)	Recobrimento (m)
Até 3,50	Até 100	0,70	Redes em vias públicas: 0,90
	Acima de 100 até 150	1,50	
	Acima de 150 até 350	2,50	
	Acima de 350 até 600	5,00	
	Acima de 600 até 1500	6,00	
Acima de 3,50 até 5,00	Até 350	3,00	Redes em passeios ou área verde: 0,60
	Acima de 350 até 1500	6,00	
Acima de 5,00	Até 1500	7,50	

(Fonte: Caesb)

* Recobrimentos a partir da geratriz superior do tubo

** Afastamentos para cada lado do eixo da rede

- 7.2. Durante a execução das obras deverão ser adotados procedimentos adequados principalmente para os serviços de escavação, reaterro e compactação a fim de evitar danos as redes.
- 7.3. Nos casos em que os recobrimentos forem os mínimos recomendados pela Caesb,

os reaterros devem ser realizados com areia de forma a não danificar as redes nos serviços de compactação.

- 7.4. A Caesb deverá ser contatada para promover a adequação das caixas de registro e poços de visita, com ônus para o interessado, respeitando os limites constantes na tabela de recobrimento.
- 7.5. Para execução de ajardinamento, os locais que apresentam interferências com as redes de água e esgotos poderão ser ocupados, evitando-se nos mesmos o plantio de espécies arbóreo-arbustivas cujas raízes possam danificar as redes da Caesb.
- 7.6. Poderá ser executada pavimentação sobre as redes da Caesb desde que sejam mantidos os limites mínimos de recobrimentos (a partir da geratriz superior do tubo).
- 7.7. Quanto à implantação de serviços de Drenagem Pluvial/Tubulação para Central GLP/Cabeamento de Fibra Ótica/Cabeamento subterrâneo de Energia, orientamos que nos cruzamentos com as redes da Caesb, seja observado:
 - 7.7.1. Rede de Abastecimento de Água – a área abaixo poderá ser ocupada, desde que observada a distância mínima a partir da geratriz inferior da tubulação existente:
 - tubos com diâmetro menor do que 400mm: 0,30m
 - tubos com diâmetro maior ou igual a 400mm: 0,50m
 - 7.7.2. Rede de Esgotamento Sanitário – a área abaixo ou acima desta poderá ser ocupada, desde que a distância mínima entre a geratriz mais próxima dos tubos seja igual a uma vez o diâmetro da rede.
- 7.8. Serão de responsabilidade do usuário as obras e instalações prediais necessárias ao esgotamento de instalações sanitárias situadas em pavimento abaixo do nível do logradouro público e que não puderem ser ligados por gravidade ao ponto de coleta, conforme o Artigo 52º, da Resolução nº 14, de 27/10/2011, que estabelece as condições da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.
- 7.9. O Decreto nº 5.555/80 - Aprova o novo Regulamento para Instalações Prediais de Água Fria no Distrito Federal e o Decreto 5.631/80 - Aprova o novo Regulamento para Instalações Prediais de Esgotos Sanitários poderão ser consultados no desenvolvimento do projeto e estão disponíveis nos endereços:
<https://www.caesb.df.gov.br/decretos>
<https://www.caesb.df.gov.br/educativo/material-educativo.html>
- 7.10. A Caesb deverá ser informada durante as obras para acompanhamento e orientações durante a execução.